

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA – ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO DE
RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*A PARCERIA
NO PROJECTO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA
DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ*

MESTRANDA:
ROSA MARIA GASPAR CAMPANIÇO

ÉVORA, AGOSTO 2000

Duplicate 108017

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA – ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO DE
RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A PARCERIA
NO PROJECTO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA
DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ**



142 288

MESTRANDA:
ROSA MARIA GASPAR CAMPANIÇO

ORIENTADOR:
PROF. DOUTOR ROGÉRIO ROQUE AMARO

ÉVORA, AGOSTO 2000

33λ(469)

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS	3
------------------------------	---

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	5
1.1.1. PERTINÊNCIA CIENTÍFICA	5
1.1.2. PERTINÊNCIA AO NÍVEL DAS POLÍTICAS	6
1.1.3. PERTINÊNCIA SOCIAL	7
1.1.4. PERTINÊNCIA PESSOAL	8
1.2. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO E OBJECTIVOS DO TRABALHO	9
1.4. APRESENTAÇÃO GERAL	11

CAPITULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. OS PERCURSOS DO(S) CONCEITO(S) DE DESENVOLVIMENTO	13
2.1.1. DO CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO	14
2.1.2. ALGUMAS NOTAS SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO	21
2.1.3. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO : A PROPOSTA DOS ANOS 60	25
2.1.4. POTENCIALIDADES E DEBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	3
2.1.5. TENDÊNCIAS RECENTES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	
2.1.6. NOTAS FINAIS	48
2.2. ACÇÃO SOCIAL	50
2.2.1. ACÇÃO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DAS TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO	50
2.2.2. PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE ACÇÃO SOCIAL	53
2.2.3. DESAFIOS QUE SE COLOCAM À ACÇÃO SOCIAL	57
2.2.4. TRANSFORMAÇÕES DA ACÇÃO SOCIAL	65
2.2.5. NOTAS FINAIS	71
2.3. TRABALHO EM PARCERIA	
2.3.1. PARCERIA E PARTENARIADO	75
2.3.2. MODELOS DE PARTENARIADO	78

2.3.3 MAIS VALLIAS E DIFICULDADES DO TRABALHO EM PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTOCOMUNITÁRIO	81
2.3.4. RECOMENDAÇÕES A TER EM CONTA NAS RELAÇÕES DE PARCERIA	83
2.2.5.NOTASFINAIS	87

CAPITULO III

CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

3.1. ALGUNS ELEMENTOS SOBRE PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA EM PORTUGAL	89
3.1.1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA POBREZA TRÊS EM PORTUGAL	95
3.1.2. PROJECTOSDE LUTA CONTRA A POBREZA EM PORTUGAL DE 1990 A 2000	99
3.2.O CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	104
3.2.1.SINAPSE HISTÓRICA	105
3.2.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL	107
3.3.PROJECTO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	
3.3.1. OBJECTIVOS E PRINCIPAIS ACÇÕES	116
3.3.2. METODOLOGIA UTILIZADA E AVALIAÇÃO	116
3.3.3. MEIOS E RECURSOS MOBILIZADOS	117
3.3.4. PRINCIPAIS ACÇÕES REALIZADAS	119
3.3.5. INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	125
3.3.6. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO	126
3.3.7. MODELO ORGANIZATIVO E TRABALHO TÉCNICO	127
3.3.8. PRINCIPAIS RESULTADOS, SUCESSO E INSUCESSOS	129

CAPITULO IV

ESTUDO EMPÍRICO

4.1.CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	132
4.2.ANÁLISE DOS RESULTADOS	137
4.3.COMENTÁRIOS FINAIS	148

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ÍNDICIE DE GRÁFICOS E QUADROS

Quadro 1 Distribuição dos Oito Grupos Temáticos pelos Estados Membros	91
Quadro 2 Distribuição Geográfica pelos Estados Membros	93
Quadro 3 Projectos de Luta Contra a Pobreza desenvolvidos, por zona, de Outubro de 1990 a 1993	100
Quadro 4 Projectos aprovados no Distrito de Évora 1995-1996	101
Quadro 5 Projectos Em Curso No Distrito De Évora	102
Quadro 6 Evolução da população residente no Concelho de Reguengos de Monsaraz	111
Quadro 7 População residente segundo o nível de instrução	112
Quadro 8 Recursos Financeiros Provenientes do C.R.S.L.C.P	117
Quadro 9 Pessoal em 31/12/1999	118
Quadro 10 Quantificação Dos Contributos Dos Parceiros	119
Quadro 11 Presenças das Entidades nas Reuniões dos Conselhos de Parceiros e Equipa Técnica	138
Gráfico 1 Presenças das Entidades nas Reuniões de Equipa Técnica	139
Gráfico 2 Presenças das Entidades nas Reuniões dos Conselhos de Parceiros	140

CAPITULO I INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	5
1.1.1. PERTINÊNCIA CIENTÍFICA	5
1.1.2. PERTINÊNCIA AO NÍVEL DAS POLÍTICAS	6
1.1.3. PERTINÊNCIA SOCIAL	7
1.1.4. PERTINÊNCIA PESSOAL	8
1.2. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO E OBJECTIVOS DO TRABALHO	9
1.4. APRESENTAÇÃO GERAL	11

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A opção do tema a estudar para a elaboração da dissertação de Mestrado incidiu sobre um Projecto de Luta Contra a Pobreza, mais concretamente, sobre o trabalho em Parceria no Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Os Projectos de Luta Contra a Pobreza (PLCP) são realidades que conquistaram o seu lugar num conjunto de instrumentos de política social destinados a sustentar um trabalho continuado de combate à exclusão e pela coesão social, onde a dimensão comunitária do Desenvolvimento assume o papel fundamental nas estratégias a promover.

Ingredientes como o apelo às energias e potencialidades da população, baseado nas necessidades dos grupos mais desfavorecidos e estabelecendo laços de convergência entre serviços públicos, autarquias locais e particulares na solução dos problemas locais estão presentes nas novas formas de intervenção no social.

Na definição do nosso objecto de estudo influíram critérios de ordem diversa, que de seguida passamos a expôr.

1.1.1. PERTINÊNCIA CIENTIFICA

Partimos do destaque de dois conceitos – Interdisciplinariedade e Desenvolvimento – que ao interagirem entre si promovem intercâmbios facilitadores da sua complementaridade e simultaneamente legitimadores da sua integridade.

Ao concebermos o processo de Desenvolvimento enquanto processo qualitativo e colectivo, ultrapassando o processo meramente quantitativo e individual de Crescimento, estamos a colocá-lo perante a multidimensionalidade e complexidade dos problemas sociais e como tal, as

respostas, inevitavelmente, exigem-se interinstitucionais sob pena de adularmos as potencialidades endógenas de cada comunidade.

É a valorização da concepção da intervenção no social baseada em princípios como a territorialidade, a subsidiariedade, o partenariado, a participação e transversalidade inscritos numa dimensão integrada do processo de Desenvolvimento, que, em última instância, as medidas de política social pretendem desencadear e constituem uma forma renovada de ver o mundo e o seu Desenvolvimento.

Não reduzindo os fenómenos da pobreza e da exclusão social ao seu carácter económico, mas conferindo-lhe características plurifactoriais, a intervenção e as medidas de combate não se podem pautar pela sectorização das políticas e pela disciplinidade que estratificam os problemas e não perspectivam a globalidade das necessidades humanas ou pelo hermetismo institucional conducente ao afastamento da realidade sob a qual e na qual agimos.

A abordagem à inserção social tem como imperativo a Interdisciplinidade: se não concertarmos a intervenção agindo no problema como um todo, integrando as suas dimensões – social, habitacional, educativa, laboral, ambiental, cívica, política, entre outras - estamos predestinados a dissimularmos ou de forma mais aberrante, a perpetuarmos o que nos propomos abreviar.

1.1.2. PERTINÊNCIA AO NÍVEL DAS POLÍTICAS

Se o primeiro factor justificativo da escolha do tema está relacionado com o relevo que o trabalho integrado assumiu na última década, o segundo relaciona-se – de uma forma condicional - com a **obrigatoriedade da constituição de redes de parceria.**

Na última década deste século proliferaram, sob a égide do princípio tomista da Subsidiariedade, as políticas integradas nos diferentes âmbitos. É possível identificar em quase todos os domínios a *lógica do piquenique* : do emprego à educação, da saúde à acção social, passando pela justiça, cultura ou ambiente.

No que concerne às medidas de política social deparamo-nos com os Projectos de Luta Contra a Pobreza, o Rendimento Mínimo Garantido e mais recentemente a Rede Social para além de programas mais específicos, nomeadamente o “Ser Criança”.

A lógica do trabalho integrado é um desafio às metodologias de intervenção preconizadas pelo trabalho no terreno, daí que constitua um desafio assim como uma fonte de inspiração e simultaneamente de revisão das próprias políticas

1.1.3. PERTINÊNCIA SOCIAL

Se ao longo dos últimos anos reconhecemos a impossibilidade de intervir e trabalhar sectorial e fragmentadamente, sem articulação, pela constatação dos resultados obtidos, o trabalho em rede torna-se indispensável.

A Acção Social – até aqui de cariz assistencialista – depara-se com os novos modelos de Desenvolvimento humano, social e comunitário e como tal com desafios que implicam a sua participação activa para além do caminho remediativo ou redistribuidor.

Ao colocar o cerne da questão na comunidade local, os protagonistas principais são os cidadãos que aí residem, (sobre)vivem e sonham.

A Acção Social, numa acepção contagiada pelo Desenvolvimento Comunitário, tem em conta os seguintes elementos: o território, a população, as necessidades que a população expressa e os recursos pessoais e locais de

que a população dispõe para fazer face à situação, às suas necessidades e aos seus problemas.

No seguimento e articulação das relações entre estes elementos torna-se, pois, imperativo agir de forma coordenada e intervir através da acção transdisciplinar - preconizada pelo trabalho em parceria.

As Associações de Desenvolvimento Local como outras iniciativas de índole local geradoras de sinergias têm tido um papel singular na mobilização e valorização das pessoas e recursos locais, incrementando as solidariedades locais e fomentando os processos de reanimação sócio-económica.

1.1.4. PERTINÊNCIA PESSOAL

Por último, e provavelmente o *take-off* para este projecto de investigação, é o facto de ter desempenhado desde o início do P.I.C. funções de Técnica Superior de Política Social e actualmente as funções de Chefe de Projecto.

Foi possível ir vivendo e sentindo as implicações do trabalho em parceria num Concelho, onde à semelhança de muitos outros, a lógica de intervenção reflectia a segmentação, o individualismo institucional e a desarticulação das medidas adoptadas pelos diferentes agentes sociais.

O interesse por este tema foi ficando, assim, mais sustentado à medida que se visualizaram mudanças ou inércias comportamentais nos diferentes interventores sociais e o desejo de perceber o como e porquê foi-se adensando.

1.2. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO E OBJECTIVOS DO TRABALHO

De forma a garantir que ao longo do processo de investigação, do qual esta proposta constitui como que uma declaração de intenções, não caminharemos por atalhos, as questões bússola são fundamentais.

Neste sentido elaboramos o seguinte corpo de questões que constituem, em traços gerais o que pretendemos responder com esta nossa investigação, sempre associadas a dimensões contextualizadoras como eficácia, eficiência, equidade e impacto.

Eficácia

- As reuniões de Equipa Técnica têm decorrido regularmente e com o envolvimento de todos?
- O PIC foi um *supermercado* para os parceiros?
- Atingiram-se os objectivos fixados?
- Todos os parceiros tiveram a mesma possibilidade de participação?
- Existe tensão/conflito entre a fidelidade institucional (vertical) e a fidelidade comunitária (horizontal) ? Como se manifestou e foi resolvida?

Impacto

- O trabalho em parceria inspirou a conceptualização do trabalho de cada parceiro?
- Ao nível dos desempenhos profissionais, as capacidades técnicas, sociais e relacionais alteraram-se?
- Há uma maior sensibilização do meio e dos organismos responsáveis face às situações de exclusão social? De quem ?
- Compatibilizaram-se os modelos de intervenção, tendo em conta as diversas filosofias institucionais intervenientes ?
- Os parceiros delegam competências ou representação nos técnicos?
- Onde estão os conflitos? Como são regulados?

Hipóteses de investigação:

- O trabalho em parceria reforça as condições da eficácia na luta contra a pobreza e a exclusão social?
- O trabalho em parceria alterou as atitudes e comportamentos dos parceiros?
- O trabalho em parceria pode viabilizar um maior impacto dos projectos nas comunidades em termos de desenvolvimento?

O **objectivo geral** do estudo é o que de seguida se enuncia :

Estudar os impactos produzidos pelo trabalho em parceria promovido pelo P.I.C.

Objectivos específicos:

- Identificar as transformações nos processos de trabalho conjunto dinamizadas pelo trabalho em parceria.
- Apontar ao nível da eficácia e do impacto quais as vantagens e desvantagens, para a comunidade e parceiros, do trabalho em parceria relativamente ao trabalho isolado.

1.3. APRESENTAÇÃO GERAL

Por forma a uma melhor organização do trabalho apresentado, optamos por dividi-lo em quatro capítulos, dos quais o primeiro fica constituído pela presente introdução.

No segundo capítulo pretendemos levar a cabo uma revisão bibliográfica que tem como objectivo, traçar *“the state of the arts”*, no que diz respeito à contextualização teórica da investigação, que se baseia em três conceitos interactivos: Desenvolvimento Comunitário, Acção Social e Parceria.

Ao nível do Desenvolvimento iremos reflectir sobre a sua evolução – do Desenvolvimento enquanto conceito normativo e economicista, relacionado de forma confusa com o Crescimento Económico e evidenciando de forma especial as reflexões e contributos científicos relativos ao Desenvolvimento Comunitário, Local e Empowerment.

Ao nível da Acção Social será referenciado o seu protagonismo enquanto agente propulsor do Desenvolvimento - adquirido na última década .

Relativamente ao Trabalho em Parceria propomo-nos perspectivar as diferenças apontadas entre parceria e partenariado, assim como os diferentes modelos de partenariado e as debilidades desta metodologia de trabalho.

Perspectivamos, ainda, o início dos Projectos de Luta Contra a Pobreza em termos nacionais e ao nível do Distrito de Évora.

Para de seguida descermos até ao palco onde decorre a peça : o Concelho de Reguengos de Monsaraz e, de forma mais atomizada, o Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz e o seu trabalho em parceria.

CAPITULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1.OS PERCURSOS DO(S) CONCEITO(S) DE DESENVOLVIMENTO	13
2.1.1.DO CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO	14
2.1.2.ALGUMAS NOTAS SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO	21
2.1.3.O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO : A PROPOSTA DOS ANOS 60	25
2.1.4.POTENCIALIDADES E DEBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	3
2.1.5.TENDÊNCIAS RECENTES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	
2.1.6.NOTAS FINAIS	48
2.2. ACÇÃO SOCIAL	50
2.2.1. ACÇÃO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DAS TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO	50
2.2.2.PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE ACÇÃO SOCIAL	53
2.2.3.DESAFIOS QUE SE COLOCAM À ACÇÃO SOCIAL	57
2.2.4.TRANSFORMAÇÕES DA ACÇÃO SOCIAL	65
2.2.5.NOTAS FINAIS	71
2.3. TRABALHO EM PARCERIA	
2.3.1.PARCERIA E PARTENARIADO	75
2.3.2.MODELOS DE PARTENARIADO	78
2.3.3.MAIS VALIAS E DIFICULDADES DO TRABALHO EM PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	81
2.3.4.RECOMENDAÇÕES A TER EM CONTA NAS RELAÇÕES DE PARCERIA	83
2.2.5.NOTAS FINAIS	87

2.1. OS PERCURSOS DO(S) CONCEITO(S) DE DESENVOLVIMENTO:

Como sabemos, o processo de Desenvolvimento nem sempre foi entendido da mesma forma, e ao longo dos tempos é possível traçar os seus percursos evolutivos. De uma perspectiva centrada, de forma dominante, na dimensão económica, passou-se, de forma gradual, para que o conceito de desenvolvimento integrasse outras dimensões – política, social, demográfica, ecológica, cultural, entre outras – e passando, igualmente, a incorporar diferentes referências disciplinares, o que tornou o conceito de desenvolvimento num dos conceitos básicos das ciências sociais.

A evolução traçada pelo conceito reflecte, indubitavelmente, as transformações a que fomos assistindo.

Ao longo deste capítulo pretendemos relacionar as transformações ocorridas com a evolução dos conceitos de Desenvolvimento.

A noção de Desenvolvimento é uma noção ampla e difícil de traduzir. Antes de mais, há que sustentar o facto de que o Desenvolvimento não é sinónimo de Crescimento económico, ainda que muitas vezes se confundam estes dois termos. Na verdade, a noção de Desenvolvimento extravasa para além das fronteiras de uma definição reducionista de Desenvolvimento enquanto Crescimento económico, para se afirmar como uma realidade mais ampla, multidimensional, que abarca questões tão diversificadas como a economia, habitação, saúde, educação, ambiente; em suma, questões relacionadas com a qualidade de vida das populações. Neste sentido, o Desenvolvimento não constitui um limiar estático que as populações deverão alcançar, uma vez que está em permanente evolução, à semelhança das necessidades e expectativas individuais e sociais. Assim, não existe Desenvolvimento em termos absolutos, mas somente diferentes níveis de Desenvolvimento, necessariamente relativos e contextualizados ao espaço e ao tempo em que se manifestam.

2.1.1. DO CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO

As primeiras preocupações relativas à problemática do Desenvolvimento revelam-se, ainda que de forma muito ténue, no período que vai do início da Revolução Industrial até à II Guerra Mundial. Em geral, no entanto, a lógica dominante não incluía questões relativas ao Desenvolvimento.

Antes da Revolução Industrial e da consolidação do sistema capitalista, as sociedades encontravam-se numa situação de quase estagnação: sociedades essencialmente agrícolas, sem progressos técnicos de grande envergadura e como tal com uma evolução lenta.

É no início da Revolução Industrial, com o surgimento da força mecânica, da produção fabril e com o contínuo progresso técnico que a acumulação de capitais bem como o impulso do capitalismo promovem novas preocupações, até então condenáveis – mito da abundância, riqueza, produtividade e produção.

Em 1776 é publicada a obra de Adam Smith “*A Riqueza das Nações*”, na qual o autor faz uma análise das causas do crescimento económico: o que permite a um país aumentar a sua produção e o seu bem estar. As primeiras preocupações, ao nível da ciência económica com a problemática do Desenvolvimento surgiram com este autor.

À volta do conceito de Crescimento económico surgem preocupações científicas e a ciência acompanha estas mudanças. Da ciência Teocêntrica passamos para a ciência Antropocêntrica. Na ciência económica surgem autores que vão reflectir sobre a realidade da vida das pessoas : Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, John Stuart Mill, Jean Baptiste Say, Friedrich Engels, Richard Catillon.

Assim, a ciência económica através dos primeiros economistas sistematizou preocupações de Desenvolvimento muito centradas no aumento da produção e crescimento económico.

Durante quase todo o século XIX não houve preocupações relativamente ao Desenvolvimento, os economistas vão refugiar-se no abstractismo teórico até porque como defendiam os neoclássicos o mercado e a livre concorrência constituíam a melhor forma de organizar a sociedade (a teoria da “mão invisível” defendida por Adam Smith), não havendo quaisquer preocupações com o Desenvolvimento, uma vez que o mercado regulava o bem estar : quanto mais livre for a economia melhor será para todos. Nesta lógica as medidas de intervenção político-económica são o nacionalismo e o protecționismo.

A evolução das sociedades modernas ou industriais corresponde a novos critérios de funcionamento da sociedade, cujos paradigmas se mantêm incólumes nos últimos duzentos anos. Os paradigmas e as suas principais características são os seguintes:

- Preocupação da sociedade com o bem estar material, consumo e produção – “homo economicus”. Sendo estas as questões centrais assiste-se a uma ruptura com o passado e como tal com o fantasma da fome (sociedade da sobrevivência), para se passar para o mito da abundância e do bem estar económico (sociedade da abundância).

O crescimento assume-se como um factor de organização das sociedades;

- Surgem condições objectivas para o crescimento, nomeadamente, o salto tecnológico traduzido sob a forma produtiva - a máquina a vapor; a forma de produzir baseada na transformação de materiais – industria transformadora, passagem da manufactura à industria; modelo de produção com divisão técnica do trabalho na unidade fabril, o que altera radicalmente tudo o que existia até então – o artista foi substituído pelo assalariado com patrão;
- O bem estar individual sobrepõe-se ao bem estar espiritual, o que favoreceu o consumo. Marcos históricos como o Renascimento, Iluminismo ou Reforma Protestante funcionaram como factores

condicionantes para o despertar das condições subjectivas promotoras de uma sociedade industrial;

- O novo contexto geográfico-ambiental traduz-se por um lado na nova localização das cidades e por outro nas relações das pessoas com o que as rodeia. A cidade assume uma grande importância, a sociedade é claramente urbana nos modos de vida. O homem passa a dominar o armazém das forças da natureza;
- Há um despoletar do Eurocentrismo geoestratégico, nada disto tinha acontecido de forma tão extensa, o que levou a aproximar as lógicas comerciais e económicas com as fronteiras do mundo;
- Desmoronamento dos pilares territorial, geo-estratégico, tecnológico, ético e científico-morais;

Com o final da II Guerra Mundial surge um novo contexto emoldurado pelas seguintes realidades:

- Desafios da reconstrução europeia dos países europeus afectados pela Guerra;
- Reforço da liderança de uma nova potência geo-estratégica – os Estados Unidos da América – que apesar de estar do lado dos vencedores não sofreu a guerra em território nacional;
- A União Soviética, até aí ideologicamente isolada, com a guerra surge a oportunidade de se tornar uma potência, formando o chamado Bloco Soviético;
- Génese de novos países a partir de colónias europeias;
- Os traumas das duas Guerras Mundiais vão despoletar nos países europeus regras de cooperação e regulação internacional – Nações Unidas, OCDE, movimentos europeus.

Depois da Segunda Guerra Mundial, e especialmente com a independência dos países até então colonizados, foram colocadas em relevo

as grandes desigualdades de desenvolvimento entre, por um lado, a Europa e os Estados Unidos da América que se tinham industrializado e, por outro lado, os territórios que tinham sido colonizados, os quais, com os seus recursos naturais, haviam ajudado o crescimento dos primeiros.

Assim, é o processo de um certo Desenvolvimento, gerador de Crescimento, mas também de desigualdade, que se encontra em discussão:

“(…), desde o início, os benefícios ficaram concentrados nas mãos de pequenos grupos de elite em alguns países ricos. Para muitas outras pessoas a realidade traduzia-se numa forma de escravidão. Nos países em industrialização, durante o séc.XIX, o desenvolvimento da tecnologia, da máquina a vapor em diante, transformou homens, mulheres e crianças em instrumentos de acumulação – trabalhando arduamente nas “fábricas escuras satânicas”. E aqueles que trabalham nas colónias, na periferia da economia mundial, viram os seus países e as suas vidas dedicados a apenas ao fornecimento de matéria prima às nações ricas. Os economistas clássicos ajudaram a justificar este processo. Eles viam o trabalho apenas como mais um bem tal como o capital e os produtos manufacturados. Tinha valor apenas na medida em que produzisse lucros, reduzindo pessoas a meios, servindo o objecto de uma maior produção.”¹

Então, o que estava em causa era o Crescimento económico, ou seja, o aumento do PNB (Produto Nacional Bruto), pois acreditava-se que este conduziria as sociedades ao Desenvolvimento. O conceito de Desenvolvimento, ou mais concretamente o conceito de Crescimento, era contextualizado por características que privilegiam as condicionantes económicas, associado ao crescimento industrial, assim como, com a experiência europeia e a vida na cidade.

Após as descolonizações, as políticas orientaram-se para promoverem um crescimento elevado: o principal objectivo era o aumento da riqueza através da industrialização, sendo o papel da agricultura meramente de suporte.

“A fé no crescimento estava baseada na hipótese de que os seus benefícios seriam, eventualmente, largamente espalhados. Nas fases iniciais, os políticos das economias mais liberais aceitavam que os ricos pudessem ficar mais ricos e que os pobres tivessem

¹ PNUD(1996:43-44)

que apertar os cintos. Mas tinham esperança que recompensando os ricos desta forma, este teriam um incentivo para inovar, poupar e acumular capital – e que isto, por fim, beneficiaria os pobres.”²

Ignorando a realidade histórica das colónias, aplicou-se a realidades diferentes o modelo aplicado às economias desenvolvidas. Neste período partiu-se do estudo dos países mais ricos e concebeu-se uma proposta de política de Desenvolvimento para os novos países, como tal o Desenvolvimento surge como uma aplicação dos modelos dos países ricos aos países pobres. Esta prática tem como condicionantes o etnocentrismo, as referências de países diferentes são impostas a países que nada têm em comum com os modelos a prosseguir, por outro lado os países mais ricos não se preocupam com o Desenvolvimento – mas sim com o Crescimento, surgindo a teoria do Desenvolvimento como uma teoria para países pobres.

O pós-guerra favoreceu uma concepção político-económica que vai concretizar um modelo mais intervencionista com a concertação social e a motivação para o trabalho, personificados teoricamente pelo Keynesianismo, New Deal e Fordismo. É nesta conjuntura que se promovem as ideias relativas ao Desenvolvimento Regional.

*“ Durante as décadas de 50 e 60 desenvolveram-se concepções de crescimento económico diversas mas que, na sua maior parte, admitiam a justeza de três seguintes afirmações :
- Um crescimento económico rápido dá origem a níveis mais elevados de desenvolvimento social e cultural e é factor de redução das desigualdades sociais;
- O crescimento económico é fundamentalmente possibilitado pelo aumento do stock de capital físico e pelo alargamento do mercado; o aumento da taxa de participação do investimento no PIB é condição essencial de arranque para um crescimento económico sustentado;
- A indústria é o sector-chave deste processo de crescimento.”³*

As obras de autores como Kuznets (1955) e Lewis (1954) fundamentaram a abordagem característica do início do pós-guerra, dominado pelo paradigma do “trickle down”. Assim sendo, o crescimento seria inevitavelmente harmonioso e iria alargar-se aos diversos sectores e às

² PNUD (1996: 46)

³ ALMEIDA, J.F. et al. (1994 :4)

diferentes regiões e populações e, como tal, o próprio desenvolvimento atingiria a evolução desejável.

Com uma visão dualista da sociedade, baseada num sector tradicional - a agricultura - e um sector moderno - a indústria - e, conseqüentemente, com diferentes níveis de produtividade, salários, rendimentos e técnicas, o crescimento seria preconizado pela transferência de mão de obra para o sector moderno, o que inicialmente agravaria as desigualdades de rendimento, mas que, posteriormente seriam ultrapassadas de forma mais rápida, quanto mais acelerado fosse o processo de crescimento económico. Esta teoria justificou a liberalização do mercado internacional e por outro lado, o apoio financeiro aos países menos desenvolvidos, com o objectivo de promover o seu desenvolvimento.

Contudo a realidade estava longe de confirmar estas teorias: o fosso entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos teimava em persistir, agravado pelo não investimento em tecnologias e formação profissional e conseqüente menor crescimento; pelas relações de dependência das economias menos desenvolvidas no que concerne ao mercado internacional e pela alta taxa de natalidade que conjugada com melhores cuidados de saúde, vem a originar um crescimento mais rápido da população, com todas as conseqüências sobre o nível de vida que daí advêm.

Foi neste clima sócio-económico que as concepções do desenvolvimento enquanto conseqüência do crescimento económico foram contestadas.

É que os dois conceitos - Crescimento e Desenvolvimento - muitas vezes usados como sinónimos são, contudo, expressões diferentes de uma mesma realidade e como tal devem ser clarificados.

O Crescimento é um fenómeno de natureza quantitativa que define a evolução da actividade económica. Ligado ao conceito de Crescimento está a quantidade de bens e serviços produzidos numa determinada sociedade e posta à disposição das pessoas.

Nem todas as componentes do conceito de Crescimento integram o processo de Desenvolvimento, uma vez que não é qualquer Crescimento que promove o Desenvolvimento. Os seus elementos económicos estão contidos no Crescimento e são inerentes a este. Contudo, o Desenvolvimento vai integrar outros elementos para além dos económicos, envolvendo alterações qualitativas.

Sendo um conceito mais abrangente e globalizante utiliza elementos do campo extra-económico, combinado transformações sociais e mentais de uma população.

A realidade do Crescimento traduz-se na expansão da produção, inclui o progresso técnico, modifica as estruturas económicas e implica o aumento de investimento, desenvolvimento do comércio e aumento do consumo. Não se preocupa com a redução das desigualdades ou com a preservação do ambiente.

Apesar do Desenvolvimento requerer Crescimento económico, ultrapassa esta dimensão, implicando, também, planeamento territorial, desenvolvimento dos diferentes sectores da produção, redução de desigualdades, melhoria da qualidade de vida, satisfação das necessidades básicas de toda a população, garantia das liberdades e respeito pelos direitos humanos e respeito pelo ambiente e pelas gerações futuras.

As primeiras teorias explicativas dos processos de Desenvolvimento viam este como mero empreendimento económico, assente em investimentos de natureza financeira e tecnológica, todavia, o desenvolvimento passou lentamente a ser encarado como um projecto de vida colectiva, construído por todos aqueles a quem se destina.

“(...) falar em processo de desenvolvimento é algo mais, é querer definir para o futuro um estilo de vida diferente, com maior riqueza mas também com novidade de atitudes, comportamentos, formas organizacionais, estruturas e até sistemas de valores.”⁴

⁴ SILVA (1968 : 6)

Com o principal objectivo de melhorar as condições de vida dos países em crise, flagelados pelas trágicas consequências que derivam de um conflito bélico à escala mundial, surgiram inúmeros projectos de Desenvolvimento, postos em prática mediante a implementação de medidas planificadas de Desenvolvimento sócio-económico. O conjunto destas medidas que na altura se caracterizaram pela inovação que acarretavam, tornaram-se instrumentos eficazes de transformação social que viriam a actuar de forma significativa sobre os níveis de vida, os equipamentos e a própria estrutura social em que se inseriam.

Na verdade, a reacção às consequências da Segunda Guerra Mundial resultou num movimento de solidariedade humana, que se viria a traduzir em *“iniciativas de ajuda mútua e na pesquisa de um «método» gerador de nível de vida e bem-estar social, compatível com a dignidade do homem”*⁵.

É precisamente aqui que podemos situar o gérmen do Desenvolvimento Comunitário que será abordado de seguida.

Em face da precaridade dos resultados alcançados, concluiu-se que:

*“O desenvolvimento humano é o fim – o crescimento económico um meio. Portanto, o objectivo do crescimento deve ser enriquecer a vida das pessoas.”*⁶

2.1.2. ALGUMAS NOTAS SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO

As questões do Desenvolvimento surgem como questões a abordar, uma necessidade político-teórica.

As primeiras políticas regionais têm a sua génese em Inglaterra, Itália e França. Da produção bibliográfica deste último país podemos destacar em 1946 o livro *“Paris et le Desert Français”* de Jean Gravier, que evidencia como tudo estava concentrado em Paris, sendo de destacar ainda o autor francês

⁵ BRITO (1996: 23)

⁶ PNUD(1996:1)

François Perroux para quem Crescimento económico assume uma definição diferente de Desenvolvimento e o espaço ultrapassa o conceito geométrico.

Os espaços são irrepetíveis surgem com a componente dos actores, assistimos a uma passagem do espaço objecto ao espaço sujeito. Os actores no concreto são influenciados pelo espaço e pela percepção de que os actores são portadores, como tal o espaço tem uma densidade própria que nos condiciona.

A produção teórica de Perroux fez chegar até nós uma outra contribuição: o conceito de pólo de Desenvolvimento. Sendo o espaço assimétrico, existem localizações que são mais dinâmicas do que outras. O Desenvolvimento devia centrar-se em pólos de Desenvolvimento a partir dos quais irradia o Desenvolvimento, são os chamados efeitos de dispersão ou efeitos centrífugos, tanto assim, o conceito de pólo de Desenvolvimento dá origem ao, denominado, funcionalismo.

O processo de promoção do Desenvolvimento é, muitas vezes, perspectivado sob dois paradigmas diferentes e mesmo opostos entre si, nomeadamente, o paradigma funcionalista e, em reacção a este, o paradigma territorialista.

O paradigma que parte da concepção do espaço como lugar de inscrição dos resultados das tendências económicas, ou seja, a teoria económica espacial do crescimento polarizado, esteve na base do Desenvolvimento de uma filosofia orientadora das políticas públicas de promoção do Desenvolvimento local e regional, que mais tarde se viria a completar com a integração do princípio da primazia do crescimento económico como objectivo de Desenvolvimento.

Este quadro espacial interpretativo da doutrina da promoção do Desenvolvimento traduz-se no chamado paradigma funcionalista. O paradigma funcionalista, parte do pressuposto que qualquer processo de Desenvolvimento é inicialmente desencadeado em determinados sectores da actividade económica, a partir de áreas geográficas específicas e se difunde, com o decorrer do tempo, aos outros sectores e a todo o território nacional,

obedecendo a uma lógica “de cima para baixo”. Assim, o Desenvolvimento regional/local estaria hierarquicamente dependente das grandes metas macro-económicas e do crescimento económico global, como consequência deste processo mais geral.

Se o Crescimento económico acontece de forma desequilibrada, no território, surgindo através de pólos que se propagam, então a promoção do Desenvolvimento local e regional deve passar pela consideração de quais os espaços que reúnem melhores condições para se transformarem em pólos de crescimento e pelo investimento na constituição desses pólos, gerando um processo de crescimento económico por difusão dos efeitos de um determinado investimento concentrado no conjunto da economia. Assim, a propagação da inovação acontece a partir de pontos localizados, que progridem com maior rapidez e “arrastam” o progresso de zonas progressivamente mais amplas.

À consideração de que o Desenvolvimento resulta do Crescimento económico, e à noção de que o Crescimento económico é promovido pela optimização das condições de difusão da inovação, junta-se a noção de que o organismo privilegiado para a sua promoção é o Estado e/ ou organismos dele dependentes.

Com o tempo, surgiram as críticas ao Desenvolvimento polarizado, devido sobretudo à intervenção de novos agentes na promoção do Desenvolvimento local e regional. Assim se gerou um novo conjunto de problemas que pôs em causa não apenas a produção do efeito de difusão, mas também o poder do Estado, uma vez que o nível de definição de estratégias das entidades produtoras nem sempre era coincidente com o das autoridades territoriais nacionais.

A incorporação da nova realidade económica no pensamento sobre a promoção do Desenvolvimento levou à construção de novos quadros interpretativos. A crítica da polarização nesses termos introduz novidades importantes na discussão sobre a promoção do Desenvolvimento local e regional, equacionando-se o espaço em termos de recursos disponíveis, numa

óptica que inclui os mecanismos de poder e os factores imateriais, bem como os recursos humanos e não exclusivamente, como outrora, em termos de acessibilidade e custo de distância. Esta perspectiva entende o espaço como espaço social e os recursos como recursos mobilizáveis pelos actores, que se transformam em factores de Desenvolvimento apenas e quando há capacidade de emergência de protagonistas que permitam operacioná-los. Trata-se do paradigma territorialista da promoção do Desenvolvimento.

O ponto de partida dos territorialistas é a crítica de uma perspectiva do Desenvolvimento que assenta na maximização das oportunidades económicas entendidas como sendo exteriores às estratégias dos actores e aos factores culturais associados aos diferentes meios. Esta perspectiva implica uma leitura do Desenvolvimento local e regional que se afasta das análises estritamente económicas, ao convocar uma definição espacial que implica a consideração das especificidades das práticas dos actores. Por outro lado, está também em causa uma noção de região que não é apenas uma participação tecnicamente justificada de um território nacional, mas sim uma unidade de sentido definida pela existência de laços de pertença.

A perspectiva territorialista aposta na revalorização das culturas locais como estratégia de Desenvolvimento, numa orientação que se pretende emancipadora de populações desfavorecidas. Parte do princípio que as entidades territoriais devem reagir à sua desintegração com um reforço do centramento sobre si próprias, para a definição das suas estratégias próprias de Desenvolvimento, defendendo assim o Desenvolvimento endógeno, na medida em que,

“as propostas da corrente territorialista alternativa orientam-se pelo objectivo do Desenvolvimento (...) que é o da progressão na satisfação das necessidades das populações o que, por sua vez, implica uma opção prioritária pela promoção das condições de vida dos grupos sociais desfavorecidos.”⁷

⁷ MARTINS(1995 : 87)

O paradigma territorialista do Desenvolvimento caracteriza-se, em suma, pelo pressuposto de base que para promover o Desenvolvimento e a satisfação das necessidades básicas das populações é indispensável a mobilização do potencial endógeno das diferentes regiões; ou seja, é indispensável que os impulsos de Desenvolvimento surjam de “baixo para cima” e que passem sucessivamente do nível local para o nível regional, até ao nível nacional ou mesmo supranacional. O paradigma territorialista do Desenvolvimento concede assim especial atenção ao papel dos actores locais, encarando-os como verdadeiros agentes de Desenvolvimento local, ao mesmo tempo que perspectiva o Desenvolvimento como uma interrelação entre variáveis económicas e sociais, no seguimento daquilo que o Desenvolvimento Comunitário havia já proposto na década de 60.

**2.1.3. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:
A PROPOSTA DOS ANOS 60**

Tal como já referimos, o gérmen do método de desenvolvimento comunitário pode ser identificado no período do pós-guerra, proporcionado sobretudo em consequência da dinamização ao nível da luta por melhores condições de vida, bem como, pela política levada a cabo pela então recém criada Organização das Nações Unidas (O.N.U.).

Assim se defende que o Desenvolvimento Comunitário seja o resultado de:

“uma conjugação de dois tipos de contributos ao desenvolvimento: os específicos da análise económica e os das técnicas psicológicas. Nisto consiste a sua originalidade”⁸

⁸ SILVA (1963: 543)



Em 1953, foi instituído pelo Comité das Nações Unidas e das organizações especializadas um grupo de trabalho com o objectivo de se dedicar à análise do problema mundial numa perspectiva multidimensional e que envolvia nomeadamente, o ângulo político, económico, sociológico, psicológico, médico, social e administrativo. É a partir desta data que se começa a generalizar na cena internacional a expressão Desenvolvimento Comunitário, aplicado inicialmente às regiões menos desenvolvidas, constituindo assim um meio de aceleração do seu desenvolvimento económico.

É neste sentido aliás, que se situa a definição de desenvolvimento comunitário proposta pelas Nações Unidas:

“O desenvolvimento comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País.”⁹

Apesar do destaque que o método de Desenvolvimento Comunitário assume neste trabalho, outras são as contribuições para o referido método, nomeadamente, a que se verificou nos finais dos anos 70 – a afirmação de estratégias de crescimento centradas na satisfação das necessidades básicas da população - “basic needs” – e estratégias de redistribuição com crescimento.

“É ainda na década de 70 que encontramos um estudo que constitui um marco fundamental na investigação da relação entre crescimento e desenvolvimento : Adelman e Morris (1973, 1974) escolhem diversas variáveis que caracterizam o desenvolvimento (35 variáveis de natureza económica, sócio-cultural e política), mostrando que do PNB per capita não é o factor mais relevante para explicar as diferenças entre países na desigualdades do rendimento, mas antes as seguintes : (1) o grau de desenvolvimento dos recursos humanos; (2) a abundância dos recursos naturais; (3) o grau de intervenção do Estado na actividade económica; (4) o grau de dualismo; (5) a importância nas instituições económicas; (6) o grau de participação política. (...) De facto, a quebra de

⁹ SILVA (1964: 498)

crescimento e a instabilidade da economia mundial só vieram agravar as desigualdades de desenvolvimento a nível mundial. Em particular, as elevadas taxas de juro e o grau de endividamento dos países menos desenvolvidos levaram a que a dívida externa se tornasse o problema principal de muitos desses países.

A década de oitenta foi particularmente negativa sob o ponto de vista do desenvolvimento, com decréscimo de rendimento per capita dos países mais pobres, acompanhado por um persistente crescimento da população e uma acelerada degradação do ambiente.

Esta década assistiu à supremacia de concepções neoliberais/conservadoras de desenvolvimento, que levaram à redução não só da intervenção do sector público no impulso ao crescimento económico mas ainda do auxílio ao desenvolvimento. Tais concepções tiveram uma larga dose de responsabilidade (através nomeadamente da actuação de algumas instituições internacionais) nos desastrosos resultados obtidos nos anos oitenta.”¹⁰

Diversas concepções acerca do processo de desenvolvimento têm surgido com base quer na insatisfação com os caminhos já percorridos, quer através da constatação da situação de pobreza e carência social a nível mundial. Como tal, surge nos anos 80 o conceito de Desenvolvimento Sustentável, integrando as dimensões ecológica e demográfica no conceito de desenvolvimento económico, pretende assegurar que as gerações actuais satisfaçam as suas necessidades sem impedir que as gerações futuras tenham a mesma possibilidade.

Aplicável à escala mundial, este conceito decorre da integração de aspectos ecológicos e demográficos no conceito económico de desenvolvimento aliado a uma cooperação a nível mundial, substancialmente diferente das concepções neoliberais dos anos setenta e oitenta.

Os novos conceitos de Desenvolvimento destacam a necessidade de priorizar o investimento em capital humano, em oposição ao capital físico característico dos anos cinquenta. Os processos de Desenvolvimento deverão integrar, conseqüentemente, a educação e a formação profissional.

Outro aspecto inovador é a articulação entre os diferentes níveis - mundial, nacional, regional e local - assim como o facto do desenvolvimento tecnológico surgir como factor de crescimento e ser considerado causa e consequência do processo de Desenvolvimento.

¹⁰ ALMEIDA, J.F. et al.(1994: 7-8)

Assim sendo o PNUD 1992 apresenta o seguinte conceito de Desenvolvimento Humano :

“processo que permita o alargamento do leque das escolhas oferecidas aos indivíduos:: a possibilidade de melhorar o seu acesso à educação e aos serviços de saúde, aumentar os seus rendimentos e acesso ao emprego; engloba toda a gama de escolhas humanas, sejam as que permitam viver um estilo de vida são ou gozar de liberdade, quer no plano económico quer político.”

Vários são os autores que se têm dedicado ao tema do Desenvolvimento Comunitário.

Para BRITO o Desenvolvimento Comunitário designa:

“um modo de promoção, cujo objectivo é considerar simultaneamente todos os aspectos da vida do homem e da colectividade onde está integrado. Daqui se infere que o método exerce uma contribuição decisiva no plano social, agindo objectivamente e de modo contínuo sobre os níveis de vida e bem-estar individual e familiar”¹¹

Jorge MIRANDA defende que o

“(..) desenvolvimento comunitário ou é o desenvolvimento social enquanto complementar do desenvolvimento económico ou, mais rigorosamente, o desenvolvimento económico assumido por comunidades de base e, por conseguinte, realizado na associação das populações às actividades públicas”¹²

Mais recentemente e no mesmo sentido Ezequiel ANDER-EGG caracteriza-o como:

“uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida.”¹³

A técnica de Desenvolvimento Comunitário funciona de certo modo como uma síntese de conhecimentos pertinentes, retirados de uma multiplicidade de disciplinas como a Economia, a Psicologia, a Sociologia e

¹¹ BRITO (1996 : 24)

¹² MIRANDA(1970 : 21)

¹³ ANDER EGG, E. 1980, Metodologia y practica del desarrollo de la comunidad, Tarragona, UNIEUROPE, 10ª ed., p. 69

mesmo a Antropologia Cultural, aplicados ao fenómeno do progresso humano, de forma a suscitá-lo, orientá-lo e controlá-lo.

De acordo com Maria Manuela da SILVA (1964), o Desenvolvimento Comunitário baseia-se num conjunto de princípios, mais concretamente:

- Parte das necessidades “sentidas” pela população;
- Envolve a população no seu próprio desenvolvimento, fazendo-a tomar consciência de que este é obra sua e portanto deve ser feito com a sua adesão, o seu esforço e os seus recursos;
- Suscita o máximo aproveitamento dos recursos locais (conhecidos e potenciais), tanto materiais como humanos;
- Proporciona uma colaboração eficaz entre as populações e os serviços, assegurando a estes a maior rentabilidade;
- Fomenta a cooperação e entre-ajuda, quer enquanto atitude de espírito quer na organização económica e social da comunidade;
- Procura uma resposta global para os diferentes aspectos da promoção humana.

Assim surge a técnica do Desenvolvimento Comunitário, cujo objectivo genérico é:

“a aceleração do processo geral de desenvolvimento económico-social de uma região ou país”¹⁴

Todavia, este objectivo geral é susceptível de concretização e particularização. Desta forma, o Desenvolvimento Comunitário procurará mais concretamente dotar as comunidades locais, susceptíveis de viabilidade económica e cultural, do necessário equipamento colectivo; criar localmente condições de trabalho produtivo, mediante assistência técnica a actividades artesanais tradicionais e implantação regional de novas indústrias adequadas

aos recursos existentes; reorganização agrícola; fomento da educação de base generalizada a todos os sectores de população e particularmente aos jovens e aceleração, com controlo, da transformação das condições de vida das famílias.

Para a consecução destes objectivos, o Desenvolvimento Comunitário deverá manter estreita colaboração com os serviços existentes, promovendo a sua máxima eficiência no duplo aspecto de coordenação de políticas dos vários serviços e na sua adequada adaptação às necessidades locais.

No que diz respeito à estruturação de uma política de Desenvolvimento Comunitário a implementar, há que equacionar um conjunto de questões, tais como o objectivo do Desenvolvimento Comunitário e o tipo de programa a adoptar, a entidade responsável pela sua execução, o recrutamento e formação de agentes de desenvolvimento comunitário, o financiamento e, por último, a investigação e avaliação dos projectos.

Relativamente ao objectivo concreto a atingir com o Desenvolvimento Comunitário e o tipo de programa a adoptar, consideram-se habitualmente três tipos de Desenvolvimento Comunitário, nomeadamente, o **integrado** (inspira e estrutura toda a política de um dado país), o **adaptado** (nasce e desenvolve-se ao lado das estruturas administrativas e políticas já existentes, às quais inculca uma nova óptica e modo de actuação) e o **projecto - piloto** (tem uma estrutura própria em relação com as estruturas existentes mas independente delas e realiza-se com duração limitada para a consecução de fins particulares).

A entidade responsável pela política de Desenvolvimento Comunitário está encarregue de desempenhar um conjunto diversificado de funções que passam nomeadamente: pela animação das comunidades locais em ordem a despertar-lhes o desejo de progresso e a prepará-las psicologicamente para o alcançarem; a ligação entre as comunidades a

desenvolver e os diversos serviços públicos de apoio técnico e financeiro aos projectos locais e regionais; a coordenação a nível nacional, regional ou local das políticas que podem influir na melhoria do nível de vida e bem-estar das populações locais; o recrutamento e formação de agentes de Desenvolvimento Comunitário a vários níveis; o apoio técnico aos projectos-piloto e, finalmente, a avaliação de resultados.

A eficiência do Desenvolvimento Comunitário está em grande medida condicionada pelo número e grau de qualificação dos agentes de vários níveis, “verdadeira pedra de toque de um desenvolvimento comunitário autêntico”. Daí que, em todos os planos de Desenvolvimento Comunitário se dê grande importância ao recrutamento e formação dos agentes.

O financiamento é outro dos aspectos importantes a ter em conta aquando do processo de Desenvolvimento Comunitário, como forma de cobrir encargos como os da remuneração do pessoal, programas de formação, deslocações aos projectos em curso e material didáctico e de informação.

Toda a política de Desenvolvimento Comunitário tem de se apoiar numa avaliação regular que proporciona elementos objectivos para a elaboração de novos planos, pistas de previsão e correcção das disfunções e base para a investigação, pelo confronto entre resultados previstos e realizados. A avaliação deve fazer-se a todos os níveis pelos agentes de actuação de cada nível mas é igualmente desejável uma avaliação geral feita inclusivamente por agentes estranhos à execução.

A originalidade e riqueza do conteúdo do método do Desenvolvimento Comunitário radica essencialmente nos habitantes, isto é na população local, na medida em que, por sua própria iniciativa, participam nos esforços a realizar, nos serviços técnicos a empreender, bem como noutros afins. Desta forma, é possível efectivar-se a transformação desejada, mediante a intervenção da população local que, por sua própria iniciativa participa activamente nas realizações propostas, impulsionando o

desenvolvimento dessas iniciativas, conjugação de esforços pessoais e ajudas mútuas.

Assim,

“as iniciativas, espontâneas ou suscitadas por intervenções diversas, constituem uma das bases do método, pelo ótimo clima que criam a favor do progresso”.¹⁵

O método de Desenvolvimento Comunitário caracteriza-se, sobretudo por uma atitude mais do que pelo conteúdo das actividades programadas,

“pois o que fundamentalmente interessa é o modo como o factor humano se envolve na óptica das realizações e consciencializa as funções que é chamado a desempenhar relativamente às transformações que possam intervir no seu esquema de vida”.¹⁶

Para Maria Manuela da SILVA, o desenrolar do processo de Desenvolvimento Comunitário pode ser visto como uma sucessão de cinco etapas, nomeadamente:

- a informação geral e dinamização da colectividade,
- a prospecção das necessidades e recursos potenciais,
- a descoberta e formação dos líderes locais,
- a elaboração de um plano; e, por último,
- a avaliação dos resultados.

Todavia, como a própria autora reconhece, *“estas etapas não se sucedem em compartimentos estanques como o seu enunciado pode sugerir”* ¹⁷, dado que a informação se torna necessária em todas as etapas do plano e, analogamente, a descoberta dos líderes e a sua formação deve ser uma preocupação desde os primeiros contactos. O programa de trabalho deverá por isso ser flexível, ao mesmo tempo que se fará acompanhar de uma avaliação regular ou mesmo contínua, em relação a cada novo passo ou iniciativa tomada.

Relativamente à **primeira fase**, isto é, à informação geral e dinamização da colectividade, há que chamar a atenção para o facto que o

¹⁵ SILVA(1964:503)

¹⁶ SILVA(1964: 505)

¹⁷ SILVA(1964: 546)

Desenvolvimento Comunitário pode ser desencadeado por diferentes entidades, sejam elas uma pessoa da região a título individual, um líder formal, um órgão da administração, uma associação de carácter social, cultural ou humanitário, uma equipa de técnicos ou um centro de investigação. Independentemente, contudo, da entidade que desencadeia o processo de Desenvolvimento Comunitário, há sempre um momento de arranque.

O primeiro passo consiste assim em transmitir à colectividade a ideia de Desenvolvimento Comunitário: a necessidade de participação de todos em ordem à consecução do melhor nível de vida. Por outras palavras, é necessário informar a colectividade sobre as possibilidades que o desenvolvimento comunitário lhe poderá trazer. O primeiro objectivo da informação é precisamente criar uma atitude positiva em relação ao projecto, em relação às pessoas que o desencadeiam e aos motivos porque o fazem. É de certa forma uma fase de pré-informação que deve atingir toda a população da colectividade. O segundo objectivo da informação é provocar uma reacção favorável ao desenvolvimento por parte da população; importa por isso levar a população a querer progredir, a acreditar na possibilidade de progresso, a comprometer-se no seu próprio processo de desenvolvimento.

A **segunda fase**, prospecção das necessidades e recursos potenciais, alerta para a importância de basear o desenvolvimento num conjunto de conhecimentos, tão completo e exacto quanto possível, acerca da situação em causa, no duplo aspecto: necessidades e recursos existentes e potenciais.

O desenvolvimento comunitário não dispensa este conhecimento, daí que uma das fases do processo seja precisamente a investigação feita com vista à recolha de dados inerentes à situação que se vai fazer evoluir.

A **terceira fase**, descoberta e formação dos líderes locais, alerta para a existência de actores que a nível informal, paralelamente a toda a estrutura formal instituída, impõem um sistema de definição de funções e de comportamentos dentro do todo social, ou seja, a organização informal que existe em todas as colectividades.

Analogamente, é possível distinguir entre líderes formais e informais, consoante o seu papel se desempenhe na organização formal ou informal, já que um líder formal pode ou não ser um líder informal e vice-versa.

Do ponto de vista do Desenvolvimento Comunitário, apesar da colaboração dos líderes formais ser muito desejável, é sobretudo com os líderes informais que importa contar, pois são estes os líderes autênticos da colectividade enquanto os primeiros poderão sê-lo ou não.

A **quarta fase** incide sobre a elaboração de um plano como instrumento capaz de dar maior eficácia à acção que se empreende, caracterizando-se por visar a satisfação das necessidades reais de uma dada colectividade. A elaboração do plano parte do reconhecimento feito pela população das suas necessidades e recursos potenciais, tem o acordo final da população, directa ou indirectamente manifestado a partir os seus representantes mais autênticos, e é realizado, avaliado e controlado pela própria população.

A **quinta fase** consiste na avaliação dos resultados. A avaliação dos resultados situa-se logicamente no termo de qualquer projecto, muito embora se possa igualmente fazer a avaliação no fim das diferentes fases. No Desenvolvimento Comunitário, a avaliação deve incidir não só sobre os resultados materiais obtidos como também sobre as transformações de mentalidade operadas. Importa contudo precisar que a avaliação deve fazer o confronto entre os resultados obtidos e os resultados previstos, quer benéficos, quer também das disfunções, procurando, em cada caso, conhecer as possíveis causas. A avaliação deverá ser feita pela população implicada no processo de desenvolvimento mas também pelos técnicos.

Também na concepção de Maria Anita Quintela de BRITO (1966), o processo de Desenvolvimento Comunitário se desenvolve em cinco fases principais. A primeira fase passa por estimular os indivíduos a manifestarem as suas ideias, ambições e expectativas, por forma a que se possa estruturar um programa adequado à satisfação das suas necessidades. Assim se avança para a segunda fase que consiste basicamente na elaboração de um inventário das necessidades sentidas que tende a ampliar-se progressivamente,

reflectindo a própria interdependência da vida comunitária. Todavia, porque nos deparamos, não raro, com uma multiplicidade de necessidades, perante a escassez de recursos, impõe-se a importância de satisfazer necessidades com base na definição de um esquema de prioridades, estamos então perante a terceira fase. Chegados a este ponto, a comunidade sente necessidade de elaborar um programa de acção, o seu programa que, a nível local, deve conduzir ao completo e equilibrado desenvolvimento da colectividade, através de uma acção concertada de elaboração de projectos de fins últimos.

A estruturação de um programa de acção exige a definição clara e objectiva dos fins desejados, bem como, a indicação dos meios previstos para os atingir, para além de um conjunto de disposições inerentes ao recrutamento e formação de pessoal, à actividade dos líderes locais, à organização de trabalhos no domínio da pesquisa, experimentação e avaliação. A importância da avaliação social é tal que constitui esta a quinta e última fase do processo de Desenvolvimento Comunitário.

A avaliação social impõe-se em todos os campos de acção, particularmente quando se efectivam novas e extensas actividades que se virão repercutir nos padrões de vida e relação das comunidades. Todavia, a avaliação, ao constituir parte integrante do processo de Desenvolvimento Comunitário, deverá acompanhá-lo desde o início, ao invés de revestir apenas a forma de “*ex-post facto*”. Só desta forma, as interpretações deduzidas da avaliação poderão ser usadas para um adequado desenvolvimento dos recursos existentes e contribuirão para melhorar a eficácia dos programas mediante uma investigação periódica em fases consideradas chave e abrangendo os vários aspectos do programa.

Não obstante o facto da avaliação social ser um todo, é possível, por uma questão metodológica, dividi-la nas fases seguintes:¹⁸ formulação dos objectivos, escolha de critérios de medição, recolha de dados e análise e interpretação dos dados. Acrescenta, ainda, a mesma autora, as vantagens da avaliação social e que são, nomeadamente, a determinação da eficiência ou

ineficiência dos programas; a introdução de correcções oportunas; reconhecimento dos recursos disponíveis e das necessidades e problemas das colectividades; fomentar o acordo sobre os objectivos e prioridades; resolver desentendimentos e conflitos entre os responsáveis do plano, entidades administrativas e população; e, interpretar os efeitos directos ou indirectos, imediatos ou longínquos, gerais ou locais das acções empreendidas.

2.1.4.POTENCIALIDADES E DEBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O interesse por esta técnica de Desenvolvimento resultou de uma constatação empírica que se traduz na dificuldade que as comunidades ou regiões económicas menos desenvolvidas têm em se aproveitarem do processo geral de Desenvolvimento e em contribuírem para ele; daí que o Desenvolvimento Comunitário tenha sido aplicado inicialmente como uma técnica para enfrentar a situação das comunidades menos desenvolvidas. Os argumentos em favor do Desenvolvimento Comunitário são assim de dupla natureza. Por um lado, os argumentos económicos que se fundamentam no seu papel enquanto instrumento de aceleração do desenvolvimento económico das regiões menos desenvolvidas.

Alfredo de SOUSA considera mesmo que,

“uma das razões porque o Desenvolvimento Comunitário (D.C.) tem tido bastante aceitação, como o demonstra a lista de projectos sucessivamente crescente que as Nações Unidas apontam, é que ele é olhado como uma técnica eficaz de promoção do crescimento económico a baixo custo”.¹⁹

Por outro lado, os argumentos colhidos da justiça social, nomeadamente pela aspiração a que todos os povos beneficiem

¹⁸ BRITO(1966: 29)

¹⁹ SOUSA(1963: 464)

equitativamente do progresso, pelo menos no que respeita à satisfação das necessidades fundamentais.

Todavia,

*“o desenvolvimento comunitário é uma técnica que tem aplicação numa multiplicidade de situações e não apenas nos casos das regiões atrasadas”.*²⁰

O Desenvolvimento Comunitário parte da base, das necessidades sentidas pela população e sobre elas constrói o plano de acção, contando desde o começo, com a iniciativa, a responsabilidade e liberdade de escolha por parte dos interessados. Em suma, através de uma identificação psicológica entre a população e o plano, de uma mobilização geral dos recursos potenciais existentes ao nível da colectividade, o Desenvolvimento Comunitário opera transformações substanciais no modo de viver dos povos e prepara uma mentalidade nova favorável ao progresso, capaz de o assimilar e apta à cooperação.

O Desenvolvimento Comunitário caracteriza-se pois pelo ênfase que coloca na comunidade local e na sua dinamização como forma de desenvolver.

No que diz respeito às debilidades do Desenvolvimento Comunitário, é necessário evidenciar o facto da filosofia que lhe é subjacente assenta num princípio paradoxal, dado que apela simultaneamente à associação voluntária da população e ao envolvimento por parte do poder central e regional, partindo do princípio que é possível compatibilizar sem problemas os problemas específicos em termos de unidades locais e mesmo assim, inculcar à população o sentido de esforço comum com vista ao progresso nacional geral.

Como afirma Maria Manuela SILVA, a dificuldade é real e

*“dá a alguns margem para duvidar do êxito do Desenvolvimento Comunitário, receando que ele se torne um processo demasiadamente longo, quando não puramente utópico”.*²¹

²⁰ SILVA (1964: 499)

²¹ SILVA(1963: 543)

Todavia, ao mesmo tempo que se levantam vozes em favor do Desenvolvimento Comunitário, acreditando na possibilidade de ultrapassar a aparente antinomia de interesses entre os governos centrais e as populações locais precisamente através da técnica do Desenvolvimento Comunitário, sobretudo pelo facto de assumir a população local como actriz principal do “seu” projecto de Desenvolvimento, dado que o Desenvolvimento Comunitário, como o próprio nome indica, deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar.

O Desenvolvimento Comunitário é assim muitas vezes apelidado de utópico, sobretudo quando cria na comunidade uma série de expectativas de desenvolvimento que nem sempre são concretizadas, registando-se os efeitos negativos sobre a população, outrora privilegiada e agora negligenciada, em favor de projectos económicos ou associativos mais “rentáveis”.

2.1.5. TENDÊNCIAS RECENTES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A emergência da noção de sujeito local, evidenciara, nos anos 60 e 70 o Desenvolvimento Comunitário como processo de promoção do desenvolvimento junto das comunidades e torna a evidenciá-lo hoje, no limiar do século XXI.

Como afirma Xan Bouzada FERNÁNDEZ, na década de 60:

“a potencialidade do D.C. ia quedar agachada pola desbordante vitalidade dun proceso industrializador que desactivou ós axentes sociais deixándo-os impotentes e desorientados.”

pelo que, o interesse pelo Desenvolvimento Comunitário e Local torna a surgir numa época em que

“o declive do marco macroindustrial puxo a moitos homes na rúa e cando as nosas comunidades e sociedades locais experimentaran xa entre nós un crítico treito que as alonxara dos seus modelos tradicionais orixinarios.”²²

²² FERNÁNDEZ (1993: 946).

Ao longo da década de 90, tem-se vindo a evidenciar o interesse por uma melhor compreensão da acção local ou da acção a nível das comunidades locais, por forma a resolver os seus problemas e a satisfazer as suas necessidades, o que pode ser encarado como o ressurgir da filosofia subjacente ao Desenvolvimento Comunitário, necessariamente adaptado à nova realidade que os anos 90 encerram, intervindo sobretudo numa micro-escala, contrariamente à tendência macro que impulsionou os movimentos sociais dos anos 60.

É neste sentido que se enfatiza, actualmente,

*“a necessidade de assumir a comunidade-base como ponto de referência real e a população não como puro destinatário de acção social, mas também como sujeito activo e potencialmente capaz de confrontar-se com os seus próprios problemas.”*²³

no âmbito do paradigma territorialista da promoção do Desenvolvimento.

Neste contexto,

*“o Desenvolvimento Local e Comunitario rexurde coma unha utopía-refuxio para tempos de intenso desguace ideolóxico.”*²⁴

não raro, aplicado a problemas de natureza étnica e cultural, em pequenas comunidades.

Para além do conceito de Desenvolvimento Comunitário – que ao longo deste trabalho assume um relevo especial – o conceito de Desenvolvimento Regional vai ser referenciado, influenciado pela evolução das sociedades contemporâneas considerando nomeadamente o problema territorial : a globalização que afecta quer as novas estratégias e produtos bem como ao nível da comunicação – o mundo torna-se uma “aldeia global” .

O processo de globalização foi acelerado pelos movimentos de integração tendo em conta quatro variáveis: a internacionalização dos mercados; internacionalização dos fluxos financeiros; internacionalização da produção; e, internacionalização da comunicação. A ideia de

²³ MARCHIONI (1991: 37)

²⁴ FERNÁNDEZ (1993:944)

transnacionalização traduz-se relativamente ao nomadismo dos tempos modernos na relação com o espaço, instável e descontínuo de onde emerge a ideia de espaço virtual. As localizações são diversas em espaço geográfico e são alteráveis e descontínuas, pelo que, o conceito de território acompanha esta alteração: o território deixa de ser estável e contínuo.

A supranacionalização promove igualmente a diluição do conceito de território, sendo a associação de países uma regra nos dias de hoje. A globalização implica autonomia ao nível da informação, comunicação e cultura, o marketing global é outra das constantes nas sociedades contemporâneas.

O conceito de Desenvolvimento Regional, enquanto tentativa de ordenamento do território vai perder importância para o conceito de Desenvolvimento Local: mais próximo das pessoas e a ser influenciado por estas novas dinâmicas e realidades ultrapassando, assim, o carácter de ordenamento para interagir com a globalização que fez ressurgir a localização- surge o glocal – destacando o reforço das abordagens locais e por outro lado o universalismo, a diversidade, o cosmopolitismo e o enraizamento.

Outro factor condicionante da evolução do conceito de Desenvolvimento é a crise do Estado Providência. Crise que se manifestou quer ao nível financeiro e orçamental bem como ao nível ideológico. As teses que defendem o não intervencionismo, nomeadamente as assumidas pela denominada Escola de Chicago, vão pôr em causa o Estado Providência que se viu debilitado pela crise do Fordismo. Diferentes quadros teórico-práticos vão propulsionar novas concepções de Desenvolvimento que são influenciadas pela transformação da gestão ao nível dos recursos humanos, acentuando-se a sua flexibilidade e precariedade profissional acompanhada, não raramente, de mobilidade territorial; pela crise dos modelos de gestão que tende, agora, a ser descentralizada o que tem consequências espaciais; pelos novos paradigmas tecnológicos ao nível das biotecnologias,

micro/opto-electrónica, novas tecnologias dos raios laser, novos materiais e têxteis inteligentes, a robótica e burótica.

Neste contexto três grandes desafios se colocam:

- Emprego / desemprego – a dispensa de trabalhadores com consequentes alterações dos perfis profissionais;
- Qualificação / Desqualificação – associando este binómio, respectivamente, a uma minoria e a uma maioria,
- Desafio espacial – as novas tecnologias permitem localizarmo-nos em sítios diferentes com uma dupla influência ao nível dos conceitos de Desenvolvimento : impulsionando para a descentralização, por um lado, e para a centralização, promovendo a unidade mundial.

Outra componente a considerar, em termos dinâmicos, quando abordamos esta temática, é a componente dos recursos. A economia tradicional menosprezava a questão dos recursos, foi a partir da década de 70 que esta questão assumiu relevância, quer ao nível dos recursos naturais quer ao nível dos recursos humanos. O que relativamente à temática que estamos a abordar - Desenvolvimento Regional - tem duas implicações:

- ao nível do ambiente, vai implicar um conceito maior, ligado ao ambiente físico e estético. Questões como o ambiente, a compatibilização recursos - emprego – Desenvolvimento não podem ser ignoradas;
- ao nível dos recursos humanos, que ao assumirem uma importância redimensionada vão contagiar o conceito de Desenvolvimento Regional introduzindo a valorização e a competência, pois que o sistema de formação é uma realidade indissociável para a valorização dos recursos humanos enquanto potencial endógeno.

A evolução das procuras vão introduzir novidades nos padrões de comportamento dos consumidores e estão associados a padrões de crescimento económico, nomeadamente, a importância do ambiente nas

preferencias dos consumidores - as “procuras verdes”, quer ao nível do turismo como dos produtos alimentares – o que vai influir ao nível do Desenvolvimento Regional; pelo aproveitamento dos recursos que até então estavam escondidos, a componente cultural surge como um factor determinante ; os serviços de proximidade quer ao nível espacial – «just in place» - quer ao nível temporal – «just in place» - , ligados à afectividade e à confiança nos prestadores .

A acompanhar a evolução da procura estão também associadas:

- a tercearização, uma vez que o peso dos serviços no consumo é cada vez maior.
- as novas configurações geo-estratégicas precipitadas pela queda do muro de Berlim, o centro geo-estratégico passou do Atlântico para o Pacífico, assim como,
- as iniciativas de afirmação do mundo islâmico e as alterações verificadas na África Austral.

Face a essas mudanças novas propostas, conceitos e práticas de Desenvolvimento vão emergindo : Desenvolvimento Alternativo, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Integrado.

Uma das mais requisitadas “*buzz words*” nos últimos anos é a palavra empowerment, à qual John FRIEDMAN, denomina como uma política de desenvolvimento alternativo cujo objectivo é:

“(...) humanizar um sistema que o excluiu e conseguir isto através de formas de resistência diária e de luta política que insistam nos direitos da população como seres humanos, cidadãos e pessoas, e procurem compreender os seus poderes criativos por dentro. O objectivo central é a inclusão destes num sistema reestruturado que não os tornar redundantes”

“Diferenciando necessidades territoriais e específicas de diferentes grupos sociais, particularmente os disempowered, defende um modelo descentralizado e participativo de tomadas de decisão no desenvolvimento. Ao mesmo tempo, dá voz aos interessados das gerações futuras, que desejam uma continuidade histórica num desenvolvimento territorial”²⁵.

²⁵ FRIEDMAN(1996:36)

Baseado na acção local, o Desenvolvimento alternativo através da mobilização das bases da sociedade civil, pretende desencadear um processo de empowerment social e político com o objectivo de reequilibrar a longo prazo, a estrutura de poder na sociedade, com a participação dos excluídos.

Gradualmente passamos de conceitos focalizados na satisfação das necessidades para conceitos que enfatizam a realização de capacidades.

O conceito de Desenvolvimento Local está acente no conceito de comunidade enquanto a essência de uma entidade que une as pessoas e a concretização dessa essência em redes de solidariedade activa, a comunidade define-se por redes de relações sociais concretas.

O local não é um problema de geografia. O paradigma territorialista introduz o espaço de vivência colectiva onde se realçam as relações de colectividade e as redes de solidariedade, o território surge como uma comunidade de interesses, como uma carta de aspirações e estratégias cujo ponto de partida são os interesses da comunidade. Desta forma a lógica é invertida : o conceito de Desenvolvimento vem de baixo para cima – o que é o oposto ao funcionalismo, o principio da subsidiariedade é activado. Novas dinâmicas foram introduzidas: conceito de desenvolvimento integrado, multidisciplinar e pluridimensional – ultrapassando a base económica; os agentes de desenvolvimento são todos - no funcionalismo o Estado, as empresas e as centrais sindicais assumiam a responsabilidade; acentua a democracia participativa, enquanto ao funcionalismo sublinhava a democracia representativa, o paradigma territorialista vai diversificar enquanto o funcionalista uniformizava; desencadeia o processo de Desenvolvimento input - output, no paradigma territorialista o que está em causa é a integração horizontal.

As razões justificativas do relevo que o Desenvolvimento Local, assume na era da Globalização são em termos gerais, as seguintes:

- O nível local está mais enraizado nas nossas vivências. O comportamento e vivências que mais contam na substância da vida das

peessoas situam-se a nível local. A identidade e a solidariedade jogam-se há mais tempo. O local é mais concreto e mais fácil de se apropriar;

- A crise do Estado Nação e Estado Providência (crise ideológica e económica) , cujos buracos permitem afirmar as solidariedades locais, empurrou as comunidades locais para a ribalta da acção – sociedade providencia, onde o estado surge como parceiro ao mesmo nível;

“ O reforço da sociedade civil. A revolução industrial, o surgimento da classe média e a solidariedade colectiva que daí resultou são os ingredientes-chave do Estado-Providência moderno. A evolução deste Estado-Providência levou a que muitas actividades anteriormente eram exercidas, fora da economia monetarista, ao nível da esfera privada, se transformassem em serviços pagos fornecidos ao nível da esfera pública. Com o aparecimento do desemprego em massa, das restrições orçamentais e uma confiança crescente dos mercados, a par de alguns novos valores da responsabilidade individual, alguns destes bens parecem estar a sair do domínio público, senão para o sector não-monetarizado, pelo menos para o mercado privado. Talvez este movimento seja acompanhado de um reforço da sociedade civil, com novas organizações civis e grupos de pressão que promovem a «solidariedade comunitária» ao abordarem problemas que assombram as comunidades locais”²⁶

- As novas tecnologias viabilizam a dispersão;
- Deseconomias da globalização associados aos custos de viver em grandes aglomerados;
- Percepção da qualidade de vida e do ambiente;
- Marketing Glocal, que permita passar uma mensagem de dupla ideia : cidadão do mundo e cidadão de uma zona;

“A emergência de mercados globais, tecnologias da informação, liberdade do movimento de capitais, de bens, serviços e mão-de-obra deu origem a um novo paradigma : as regiões e comunidades locais que desejem competir nestes mercados globais têm que quebrar o seu isolamento, desenvolver formas de abordagem inovadoras, criar e cultivar as suas vantagens comparativas e ligarem-se ao mundo através de redes para poderem sobreviver. Porém, por outro lado, a concorrência global deixou para trás um grande número de mercados de serviços locais e produtos que não competem com o resto do mundo. Esses mercados, podem quando detectados e devidamente utilizados, responder a uma parte cada vez maior da procura não satisfeita, criando assim empregos nos mercados mais alargados sem pressões inflacionistas ou distorções..(...) A crescente complexidade dos sociedades e dos mercados de trabalho exigem soluções que ultrapassam o Estado-Nação tradicional, o que explica a emergência de empresas transnacionais e instituições

²⁶ LOENROTH, Juhani ,(1999) “Estratégias Locais de Emprego Uma Perspectiva Europeia”, in Sociedade e Trabalho n° 7, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade. pp 19.

supranacionais. Por outro lado, observamos um movimento simultâneo no sentido da delegação da tomada de decisões para o nível das regiões e das comunidades à medida que as condições se vão tornando cada vez mais diferentes e os problemas multidimensionais não podem ser resolvidos através de decisões de carácter nacional estandardizadas e uniformes.

Novas formas de trabalho. A era pós-industrial assistiu também ao fim do Taylorismo. As novas tecnologias tornaram possível uma diversidade crescente de tipos de produção. Simultaneamente, com o desenvolvimento das empresas, de outsourcing, de especialização enquanto contrapeso de produtos estandardizados, de teletrabalho, de trabalho doméstico e assim por diante. Tudo pode ser visto como novas oportunidades para um processo de produção de base e gestão locais.”²⁷

O conceito de **Desenvolvimento Local**, enquanto

“ processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, mas em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora de todas as dimensões da vida, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonistas e soluções”²⁸

surge-nos composto por dez ingredientes :

- **Processo de mudança**, o que se relaciona com o próprio conceito de desenvolvimento e com as consequentes alterações e transformações na sociedade implicando, portanto rupturas e processos de criação/destruição;
- **Centrado numa comunidade territorial**, entendendo-se como tal um grupo humano com identidade reconhecida ou em construção e assente em redes de **solidariedade**, efectivas ou potenciais, que o mobilize para acções colectivas concretas, constituindo-se, portanto, **como comunidade de interesses**, sendo que o território é um elemento dessas identidades e solidariedades, as necessidades locais constituem o ponto de partida ;
- Que parte da **constatação de necessidades não satisfeitas**, ou seja, cuja origem é o reconhecimento de fraquezas próprias (ou problemas não

²⁷ LOENROTH (1999: 19)

²⁸ AMARO, Rogério Roque et al.(1999)

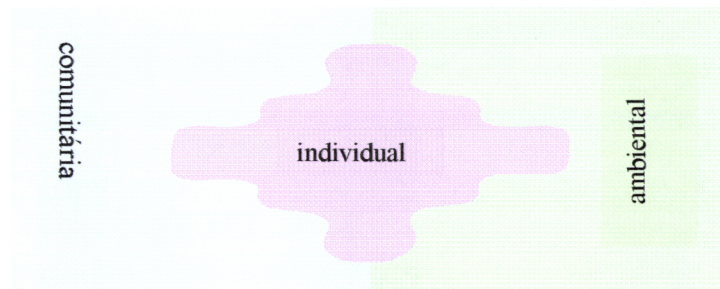
resolvidos) e/ou de **ameaças** exteriores à sobrevivência e ao bem-estar da comunidade;

- **Às quais procura responder, prioritariamente a partir das capacidades endógenas**, ou seja, mobilizando e realizando **as forças e as potencialidades próprias** (internas ao grupo humano e ao território em questão);
- O que pressupõe **uma lógica e uma pedagogia de participação**, fazendo, portanto, apelo ao protagonismo activo dos actores locais e ao exercício da sua cidadania activa, questionando, por consequência, o conceito de democracia existente, e apelando a processos de **“empowerment”** (no sentido de reforço das capacidades de protagonismo e de intervenção) desses actores locais;
- **Em articulação necessária**, no entanto, com **recursos exógenos** de todo o tipo (humanos, financeiros, materiais, de informação, etc.), ou seja, aproveitando as oportunidades do meio envolvente, de maneira a **fertilizar** (e não a inibir ou substituir) as capacidades locais; articula virtuosamente endógeno e exógeno;
- **Numa perspectiva necessariamente multidimensional**, ou seja, integrada e integradora das diferentes dimensões e componentes da vida em sociedades e dos seus processos de mudança;
- O que implica uma abordagem interdisciplinar e interinstitucional e, portanto, **uma dinâmica de trabalho em parceria**, desde a concepção à avaliação, passando pela mobilização dos recursos e pela execução;
- Com um impacto tendencial em toda a comunidade, ou seja, numa lógica do tipo “mancha de óleo” e gerando efeitos de imitação de “boas práticas”;
- E com uma grande diversidade de pontos de partida, problemas, necessidades, capacidades, enquadramentos, protagonistas, soluções, ritmos, resultados, etc., ou seja, contrastando com os tradicionais

processos de desenvolvimento numa óptica economicista, de natureza homogeneizadora e uniformizadora.

As dimensões do **Desenvolvimento** correspondem às dimensões da pessoa:

Figura 1



“Desenvolvimento é uma palavra composta : des-envolvimento. A palavra des-envolver significa libertar dos envoltivos, libertar daquilo que envolve, daquilo que fecha. O desenvolvimento é o desabrochar, ou seja, a libertação do que está fechado, isto é, do ser humano encarado em três dimensões.

A primeira dimensão é que cada um é diferente; pode haver parecenças entre alguns, mas somos todos diferentes uns dos outros. a primeira dimensão do desenvolvimento é a «individualidade». A Revolução Francesa descobriu isto, só que descobriu esta dimensão esquecendo-se das restantes, e portanto caiu no individualismo.

A segunda dimensão do desenvolvimento é a dimensão do encontro. Na nossa vida, encontramos-nos e desencontramos-nos uns com os outros, e esse encontros e desencontros fazem parte do nosso desenvolvimento; aliás, não somos «pessoas» se não nos encontrarmos e desencontrarmos uns com os outros. É a dimensão comunitária ou social. (...)

A terceira dimensão, (...), é o encontro do homem com os outros parceiro que não são humanos. Até há pouco tempo ignorámos esse encontro, esquecemo-lo, fizemos de conta que ele não existia ou utilizamo-lo para dominação. É a dimensão ecológica, ambiental. O ser humano tem estas três dimensões : a sua individualidade, o sentido comunitário e o sentido ambiental. Um desenvolvimento que não seja capaz de integrar e articular estas dimensões nunca será desenvolvimento.”²⁹

A intervenção comunitária implica realidades diversas, exige abordagens contextualizadas dos grupos, processos de transformação

²⁹ AMARO (1994: 171-172)

colectiva, intervenção de base territorial, com a participação da população e a responsabilização de todos os parceiros.

Actualmente, uma outra abordagem conciliadora de indicadores de desenvolvimento com novas referências teóricas tem assumido destaque: Desenvolvimento Integrado, que se fundamenta nas seguintes premissas:

- ▶ A dinamização das comunidades locais – com as suas necessidades, capacidades e potencialidades – é o ponto de partida;
- ▶ Parte de uma visão holística do homem, da natureza, da sociedade e do conhecimento;
- ▶ Defende a complementaridade de aspectos como masculino/feminino, passado/futuro, teoria/prática, quantitativo/qualitativo, entre outros, daí retirando a energia que se gera a partir desta contradição;
- ▶ Apela ao envolvimento e cooperação entre diferentes sectores de actividade, actores e gerações;
- ▶ O planeamento é a três níveis: curto, médio e longo prazo;
- ▶ Pressupõe a capacidade de (re)agir, interagir e antecipar.

Desta forma,

“(...) o desenvolvimento do futuro deverá passar pela interdisciplinariedade, pela interdependência e articulação entre o indivíduo, a comunidade e o ambiente, e pela ideia do desequilíbrio.”³⁰

NOTAS FINAIS

Face à crise dos modelos de Desenvolvimento, ou mais concretamente dos modelos de acordo com os quais vinha sendo conceptualizado, em especial a seguir à Segunda Guerra Mundial,

³⁰ AMARO (1994: 173)

reconhecemos importância a todos os contributos para o enriquecimento e reequacionamento acerca da problemática do Desenvolvimento.

Contudo são os recentes e/ou reinventados conceitos-Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Alternativo e a abordagem do “Empowerment” que, ao apelarem à multidimensionalidade dos processos de mudança, exercem influência predominante, quer na Acção Social como nas metodologias de intervenção.

2.2. ACÇÃO SOCIAL

Neste capítulo pretendemos perspectivar a Acção Social nos dias de hoje, equacionando os desafios que se lhe colocam ao vivermos num contexto sócio-económico específico e que requer dos profissionais do social atitudes e posturas técnico-pragmáticas adequadas e que acompanhem os ritmos da mudança. Para tal fazemos uma incursão sobre as diferentes dimensões que Acção Social pode assumir.

A Acção Social tem vindo a ser conceptualizada como “uma entidade promotora de bens não comerciais”, isto é, surge como um conjunto de acções cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida das populações, tendo como preocupação primordial a dimensão humana e social. O “inédito viável” que pretende garantir é a autonomia, a integração e o protagonismo social dos indivíduos e dos grupos vulneráveis.

O entendimento de que a Acção Social está configurada com intervenções de carácter imediatista e remediativo, agindo quase exclusivamente sobre os sintomas, tem que dar lugar a uma Acção Social estruturada, global e com características promocionais e de desenvolvimento. De forma a acelerar a concretização dos novos horizontes é necessário contextualizar a Acção Social nos dias de hoje.

2.2.1. ACÇÃO SOCIAL : ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DAS TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO

Ao longo da pesquisa bibliográfica realizada e da leitura de um certo número de autores que têm dedicado a sua atenção às questões relativas à Acção Social, foi-nos possível constatar que não existe uma definição consensual e uniforme. Existem, isso sim, definições relativas ao tipo de trabalho realizado, muitas vezes adequados aos contextos sociais, políticos e

económicos de cada país³¹, relacionadas com o tipo de abordagem que se privilegia: filosófica, sociológica, administrativa ou política.

Outros factores a considerar na análise dos conceitos de Acção Social são as características e os problemas sociais mais evidentes, as orientações políticas, o papel dos agentes sociais, o enquadramento institucional da acção, assim como os meios utilizados, as metas e objectivos a que se propõe, entre outros.

Para além destas condicionantes, outro factor a contribuir para a diversidade de conceitos é a variação temporal que tem acompanhado a Acção Social: de “assistência social”, com um significado pouco positivo e mais ligado à dependência, passamos, ainda que de forma paulatina, para um conceito mais moderno de “apoio social”.

Tendo sido esta mudança mais terminológica do que de conteúdo - as conotações pejorativas continuaram-lhe associadas - o que impulsionou o uso generalizado de uma nova noção, a de “Acção Social”.³² Mais uma vez esta alteração não teve significado ao nível das representações e das práticas e como tal a definição do termo ficou comprometida.³³

Outro factor contributivo para a heterogeneidade do termo em análise é sua incerteza semântica. Num mesmo campo de significação é possível identificar diferentes termos, tal como atesta A. THÉVENET (1984: 15):

“... as noções de ajuda social - protecção social - acção social interferem umas com as outras e se imbricam, ao mesmo tempo que as representações mentais que elas engendram são frequentemente muito diferentes e inconstantes...”

³¹ Cf. ONU (1973)

³² Cf. TYMEN, J. e NOGUES, H. (1988: 36)

³³ Em termos gerais duas representações acerca da Acção Social estão mais ou menos generalizadas: Acção Social com o objectivo de remediar as injustiças mais marcantes ou Acção Social ligada à luta contra a marginalidade [Cf. TYMEN, J. E NOGUES, H. (1998) e ONU (1971)]. Tal como atesta a obra de B. LORY (1975), a degradação da qualidade de vida vai promover a alteração ao nível da escala de valores, que a Acção Social acompanha. Passa de uma conotação residual e correctiva, para uma posição de vanguarda.

Contudo podemos inventariar outros termos, como “serviço social”, “trabalho social”, “intervenção social”. Estes dois últimos em conjunto com Acção Social podem ser usados de forma semelhante.³⁴

É neste ambiente algo confuso que surgem tentativas de organização, nomeadamente, os autores do relatório da ONU (1971) que concedem à “acção social” pouco peso histórico, menos benévola que a “protecção social”, mais abrangente do que o “serviço social” (restringido, essencialmente à actividade dos trabalhadores sociais) e do que a “promoção social”, uma vez que este termo está mais relacionado, em alguns países europeus, com a formação ao longo da vida activa e não propriamente com acções dirigidas a pessoas mais desfavorecidas.

A Acção Social surge, para estes autores, em referência à política dos poderes públicos, deixando um espaço para as acções individuais, de grupos organizados ou espontâneos, que desempenham um papel importante no apoio aos outros.

Para além destes autores outros, nomeadamente ALFANDARI, E. (1998) reconhecem o carácter instável e evolutivo do conceito.

Outros autores defendendo a falta de definição aos níveis da população alvo, dos profissionais especializados, das instituições e até mesmo ao nível do financiamento, fundamentam aí a não definição da Acção Social.³⁵

Por último, encontramos quem considera que as tentativas para um conceito linear são fúteis e mesmo “auto-destrutivos”³⁶.

Quando a discussão entra pelo campo normativo, alguns autores defendem que se é difícil formular regras mais difícil será fazê-las respeitar, em virtude dos traços particulares da acção social³⁷.

Para J. TYMEN e H. NOGUES (1998) a Acção social deve continuar flexível, dinâmica, inovadora. Sendo assim não se compadece com

³⁴ Cf. GUERRA, I. (1998)

³⁵ Cf. TYMEN, J. E NOGUES, H. (1988: 25-26)

³⁶ KURTZ, R. H. (1960)

³⁷ Cf. ONU (1974)

codificações rígidas consubstanciadas em normas jurídicas. A Acção Social deve mesmo:

“escapar aos constrangimentos jurídicos e administrativos para poder explorar livremente proposições sociais adaptativas, reformadoras ou revolucionárias...”³⁸

2.2.2. PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE ACÇÃO SOCIAL

Utilizado em diversas perspectivas, o conceito de Acção Social tem raízes filosóficas. Utilizada na linguagem do senso comum para referenciar as acções que visam remediar os problemas da vida colectiva, já em termos sociológicos esta visão utilitária é afastada e emerge uma “problematização da acção humana”, na qual têm origem distintas concepções sociológicas.

Por sua vez a abordagem administrativa, na qual a expressão em análise é utilizada em termos jurídicos, orçamentais e organizacionais, não existe uma definição oficial. No que concerne ao seu sentido político, a Acção Social surge como uma “política pública”, sendo neste campo que as intervenções sobre o tecido social se desenrolam³⁹.

Não se verificando um consenso acerca de uma definição propriamente dita de Acção Social, até porque, como destaca E. ALFANDARI (1989) a preocupação, muitas vezes, focaliza-se mais na afirmação de princípios, responsabilidades, finalidades ou na enumeração das actividades a desenvolver, do que ao nível da definição, em si mesma. Desta forma, foi-nos possível identificar alguns enunciados que nos permitem situar acerca das diferentes formas de “olhar” a Acção Social, nomeadamente, no que diz respeito à sua condição, às suas funções e finalidades. De referir que existe uma complementaridade entre as diferentes perspectivas e que outras análises são possíveis, obviamente, para além da adoptada neste trabalho.

³⁸ MONDOLFO, P. (1997)

³⁹ Cf. B. SILVA et al (1987: 11) ; BARREYRE, J.-Y. Et al. (dir) (1995 : 26-27) ;GRAWITZ, M. (1988)

A condição que a Acção Social pode assumir está associada a elementos diferentes mas justapostos.

De acordo com alguns autores onde se inclui B. LORY (1975), a Acção Social está a par da saúde pública ou da educação nacional, afirmam que:

“...a acção social é uma função colectiva cujo objectivo é a melhoria da qualidade da vida social...”

Noutra perspectiva a Acção Social é entendida como o “sistema que promove a integração social através de serviços, programas, projectos e actividades que visam a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, famílias e grupos”⁴⁰.

Quando se delimita o âmbito de intervenção da Acção Social, pode ficar situado entre o conjunto das políticas governamentais ou circunscrito a uma área da administração pública (ou privada). Assim sendo, a Acção Social surge definida como um sector particular da política social e que através das suas especificidades, da dimensão e composição dos grupos alvo ou pela dispersão quer geográfica, organizacional e funcional e pela diversidade dos seus meios de intervenção ⁴¹.

Já no relatório⁴² do Grupo de Trabalho sobre a cooperação europeia para o desenvolvimento da formação e da pesquisa em acção social, a Acção social é entendida como:

“o conjunto dos serviços sociais e dos processos que permitem assegurar a protecção das pessoas com vista a melhorar o funcionamento do sistema social e as relações sociais ao nível do indivíduo, do grupo, da comunidade, das instituições ou da sociedade.”

⁴⁰ Tal como refere MADEIRA, Maria Joaquina R. (1998). “Social Action in Portugal” *in* European Journal of Social Work, vol 1, nº 2, pp. 227-230. Em Portugal esta perspectiva estava presente de forma marcada, pela própria organização do Sistema de Segurança Social, que se encontrava interligado em objectivos e técnicas de intervenção com o sistema - dos regimes - de segurança social (cf. I. das NEVES: 1996).

⁴¹ Cf. ONU (1974)

⁴² Cf. ONU (1973: 20)

Já a definição proposta por J. do PASSO et al. (1997) é a seguinte:

“a acção social pode ser entendida como um conjunto de acções orientadas para dar resposta a necessidades individuais, e o conjunto de acções orientadas para influenciar e alterar as condições do meio e melhorar o quadro de vida dos indivíduos e das populações”

Por último podemos ainda reconhecer à Acção Social uma perspectiva instrumental, interligada com o facto de ser uma forma específica dos grupos profissionais que lidam com o social. Nesta mesma linha encontramos, entre outros, a definição enunciada por I. GUERRA (1998):

“... uma actividade desenvolvida por um conjunto de profissionais, provenientes de diversas áreas de formação, que lidam directamente com a questão social”.

Se a dimensão de análise a utilizar para categorizarmos as concepções encontradas for as funções assumidas pela Acção Social, podem inventariar algumas das suas, considerando sempre a sua interdependência :

- ▶ Função curativa ou terapêutica, segundo a qual a Acção social visa remediar as situações mais urgentes;
- ▶ Função supletiva ou complementar, na qual a Acção Social vai desenvolver apoios que de outra forma não seriam proporcionados;
- ▶ Função preventiva, considerando que as actividades da Acção Social podem prevenir as situações de fragilidade;
- ▶ Função de desenvolvimento,⁴³ a Acção Social visa a promoção social através da participação dos indivíduos, grupos e comunidades nos processos de desenvolvimento sócio-local;
- ▶ Função política, os agentes de Acção Social influenciam pela emissão de pareceres e opiniões a orientação e elaboração de políticas sociais.

⁴³ Para tal contribui o noção de Desenvolvimento Comunitário, assim como as noções mais recentes de Desenvolvimento apontadas no capítulo anterior

Por outro lado, a identificação das finalidades da Acção Social irá contribuir, igualmente para compreendermos melhor a Acção Social que está em discussão.

Assim, tendo como base a ideia comum de transformação e melhoria das situações que constituem o objecto das suas actividades é possível, ainda identificar algumas categorias que apesar de interdependentes e simultâneas, foi possível isolar as seguintes:

- a. Integrar os indivíduos inadaptados;
- b. Responder às necessidades individuais;
- c. Melhorar as condições de vida dos cidadãos – indivíduos, famílias e grupos;
- d. Garantir os direitos sociais;
- e. Modificar o meio social;
- f. Adaptar as estruturas sociais.

Tudo isto decorre a níveis diferentes de actuação: ao nível do indivíduo; ao nível dos grupos e ao nível do sistema político e económico.

De referir que alguns estudiosos chamam a atenção para o facto da Acção Social ter uma conotação valorativa, associada a uma concepção do mundo ou de ideologia ⁴⁴.

A Acção Social e as suas concepções estão interligadas com a percepção que os agentes têm do funcionamento da sociedade, consequentemente, E. ALFANDRI (1989: 100-101) identifica três tipos de Acção Social :

- tipo conservador ou paternalista, uma vez que Acção Social confina as suas actividades a remediar as injustiças e tende acima de tudo, a consolidar o sistema;
- tipo compensadora, sendo o sistema imperfeito e inalterável, a Acção Social pode ser uma forma de

⁴⁴ ANDER-EGG, E. (1995)

contrabalançar os efeitos negativos, em algumas camadas da população do funcionamento económico;

- tipo contestatária, sendo o funcionamento do sistema recusado, a Acção Social irá ser o meio que desencadeia a alteração das prioridades e finalidades do progresso económico.

Pelo exposto é possível concluir que existem inúmeras definições e perspectivas de Acção Social que podem conduzir a outras análises, i.e., baseadas em critérios como a periodicidade da acção, ou como defende H.L.LURIE (1965), termos em conta o estatuto social dos beneficiários, o campo de acção, a área geográfica, os patrocinadores da acção e os problemas sociais. Assim sendo, a Acção Social e nas palavras de R. BENJAMIN (s/d:57) “... não constitui um conceito rigoroso. A ideia permanece inconstante e merece ser elaborada diante das situações. A palavra encerra uma realidade de alguma maneira imperceptível: como os indivíduos e os grupos, da mesma forma que as instituições sociais, perseguem finalidades extremamente diversas ou mesmo contraditórias, ela não pode recobrir uma ideia nítida e parece, em parte, desprovida de conteúdo conceptual real. A acção social é uma noção um tanto ou quanto confusa, em todo o caso incerta e totalmente indeterminada”.

2.2.3. DESAFIOS QUE SE COLOCAM À ACÇÃO SOCIAL

A Acção Social tem funcionado, até há pouco tempo, de forma redutora, fundamentada numa atitude remediativa e cujos resultados tinham pouco alcance, uma vez que as suas intervenções se fundamentavam em apoios pontuais, essencialmente de carácter material. Consequentemente, a Acção Social revestia-se de um cariz assistencialista e limitativo, uma vez que

as suas soluções estavam confinadas a situações individuais, sendo difícil ultrapassar as fronteiras da residualização e da exclusão social.

A focalização da intervenção social estava confinada ao trabalho com os grupos em situação de desfavorecimento, e as práticas de Acção Social significavam uma concessão que era atribuída às categorias subalternizadas e não surgia como um direito reconhecido do cidadão.

Contudo, isto não significa que a Acção Social com os desafios que se colocam, e que adiante passaremos a expor, deixe de dar resposta às pessoas que se encontram em situação de exclusão e marginalização social, atenuando as suas dificuldades. Significa, antes, que é necessário, com base na análise destas situações, actuar na prevenção dos factores que estão na sua origem e minimizar os seus efeitos e promover a inserção social com base no exercício da cidadania plena, na qual, e pela qual, os indivíduos adoptem uma postura activa e participativa.

“Tal significa que se pretende uma Acção Social mais afirmativa e criativa, que acompanhe o fluir dos processos socio-económicos, que “se ponha em dia” com os valores da época: apoie, mas não paternalize; tome iniciativas mas não substitua; previna mais que remedie e incite em vez de assistir.”⁴⁵

A Acção Social, inevitavelmente, foi afectada por crises que de forma mais ou menos flagrante têm vindo a condicionar a própria definição de sociedade e do social :

- ▶ A crise do Estado Providência;
- ▶ A evolução demográfica;
- ▶ As novas dimensões da crise económica;
- ▶ As novas lógicas territoriais;
- ▶ Os novos- ou reinventados – conceitos de Desenvolvimento.

⁴⁵ MADEIRA (1996b)

A lógica de integração social que precede o Estado Providência está associada ao crescimento económico e às teorias “Keynesianas” de acordo com as quais o Estado tem a capacidade, e o dever, de motivar a economia.

Contudo, ao Estado Providência são apontadas duas críticas fundamentais:

- Relativa ao papel do Estado : a sua intervenção vai desregular o funcionamento do mercado, produzindo efeitos perversos. No que concerne ao social, são criadas situações de eterna dependência dos assistidos;
- Relativa ao funcionamento do Estado : que sendo agente único nas funções que assume, funciona de forma burocrática, ineficaz e não rentável, uma vez que não está sujeito nem às regras de rentabilidade das empresas nem à concorrência.

Actualmente, duas questões devem ser tidas em conta para perspectivarmos o papel do Estado. A primeira é a da internacionalização das economias e a conseqüente intervenção do Estado com funções de normalização e de organização das economias, que é de tal maneira forte que um Estado é considerado forte se a sua economia é forte. A internacionalização das economias é simultânea a uma “nacionalização” da implantação produtiva e a circulação de mercadorias são controladas e negociadas pelos Estados locais.

A segunda questão relativa ao papel do Estado é o debate em torno do “menos e mais” Estado, que denota uma contradição entre os discursos e as práticas reais: sendo mais interventor ao nível económico e na regulação dos mercados, há em simultâneo, uma defesa de “menos” Estado em torno da esfera social.

“Mas hoje terá de admitir-se que o que caracteriza o funcionamento do “novo Estado” é a sua função enquanto produtor de bens e serviços e enquanto regulador das actividades económicas (e sociais) sendo a sua acção, dos

diferentes organismos, pautada por diferentes equilíbrios, lógicas e racionalidades.”⁴⁶

O novo funcionamento do Estado e a diversificação dos papéis do Estado vão ter consequências directas ao nível do financiamento, eficácia dos serviços e da hierarquia interna dos serviços e técnicos de Acção Social.

As influências mais decisivas que podemos identificar são:

- O apelo à iniciativa privada: com vantagens e inconvenientes, pois, se por um lado vai co-responsabilizar terceiros nas actividades de carácter social pode, também, fundamentar a irresponsabilidade do Estado ao nível do financiamento ou mesmo ao nível da gestão de serviços e equipamentos;
- O desenvolvimento de um modelo empresarial nos serviços sociais: que pretende introduzir modelos de gestão empresarial nos organismos do Estado, bem como introduzir um certo marketing social - com o objectivo de conhecer a satisfação dos clientes relativamente aos serviços prestados e de forma a dar visibilidade às acções.

“A introdução de modelos de gestão empresarial na máquina administrativa é, talvez, o contributo mais positivo deste reequacionar. As exigências de rigor, de avaliação e de rentabilidade, conduzem a gerir os serviços segundo modelos de exigências úteis para a acção social, pese embora os exageros nos cálculos da rentabilização de um serviço que é, por definição, de re-distribuição social. Mas saber quanto custa, quem o pode suportar, quem, em termos do seu rendimento, poderá ter acesso são, perguntas legítimas.(...)”

Outra inovação introduzida é o “marketing social” que ainda nos choca um pouco, da a nossa cultura tradicional.

Estudos de marketing, sondagens de opinião, spots publicitários, revistas, estudo da satisfação do cliente face aos serviços, estudos da concorrência sobre os mesmos campos de acção são usados hoje, por exemplo, por autarquias. Exemplos de que o marketing comercial passou para o marketing social com algumas vantagens nomeadamente no que se refere a um melhor conhecimento dos clientes e à divulgação da informação. De alguma maneira este marketing, se tem efeitos políticos não negligenciáveis, demonstra também uma maior

⁴⁶ GUERRA(1992: 211)

*permeabilidade ao exterior e um menor auto-centramento da administração”.*⁴⁷

- A crise das políticas sociais públicas e da ideia de interesse geral, que coloca em causa a responsabilidade e o papel dos diferentes parceiros sociais numa política social.

A **crise do Estado Providência**, quer ao nível financeiro como ideológico, trouxe novamente os ideais liberais para a ordem do dia, assim como, a defesa de uma menor participação e investimento do Estado nestas matérias. Como tal, surgem defesas de uma Sociedade-Providência, na qual os cidadãos e as suas organizações têm um papel activo e o Estado surge como Estado-parceiro. Consequentemente, a Acção Social deixa de ser “monopólio” do Estado para passar a ser partilhada na concepção e na execução.⁴⁸

A estrutura social está em transformação : quer ao nível da sua estrutura demográfica quer ao nível do mercado de trabalho.

Outro factor que instiga a Acção Social e a lança em novos desafios é a **evolução demográfica** e as implicações que o duplo envelhecimento e a “modernização” da sociedade portuguesa significam quer relativamente às relações sociais e intergeracionais, à solidariedade familiar e grupal, à Acção Social organizada, ao financiamento da segurança social assim como aos novos serviços de proximidade.

Acrescem a este cenário, as **novas dimensões da crise económica** dos últimos 25-30 anos, que tornaram mais visíveis os custos sociais e ambientais das opções económicas e ao longos dos quais os riscos de desemprego assim como de exclusão social - com a coexistência de velhas e novas formas - vão colocar novas exigências à Acção Social. Daí que uma

⁴⁷ GUERRA (1992: 213)

⁴⁸ Actualmente as medidas de política social têm, de uma forma evidente, tentado imprimir esta co-responsabilização entre o Estado e os diversos actores sociais. É o exemplo dos Projectos de Luta Contra a Pobreza, Rendimento Mínimo Garantido e, mais recentemente, a Rede Social (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/ 97 de 18 de Novembro).

nova visão dinâmica e actuante da Economia e da Acção Social - a Economia Social - integradora destas duas lógicas, seja uma mais valia para a intervenção até porque, no que concerne à Acção Social tem que se registar uma maior sensibilização e efectivação da dimensão económica ao nível das suas actividades e projectos.

Associado aos desafios que se colocam à Acção Social estão as **novas territorialidades** que se manifestam com diferentes aspectos.

As políticas e identidades de nível nacional começam a ser confrontadas com **novas lógicas territoriais**, nas quais, o supranacional, o transnacional e infranacional vão interagir e condicionar as medidas a adoptar. De salientar que o supranacional e o transnacional – enquanto integrantes do processo de **globalização** – vão implicar capacidades de negociação diferentes, até porque, a evolução global é cada vez mais condicionante dos problemas sociais, obrigando a intervenções mais informadas, que surjam por antecipação ou que sejam mesmo reactivas.

Apesar do relevo das duas lógicas referidas anteriormente, o **local** com alguma autonomia, exige cada vez mais uma Acção Social mais territorializada, i.e., mais horizontal e descentralizada.

Perante a existência destas duas dimensões - o global e o local – o problema da compatibilização entre os mesmos - o glocal - está na ordem do dia.

Considerando a temática do capítulo anterior – o Desenvolvimento e os seus novos conceitos - também estas novas concepções de Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Integrado, numa perspectiva de Des-Envolvimento que deve invadir a Acção Social e torná-la acção para o Des-Envolvimento pessoal, comunitário e ambiental, ou seja, promotor de um processo de auto-promoção que compreenda as dimensões da pessoa.

A dimensão comunitária do Desenvolvimento ⁴⁹ é uma estratégia que faz um apelo às energias e capacidades endógenas das populações, partindo das suas necessidades, com especial ênfase para as necessidades dos grupos mais desfavorecidos, e faz convergir os serviços públicos, autarquias e particulares no esforço de perspectivar soluções para os problemas locais, articulando as componentes económica e a dimensão social do processo de Desenvolvimento.

“É assim que a experiência adquirida com o desenvolvimento dos projectos de luta contra a pobreza, com a participação em projectos de desenvolvimento local e em outras experiências locais de cariz intersectorial face à resolução de problemas da população, num contexto bem delimitado, contribuiu para um melhor conhecimento e compreensão sobre a génese dos fenómenos de exclusão e de desfavorecimento que afectam pessoas, famílias, grupos e comunidades com os quais e para os quais se desenvolve o trabalho de Acção Social.”⁵⁰

Para além da complexidade do campo de intervenção da Acção Social, condicionada pelo quadro de referência que acabamos de expor, existe uma pesada herança que os profissionais do social precisam compreender e passar à frente:

- ▶ O sistema de acção social está fundamentado em prestações regulamentadas e de assistência pontual e é tecnicamente pouco exigente;
- ▶ O sistema de protecção social é composto por diferentes serviços com culturas próprias e algumas competições internas;
- ▶ O sistema de acção social é monofuncional, i.e., quase exclusivamente constituído por assistentes sociais;

⁴⁹ Apesar de ter constituído um marco de irrefutável importância na evolução da Acção Social, a afirmação da intervenção comunitária como base de actuação não foi plenamente conseguida naquela altura, em consequência de condicionalismos políticos e institucionais. Com efeito, num estudo recente sobre as políticas de combate à exclusão social é afirmado que no início da década de 80 a problemática da pobreza e exclusão social era “silenciada” ou mesmo esquecida no discurso político, o que era uma contradição se considerarmos a dimensão e as características do país. Paulatinamente, a partir dos finais dos anos 80 estas questões entram para o debate político como consequência das investigações que se realizaram sobre o tema, da emergência de novas formas de pobreza, e da atenção que a CE começou a dedicar a esta temática, nomeadamente através da promoção dos Programas de Luta Contra a Pobreza, que em Portugal se iniciaram em 1986 [Cf. SILVA, M. Manuela et al. (1991:20-23)].

⁵⁰ AAVV [(s/d): 75]

- ▶ Devido a um sistema centralizado, os técnicos têm pouca capacidade de decisão;
- ▶ A intervenção social é mais administrativa que comunitária;
- ▶ A existência de uma crise financeira;
- ▶ A co-existência de “novos” e “velhos” pobres, que lançam desafios quer em termos de recursos quer em termos técnicos.

São estas heranças que, de forma directa, vão influenciar a acção social a três níveis e estão relacionadas com a profundidade e simultaneidade das mudanças actuais – se por um lado, as mutações das sociedades contemporâneas atingem, em simultâneo, várias áreas e com ritmos acelerados, por outro, produzem rupturas relativamente aos modelos tradicionais de conhecimento, de intervenção e de funcionamento das organizações:

- a) Como referimos anteriormente, a multiplicidade de formas de exclusão social com as quais nos deparamos constituem um desafio à intervenção social. Os problemas sociais são condicionados pela esfera económica, a clientela tradicional passou a integrar pessoas que habitualmente não seriam utentes de acção social. Esta multidimensionalidade do fenómeno da exclusão social vai implicar um pensamento diversificado e complexo relativamente às diversas formas de exclusão e inclusão sociais;
- b) Os profissionais do social sentem-se, eles próprios, excluídos. Orientados por ideais de generosidade, humanistas e utópicos numa sociedade onde estes valores estão diluídos e onde o económico assume destaque, o social tem vindo, no entanto, paulatinamente, a ganhar terreno e a valorizar-se.
- c) A acção social tem necessidade de fundamentar a sua intervenção em conhecimentos científicos e técnicos e de chamar a si outros

profissionais que a própria multidimensionalidade da exclusão social exige.

“A acção social teve sempre como função facilitar o desenvolvimento e a adaptação da pessoa humana ao seu meio através da (re)construção das suas capacidades de autonomia. Para atingir esse objectivo recorria ao exame de situações com o utente, instaurando uma relação de qualidade através da escuta atenta e suficientemente distanciada, embora empática, que permita aceder a uma resolução dos problemas que se colocam.”⁵¹

2.2.4. TRANSFORMAÇÕES DA ACÇÃO SOCIAL

O desempenho profissional que é hoje exigido aos agentes de Acção Social tem contornos diferentes, balizados pelo contexto sócio-económico acima descrito. O trabalhador social tem que ter um olhar global para a sociedade, identificando os seus problemas e necessidades. Para além do saber olhar, é necessário saber escutar, aprender e elevar competências, tendo presente uma abertura de espírito, facilitadora da inovação e promotora de um espírito empreendedor que equacione alternativas; ao que se deve associar a capacidade de diálogo e de troca, para o qual o trabalho em equipa é fundamental e apelando à necessidade de troca e partilha de saberes e experiências e como tal à interdisciplinaridade e multidisciplinaridade ⁵².

Mantendo e cultivando a capacidade de auto-crítica e auto-avaliação do exercício de uma profissão que se quer exercida com alma, ultrapassando atitudes paternalistas e da acção meramente redistribuidora de serviços dinamizando sim acções para o desenvolvimento e inserção social, para o que contribui uma nova visão – ou melhor uma visão revisitada - do utente enquanto sujeito activo.

⁵¹GUERRA (1998: 39)

⁵² O que vai “abrir” a Acção Social a outras profissões, nas quais será mais fácil encontrar Técnicos do sexo masculino.

Para tudo isto são *conditio sine qua non* novas mentalidades, novas formas de organização e de gestão da Acção Social⁵³.

Esta nova lógica de intervenção vai ter influência ao nível dos instrumentos de combate à exclusão social. Assim sendo a prestação de serviços e acção curativa protagonizada pelos equipamentos e serviços, caracterizados por um certo hermetismo institucional e por uma visão parcelar da comunidade deverão antes funcionar como dispositivos de integração e desenvolvimento comunitário, nos quais o trabalho em rede com todos os agentes da comunidade se torna um imperativo.

Outra componente a introduzir na Acção Social é o planeamento, consubstanciado através da “engenharia” de projectos que supera as formas convencionais de actuação. Estas eram caracterizadas por intervirem mais ao nível dos sintomas do que sobre as causas; os indivíduos são administrados de acordo com procedimentos de normalização e classificação, e o trabalho faz-se por normas e não por objectivos, procedimentos que, em última análise, são geradoras de dependência.

*“O que se pretende é o máximo de aproveitamento de recursos locais e capacidades pessoais e transformar as condições de vida, elevando o estatuto de cidadania dos grupos mais vulneráveis, dotando-os de novos recursos e novas competências.”*⁵⁴

⁵³ O recentemente publicado Decreto-Lei n.º 45-A/2000 de 22 de Março, vem alterar a anterior Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (Decreto-Lei n.º 115/98 de 4 de Maio). Protagonista de uma reforma administrativa do sistema de solidariedade e segurança social, que visa “a racionalização dos meios e da coordenação e da interação entre as várias estruturas a actuar no terreno, sem esquecer a necessidade de uma gestão rigorosa e estrategicamente orientada dos recursos disponíveis, procurando uma maior proximidade das mesmas com os problemas e anseios da população, e conferindo-lhes as condições materiais, humanas e de organização indispensáveis para os modernos desafios colocados à Administração Pública” [cf. p. 1164-(2)]. Desta forma procede-se a uma fusão entre os dois eixos do Sistema de Segurança Social – regimes e acção social- através da criação de um *Instituto de Solidariedade e Segurança Social* que agrega as competências e atribuições anteriormente exercidas separadamente pelo centro Nacional de Pensões e pelos Centros Regionais de Segurança Social. O Instituto passa a coordenar a nível nacional as duas componentes do sistema – previdência e solidariedade- e para tal deverá proceder a uma desconcentração dos seus serviços de modo a aproximá-los dos cidadãos, “reforçando os seus serviços com base regional, distrital e local”. As Direcções-Gerais da Acção Social e dos Regimes de Segurança Social procurando responder a uma “lógica integrada de protecção social”, tornam a unir-se funções que outrora já estiveram juntas.
(v. Diário da República n.º 102/98 I Série A, de 04/05/1998 e Diário da República, Suplemento n.º 69, I Série A, de 22/03/2000).

⁵⁴MADEIRA (1996b)

Como tal, o caminho é para a concretização da política da satisfação das três necessidades de Erik ALLANRY⁵⁵ :

TER – relacionado com o nível de vida, oposto à pobreza;

SER – relativo ao potencial de auto-realização, oposto da alienação;

AMAR – refere-se à solidariedade e sentido de pertença, o contrário da anomia

Os principais desafios que se colocam à Acção Social têm a sua génese na abrangência do campo social e na complexidade dos problemas que abordada.

O objectivo principal da Acção Social: lutar contra a exclusão social e pela inserção social, deve ser reequacionado e passar a ser perspectivado como o espelho que reflecte três tipos de situações psicossociológicas diferentes:

- ▶ **Sentir-se**, toma-se consciência de se viver num estado penoso, pela diminuição de capacidades de prazer e de presença no mundo social;
- ▶ **Saber-se**, toma-se conhecimento pelo “feed-back”, sabe-se excluído mas não se sente como tal.
- ▶ **Ser considerado**, não se sabe, não se sente, mas os outros consideram-na.

A inserção social esta ligada à competência social – capacidade de viver com os outros e, à adaptação social – capacidade de utilizar os meios pelos quais a pessoa se torna “apta” a agir. Desta forma, a Acção Social não pode mais desenvolver-se e dinamizar-se “por” nem “para”, mas “**com**” a participação dos protagonistas e actores sociais.

O alargamento da parceria e a intensificação da participação são um dos pólos da acção social.

⁵⁵ MADEIRA (1996b)

Actualmente, o modelo de intervenção social surge global, integrado, articulado, participado, autónomo e planeado em oposição ao modelo utilizado anteriormente – sectorizado, parcelar, fragmentado, controlado, disciplinado, pontual e como tal inconsequente.

O campo social, longe de se tornar restrito e simples, alarga-se e complexifica-se pelo enviesamento de novas políticas sociais e económicas.

Ao nível da actuação a Acção Social deve orientar-se em torno de dois eixos:

- ▶ A territorialização da intervenção
- ▶ A especialização da intervenção, quer ao nível dos saberes, quer das formas de resposta.

A Acção Social tem que ser concebida e orientada para o desenvolvimento humano e social e, como tal exige-se:

- ▶ baseada na garantia dos direitos sociais;
- ▶ especializada, de forma a corresponder a necessidades específicas;
- ▶ personalizada, porque centrada na pessoa;
- ▶ contextualizada, porque concertada, coordenada e promotora do desenvolvimento social.

É de acordo com esta perspectiva que P. MONDOLFO (1995: 185) aponta quatro missões que os assistentes sociais deverão cumprir:

«*La première concerne l'optimisation des parcours d'insertion*», o que significa um incremento nas capacidades de diagnóstico, apelando para critérios de engenharia social com vista à resolução de disfunções institucionais e à

implementação de articulação de competências, «(...), en définitive, mette en place des dispositifs transversaux qui interpellent les logiques verticales»⁵⁶

«*La deuxième mission a trait à création d'activités*», o que significa uma incursão da Acção Social por terrenos da economia, da oferta e da procura com vista, nomeadamente, à criação de serviços de proximidade;

«*La troisième mission est davantage liée à la dynamisation du processus d'insertion avec l'invention de supports pédagogiques (...)*», em especial no que concerne à transferências tecnológicas de um meio para outro;

«*La dernière mission se rapporte au sens générale de l'insertion sur un territoire obtenue grâce à une surveillance éthique.(...)*»

Com os pressupostos de intervenção enunciados novas tendências se configuram, nomeadamente:

- As preocupações e acções extravasam para o âmbito económico;
- O que confere uma dimensão mais activa às actuações. No entanto, os intercâmbios económico-social são bilaterais, é o exemplo do mercado social de emprego;
- O envolvimento em processos de desenvolvimento;
- A Acção Social surge como prestadora de serviços geradores e de iniciativas locais e de solidariedades dinamizadoras de processos de desenvolvimento;
- A territorialização, como base do desenvolvimento;
- A Acção Social encontrou novas modalidades de intervenção e novas abordagens conferidas pelo surgimento de novos grupos alvo e pela saída dos espaços fechados, para o terreno-local, que vai propulsionar a valorização da acção coordenada – o partenariado.

⁵⁶ GONCHAROFF, G. Citado por MONDOLFO, P.

De acordo com Marco Marchioni, “ *Acção Social, ou até mesmo as ciências e as profissões sociais têm que assumir a «comunidade base» como ponto de referência real e directa das intervenções, entendendo-se que numa sociedade democrática é evidente o grupo e a comunidade que possuem os requisitos fundamentais que complementam e enriquecem a intervenção social*”⁵⁷

Os princípios orientadores da acção são reveladores das mudanças ocorridas ao longo destes anos, nomeadamente:

- ▶ O cruzamento da dimensão prática com a necessidade de concepção da Acção Social;
- ▶ O deslocamento de uma perspectiva assistencial e reparadora para outra voltada para a prevenção e a inserção;
- ▶ A transfiguração do utente em actor participativo;
- ▶ A passagem do enfoque individual dos problemas a uma abordagem integrada;
- ▶ A flexibilização dos equipamentos;
- ▶ A valorização da dimensão local da intervenção;
- ▶ O trabalho em parceria;
- ▶ A introdução de instrumentos de planeamento, avaliação e investigação na Acção Social.

Assim sendo os profissionais do social têm que alterar o seu papel na sociedade, orientando a sua formação e intervenção através de uma mudança do “saber-fazer”:

para a solidariedade: particularmente difícil, numa época em que os valores individuais e materiais imperam, é dar destaque aos comportamentos solidários individuais, familiares e sociais nos quais o “ser” se destaca em detrimento do “ter”;

para a participação no desenvolvimento: a aposta da Acção Social está na melhoria de condições de vida que favoreçam iniciativas individuais e colectivas que garantam a autonomia, a integração e o protagonismo

⁵⁷ MADEIRA (1996a)

dos grupos sociais mais debilitados. A responsabilidade de informação que os trabalhadores sociais assumem nesta dimensão é, pois, enorme, cabendo-lhes informar, de modo realista, as populações acerca das escolhas possíveis acerca do processo de des-envolvimento. Ir de encontro com o des-envolvimento pessoal, familiar e comunitário tendo, assim, as pessoas, famílias e as comunidades como principais aliados e parceiros das actuações que visam a integração social.

“Acção Social, define-se como uma acção essencialmente humanizada que promove a cidadão cada pessoa, que apoia a relação entre esta e os outros na diversidade das formas de expressão, que estimula, a sociabilidade e a solidariedade e que aponta para uma sociedade de comunicação, de diálogo, de desenvolvimento e de progresso.

É assim um movimento que se desenvolve à dimensão da pessoa, do local e do quotidiano, tecendo e retecendo laços, compromissos e complementariedades entre serviços, instituições e grupos sociais, construindo e reconstruindo espaços de mais e melhor vida, porque mais solidários.

É também a Acção Social que apela à intervenção de todos e assim de muitos, saltando os muros de um “serviço oficial” para se tornar numa “filosofia social”, numa forma de todos e de cada um se empenharem na construção de um mundo melhor.”⁵⁸

NOTAS FINAIS

Perante as considerações tecidas ao longo deste capítulo será pertinente concluir com a interrogação do que significa, então, analisar a acção social?

Não sendo possível basear-nos numa noção pré-concebida, será necessário, antes de mais, perceber as diferentes dimensões que interagem e contribuem para a prática e teoria da Acção Social. Sem perspectivar os seus agentes, a sua população alvo, os problemas que a sua intervenção privilegia e os seus objectivos que são inventariados pelos diferentes autores qualquer noção de Acção Social será formulada de forma abreviada.

⁵⁸ MADEIRA(1996a)

Contudo, podemos enunciar que a Acção Social é um subsistema do Sistema de Segurança Social pública, isto em sentido restrito e em sentido mais lato significará um tipo de intervenção que se realiza no plano social.

Mas o sentimento dominante vai para a necessidade de introduzir ou sedimentar algumas componentes como o conceito de utente, o contágio da Acção Social pelo económico, a territorialização e a concretização de redes para a intervenção mais alargada, que predisponha para a inovação e incentive novas práticas e abordagens.

2.3. TRABALHO EM PARCERIA

O trabalho em Parceria tem vindo, gradualmente, a assumir o papel principal no que concerne à metodologia de intervenção das políticas de combate à exclusão social e promoção do Desenvolvimento sócio-local.

Adoptadas por imposição legislativa ou assumidas e sentidas por necessidade esta metodologia de trabalho decorre directamente da própria natureza do problema da pobreza e da exclusão social, que implica inevitavelmente acções interdisciplinares e interinstitucionais, sendo assim,

*“ (...) a parceria é a expressão institucional do carácter multidimensional dos problemas.”*⁵⁹

Foi nos anos 60 que as relações de parceria tiveram a sua génese, enquanto relações de cooperação mais informal entre pessoas e instituições com os mesmos objectivos e interesses comuns com vista a dinamizar projectos de desenvolvimento local.

Como já foi referido anteriormente, Manuela Silva ao divulgar a noção de Desenvolvimento Comunitário, ao insistir na sua lógica multidisciplinar promovendo como filosofia de trabalho a participação e a cooperação, está a incentivar o trabalho em parceria:

*“A técnica de desenvolvimento comunitário implica a união de esforços entre a populações locais e poderes públicos com vista à melhoria da situação económica, social e cultural do país ou região.”*⁶⁰

Apesar do contexto de individualismo institucional em que ainda nos situamos, a cultura da parceria foi incentivada pelos programas e iniciativas comunitárias com o objectivo de dinamizar e promover uma colaboração mais estreita entre os diferentes actores e os diferentes níveis de governação. Os princípios da parceria funcionam, actualmente, como um dos requisitos para se aceder aos fundos comunitários, isto, porque permitem

⁵⁹ RODRIGUES (1998: viii)

⁶⁰ SILVA(1964: 498-510)

potencializar recursos e organizações, criando desta forma as desejáveis sinergias.

A lógica da parceria foi desde a década de 60 assumindo relevância para durante a década de 80 se revelar hegemónica no que concerne à filosofia de intervenção social, com maior impulso desde a adesão de Portugal à Comunidade Europeia (1986) :

“(...)os dois órgãos regionais ministerialmente nomeados para assegurar a execução do programa nacional (Comissariados Regionais da Luta contra a Pobreza) tomaram o partenariado como elemento central nas avaliações dos projectos, mesmo quando se contabilizou a sua expressão numérica. Em alguns documentos dos projectos nacionais o partenariado é referido como “metodologia central” do projecto, o que dá conta da importância percebida deste princípio.”⁶¹

Consequentemente, surgem-nos parcerias instituídas por imposição legislativa, criadas e orientadas de acordo com uma lógica *bottom-up*, isto é, a partir das necessidades locais e, preferencialmente, depois são assumidas e vividas localmente.

“(…), poderia dizer-se que a problemática chave para os anos 90 em relação ao partenariado em Portugal é a articulação do entendimento mais europeu e também mais oficial de partenariado com a sua definição mais vinculada às raízes associativas e baseada na(s) cultura(s) local(ais) – por outras palavras, a articulação do partenariado com a parceria.”⁶²

Não é somente ao nível da luta contra a pobreza e exclusão social que a lógica de partenariado se implementou. É possível inventariar uns quantos programas comunitários nos quais esta lógica impera : LEADR II, URBAN ou NOW.

O Livro Branco sobre a Política Social Europeia⁶³ advoga a necessidade de se integrar entidades como sindicatos, associações de voluntários e empresários neste processo de mudança.

⁶¹ RODRIGUES (1998: 9)

⁶² RODRIGUES (1998:10)

2.3.1. PARCERIA E PARTENARIADO

Apesar de ao longo deste trabalho de investigação privilegiarmos a utilização do termo parceria, existem autores que fazem distinção entre parceria e partenariado, como por exemplo Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer. Estes autores identificam o partenariado com uma estrutura organizacional que é excessivamente formal, por vezes até artificial, até porque surge como uma imposição, com uma orientação predominantemente verticalizada (lógica de top-down) e influenciador da política social através do discurso oficial, ao passo que a parceria tem uma base mais informal chegando mesmo a questionar a noção de partenariado com a sua orientação mais horizontal e que ao implementar-se com uma base local, promove redes mais vastas que se podem integrar como parte activa do movimento social do desenvolvimento sócio-local.

Se o partenariado pode mais facilmente influenciar a política social através do discurso oficial, a parceria destaca-se sobretudo pela capacidade de se implantar a nível local e de estabelecer redes que pela sua amplitude podem constituir como parte do movimento social promotor do desenvolvimento local integrado.⁶⁴

Entre os *dois* modelos existe uma *oscilação dinâmica*, que vai dar origem a “partenariados de parceria” e “partenariados de partenariado”. Relacionados com os conceitos referidos anteriormente e o movimento pendular entre ambos, ao se atingir o “partenariado de parceria” as relações de cooperação desenvolvem-se entre as relações mais verticalizadas, como tal mais formais, e as mais horizontais, tendencialmente mais informais.

“em geral, ambos os modelos, ao operacionalizarem o conceito de partenariado, promoveram um «programa de acção multidimensional», e em quase todos os casos o objectivo genérico incluiu um programa para «combater a exclusão social e promover a coesão social»(...), os programas e projectos baseados em políticas e recursos da União Europeia promoveram sobretudo o modelo de «partenariado» onde houve uma referência directa à luta contra a exclusão social. O modelo de «parceria», por outro lado, com

⁶³COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1994b)

⁶⁴ RODRIGUES (1998: 56)

parte da sua natureza específica, materializou-se, especialmente em processos de desenvolvimento local integrado onde a exclusão social é perspectivada como parte integrante de um processo de desenvolvimento baseado na participação local e na responsabilização de forças sociais e económicas e locais ”⁶⁵

Esta distinção é possível mas, outros autores utilizam-na de forma mais ampla. Considerando a perspectiva apresentada por J.P. HIERNAUX⁶⁶ o *partenariado* ultrapassa termos como «colaboração», «coordenação» ou «partenaire», i.e., o primeiro dos três termos remete para as noções de ajuda, cooperação ou mesmo participação, o segundo relaciona-se com organização e gestão, o último acrescenta a ideia de causa comum, de aliança ou intercâmbio.

Para este autor é o colocar em contacto diferentes esferas de actividades que lhe confere o carácter inovador, até porque, «o *partenariado*» constrói-se por cima dos papéis tradicionais, as actividades específicas e as divergências habituais na esfera do social, do económico, do sindical, do político, do educativo, etc., do público e do privado, das pequenas e das grandes organizações ou iniciativas, do formal e do informal, do filosófico-político, da acção e da investigação...ou pelo menos de vários destes.”

Desta forma, a definição apresentada por J.P. HIERNAUX fundamenta-se essencialmente na redifinição dos parceiros, que com novas relações, conseguem encontrar interesses comuns que se estendem «*para além do (só) social*», dinamizando uma «descompartimentação» que permite que áreas que antes não se visitavam o passem a fazer de forma habitual, atingindo o “*partenariado trans-esferas*”:

‘Fica entretanto que o «partenariado» se constitui e parece desenvolver-se efectivamente no terreno como via de inovação em actos, empreendida por «iguais» que se associam voluntariamente para além das barreiras das suas esferas respectivas para criar novas respostas a desafios também crescentes.’

⁶⁵ RODRIGUES(1998: 37)

⁶⁶ ESTIVILL,J.P. (org) (1998: 77 e segs.)

Na mesma linha de orientação surge M. GEDDES⁶⁷, que defende que o partenariado procura superar a segmentação, a hierarquização e o paternalismo das questões políticas. Para tal favorece novas relações, novas formas de ver e resolver os problemas baseadas em redes locais que todos responsabiliza, como tal, tudo isto é um processo dinâmico.

Uma outra tentativa de definição é de acordo com o AMARO(1999b) a seguinte:

“O trabalho de parceria ou partenariado é um processo de acção conjunta, entre vários actores ou protagonistas colectivos ou individuais, que se mobilizam à volta de um objectivo partilhado e disponibilizam recursos para, em comum, definirem e negociarem estratégias e caminhos que viabilizam os referidos objectivos, avaliando continuamente este processo e os seus resultados.”

Daqui decorre, que mais pormenorizadamente, identifiquemos as seguintes dimensões:

- a) é um processo de acção conjunta, e não de um a puxar pelos outros;
- b) entre vários actores/protagonistas colectivos ou individuais (Instituições e privadas, associações e populações);
- c) que se mobilizam à volta de um objectivo partilhado. O objectivo é o Desenvolvimento Comunitário e não as realizações deste ou daquele, desta ou daquela instituição, deste ou daquele Ministério. Questões como é constituído e definido desde o início, é imposto ou pressuposto e depois aceite assumem aqui relevância;
- d) disponibilizam recursos, visando uma sinergia de recursos, e como tal, uma melhor eficiência económica e eficácia social. São recursos de todo o tipo e com efeitos em diferentes áreas : informações e conhecimentos (diagnóstico, relatórios, observação, estatística), oportunidades (de emprego, apoios, entre outros), disponibilidades, recursos materiais, financeiros, humanos, interrogações, metodologias, etc;

⁶⁷ ESTIVILL,J.P. (org) (1998: 89 e segs)

- e) para, em comum, se definirem estratégias e caminhos que viabilizem o referido objectivo : a importância da partilha de estratégias, da definição de estratégias colectivas e da articulação das de cada um, aceitando-as, alterando-as, se necessário;
- f) E avaliam continuamente este processo e os seus resultados. Pressupõe a “montagem” de um sistema de avaliação contínua (de “performance”, de eficiência, de eficácia e de impacto-desenvolvimento):
 - . Auto-avaliação e hetero-avaliação;
 - . Avaliação diagnóstica – ex-ante;
 - . Avaliação de processo – on going;
 - . Avaliação de resultados – ex-post;

2.3.2. MODELOS DE PARTENARIADO

De acordo com Craig⁶⁸ os modelos de parceria são três:

- ▶ Parceria de provisão (delivery);
- ▶ Parceria de acção (agency);
- ▶ Parceria de intermediação (brokerage);

O modelo **parceria de provisão** significa que os objectivos estão fundamentados em diferentes pressupostos:

- a. No desenvolvimento de infra-estruturas locais;
- b. Na distribuição de serviços e na afectação de recursos para a sua provisão;
- c. Na promoção de novas ideias para a distribuição de serviços;
- d. Na contribuição para mudanças ao nível de atitudes e valorização da(s) cultura(s) local(ais);

⁶⁸ RODRIGUES (1998)

No entanto, no modelo de **partenariado para a acção** os objectivos destacam-se pelo “papel secundário que colocam na provisão”, os programas são concebidos para a provisão e a distribuição dos recursos é feita directamente aos serviços e organizações.

O **modelo de “intermediação”** implica a não preocupação, ou pelo menos, uma preocupação não primordial em providenciar serviços. Visa funcionar mais como uma estrutura de apoio para agências e organizações locais, cuja função é de provisão.

Outra classificação proposta de acordo com os resultados do programa Pobreza 3 refere três modelos: a rede, o guarda-chuva e os riscos, enquanto derivações negativas⁶⁹.

Considerando a filosofia de intervenção do Pobreza 3 o modelo mais coerente será o do **guarda-chuva**. Neste modelo existe um eixo vertebrador que tem origem no facto do promotor chamar a si a responsabilidade inicial de concepção do projecto e vão convocar os actores e os executores, administrativa e financeiramente assumem a responsabilidade e garantem a coerência interna. Será à volta deste eixo agregador que os actores, de acordo com a sua participação e o seu interesse, vão gravitar. Esta fase está ligada ao início do processo de partenariado.

Pelo que ficou exposto, subentende-se que uma das desvantagens ao longo do trabalho promovido por este modelo é o protagonismo, potencialmente exacerbado, assumido pelo promotor que vai ter como consequência a falta de interesse e envolvimento por parte dos parceiros ou em determinadas situações gerar “tempestades exteriores” que os parceiros não aguentem e, em casos limite conduzindo mesmo à extinção do partenariado.

Tal como refere J. ESTIVILL (1997: 69) :

“ O que traduzido à comparação do guarda-chuva pode significar no primeiro caso, que quando não há chuva frutificadora o guarda-chuva fecha-se, as varetas já não se utilizam e o instrumento protector converte-se numa bengala com um cabo, ou no segundo caos, que quando o vendaval é demasiado forte as varetas podem partir-se e o guarda-chuva já não serve..”

Relativamente ao modelo denominado de **rede** é mais complexo que o guarda-chuva, tendo em conta a sua horizontalidade e os contributos simétricos de cada parceiros. Se o anterior modelo está relacionado com a fase inicial dos projecto, este, por sua vez, ocorre com mais frequência já no decorrer do processo.

Os inconvenientes associados a este tipo de partenariado são três:

- (a) As tensões inerentes aos interesses particulares de cada parceiro, que sem uma base comum de entendimento e consenso pode mesmo significar o fim da rede;
- (b) Sem um centro específico este tipo de partenariado pode ficar de tal maneira enredado que se transforme “num nó emaranhado sem nenhum a utilidade”;
- (c) A rede pode alargar-se de tal forma que os objectivos a que se proponha bem uma a estratégia comum podem diluir-se.

No que concerne às derivações negativas - riscos – podem assumir as formas de ruptura, os parceiros formam coligações que não se relacionam, de nó, no qual o partenariado não passa de amálgama de relações descordenadas e, finalmente, a trama sem centro na qual não é possível identificar qual ponto agregador e potenciador das relações e recursos promovidas pele parceria.

⁶⁹ ESTIVILL, J.P. [(org)(1998)]

2.3.3. MAIS VALIAS E DIFICULDADES DO TRABALHO EM PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Da literatura de referência que temos vindo a citar, é possível identificar vantagens relativas à adopção do método de trabalho em análise, sendo possível inventariar as seguintes:

- ▶ Relativas aos recursos, é possível juntar diferentes recursos para um mesmo fim ou conseguir mais através da influência;
- ▶ Relativas aos saberes, pela interdisciplinaridade que joga nas relações de parceria;
- ▶ Transformar os processos de trabalho dos parceiros;
- ▶ Relativas às relações, uma vez que estas saem reforçadas, dando origem a uma confiança entre as pessoas;
- ▶ Relativas aos efeitos, quer pelas influências que podem atingir as medidas de política social, assim como as influências que permitem viabilizar novos projectos, ou, facilitar a criação ou remodelação de infraestruturas;
- ▶ O social surge como actor e/ou promotor de dinâmicas ao nível das políticas locais;
- ▶ Ultrapassa-se a visão assistencial e marginalizada da pobreza e exclusão social;
- ▶ Permite devolver ao local o protagonismo que este tem em termos de desenvolvimento;

Os sintomas (ou síndromes) das doenças que podem afectar ou ameaçar as parcerias (tal como defendeu Roque Amaro ⁷⁰) podem ser entre outras as seguintes:

- A **síndrome da “moda”**: as parcerias estão na moda o que pode promover a criação desnecessária das mesmas, banalizando de alguma forma o trabalho em parceria;

⁷⁰ AMARO (1999b)

- A **síndrome do género mal definido**: se considerar o processo parceria ou partenariado como se é imposto ou sentido e vivido
- A **síndrome dos protocolos**: se justifica formalizar ou não; institucionalizar ou deixar à margem, à novidade, à rebeldia, à subversão; prever e disciplinar tudo ou inventar e adaptar;
- A **síndrome das fidelidades**: ser fiel ao chefe e às hierarquias ou à comunidade; a tensão dos técnicos; o masculino versus o feminino; o vertical e horizontal;
- A **síndrome do “supermercado”**, as parcerias como supermercado de recursos onde se vai buscar recursos para os “meus” projectos e só tem interesse se me der alguma coisa;
- A **síndrome dos “louros”**. Relacionada com a obsessão para mostrar e evidenciar os louros da minha instituição no trabalho comunitário – até para mostrar serviço e valorizar o “meu” papel e da “minha” instituição;
- A **síndrome do “espelho”**, isto é, olhar para as outras instituições como se fossem o reflexo da imagem da minha (“Querê-las á minha imagem e semelhança”). A incapacidade de aceitar a diversidade e de praticar numa “hermenêutica diatópica / dictópica”;
- A **síndrome dos códigos ou autismo**, a dificuldade de por vezes os parceiros se entenderem associada à necessidade de descodificarem as suas linguagens, princípios e critérios, o que implica a passagem para uma verdadeira interdisciplinaridade;
- A **síndrome da “crise da adolescência”**: o entusiasmo juvenil das organizações e associações que estão a nascer e que vêm na parceria e nos parceiros a muleta necessária para o seu crescimento. A crise da adolescência que leva, nesta segunda fase, os parceiros a autonomizarem-se e dispensarem as parcerias. A maturidade da idade adulta que regressa e valoriza as parcerias, com mais paciência e riqueza.;

- A **síndrome dos “sapos”**: a necessidade de engolir “sapos” ou “elefante”, de ter paciência e persistência, de negociar e regular, de avançar e recuar, de nunca desistir;
- A **síndrome da competência técnica**: a competência técnica não se deve sobrepôr aos parceiros e à importância da sua participação. A complementariedade entre a competência técnica e a vontade política e a mobilização social: trabalhar *para* ou *com*.

2.3.4.RECOMENDAÇÕES A TER EM CONTA NAS RELAÇÕES DE PARCERIA

Antes de qualquer sistematização acerca das recomendações a considerar nas relações de parceria devemos referir que o processo de parceria é um processo que se reconhece lento e complexo e que não é suficiente a soma das vontades dos parceiros para que se desencadeie.

Da fase de preparação e lançamento a todo o processo de selecção dos actores, de explicação e definição dos objectivos assim como à definição dos compromissos assumidos deve ser dedicada atenção e tempo.

De acordo J. ESTIVIL (1995: 71) “nos projectos experimentais são necessários cerca de dois anos para que esta fase de rodagem inicial dê passagem a uma fase de maturação.”

Na verdade, ao longo de todo o processo de construção das relações de parceria é fundamental para o seu sucesso um trabalho de fundo ao nível da formação e da mudança de atitudes e mentalidades dos actores intervenientes, de forma a conseguir alterações nas posições hierárquicas e relacionais favorecedoras das relações partenariais.

Se o partenariado implica partilha de recursos a sua distribuição, sendo um processo crítico, deverá ser o mais transparente e claro possível para todos os parceiros. Outro factor a ter em conta é o número de actores que deverá ser mais ou menos constante e composto por parceiros que promovam e dinamizem estratégias adequadas aos objectivos do projecto.

Implicando a parceria uma heterogeneidade e por vezes até mesmo alguma conflituidade entre os actores intervenientes, esta forma de trabalho solidário significará uma aceitação das diferenças incrementando as fórmulas de negociação, que terão mais efeito a nível local. Este facto remete para uma outra questão a relativa á quantidade de parceiros a incluir no processo. Se de início se pode pensar que quantos mais actores participarem mais significativos serão os resultados, os dois extremos relativamente á quantidade - muitos ou poucos actores chamados a participar – podem ser igualmente negativos ao se conseguir uma mega-assembleia ou um mimi-monopólio. O que sugere uma outra questão: a relativa aos actores que devem estar presentes num processo que na sua essência é heterógeneo e pluridisciplinar e como tal complexo. Para este trabalho a participação dos agentes económicos e sociais, públicos e privados, políticos e cívicos é condição “*sine qua non*”. A adesão destes agentes pode ser influenciada pelo princípio e fim do partenariado. O tempo dedicado à fase de arranque é de primordial importância, pois é durante este período que os objectivos, o enquadramento, as consequências dos compromissos assumidos, as regras do jogo ... são definidas e estruturadas e, tudo isto exige tempo. De acordo com os cálculos realizados em França e, que se com pequenas alterações são aplicáveis a outros países, este processo de implantação da parceria

Outro factor que de alguma forma estabiliza e incrementa as relações de parceria é a criação de estruturas que permaneçam para além do calendário proposto pelo projecto que deu origem ao processo de parceria.

Se o partenariado implica interacção de diferentes actores e com diferentes campos de actuação as interferências políticas - às quais não pode ficar indiferente - deverão ser acauteladas, quer ao nível de servir o poder instituído ou de servir de palco de reivindicações. Para tal, em muito, contribuirá a explicitação por parte de cada parceiro de quais os objectivos da sua actuação enquanto agente individual e enquanto agente colectivo, procurando encontrar, ao longo de todo o processo, pontos convergentes entre ambos. Ainda sobre este ponto convém sublinhar que a

pluridimensionalidade e a multidisciplinaridade são propiciadoras à dispersão das actuações, pelo que, a presença de forma constante de um objectivo final e de um promotor activo e dinâmico que não deixe esquecer esse mesmo objectivo são factores facilitadores do sucesso do trabalho em parceria. Existe igualmente a necessidade de articular a expressão institucional e a dinâmica de terreno.

A dinâmica de parceria pode ser perspectivada de acordo com o seguinte encadeamento sucessivo: *“informação-consulta-decisão-implicação-execução”*⁷¹.

A informação conduz ao diálogo e á troca de conhecimentos. Neste item os mecanismos de circulação da informação, assim como a visibilidade interna que o projecto envolvendo o trabalho em parceria tem para os parceiros. Uma circulação rápida e clara significa uma aproximação da cultura da parceria. A consulta reflecte o carácter solidário do parceria, pois quando se coloca a pergunta “Que faria você no meu lugar?” a resposta implicitamente contem um certo grau de compromisso e envolvimento que traduz o método de trabalho em análise. A tomada de decisão relaciona-se com a questão do poder dentro do próprio processo de parceria, o que significa que várias situações são possíveis: paridade absoluta, domínio total de um só parceiro ou coligação de vários parceiros. Consequentemente, os conflitos estão presentes, pois como defende acerca da avaliação do parceria Pobreza 3 (ESTIVILL, J., 1995: 664) existe mesmo uma e “não é possível e nem sequer conveniente imaginar um parceria isento de carga conflitual. Inclusivamente verificou-se que esta é uma forma relativamente incruenta de resolver os conflitos individuais e colectivos.”

Assim, o parceria converteu-se, por vezes, num amortecedor, noutras num acelerador, nos de mais perto um detonador e, nos de mais além, num catalizador de conflitos. Bastantes dos quais já existiam latentemente e tornaram-se explícitos ao longo da marcha dos projectos. Alguns foram gerados no seu seio. Mas, salvo excepções que se saldaram

com rupturas internas e saídas de parceiros, pode-se afirmar que se soube conviver com a «cultura da dinâmica conflitual».

Subdivididas em três grandes áreas podemos considerar as seguintes orientações a considerar nas relações de parceria:⁷²

Ao nível das “questões de poder” podemos apontar as seguintes recomendações:

1. que o partenariado seja reconhecido oficialmente;
2. adequar a representatividade aos diferentes níveis e de acordo com a natureza de cada projecto;
3. incentivar a participação e representação dos sectores e actividades comunitárias e voluntárias;
4. com base no princípio da subsidiariedade, garantir para cada nível de poder – local, regional, nacional e supranacional – as suas competências e níveis decisórios.

No que concerne às questões das culturas deve-se promover:

1. a articulação entre a cultura burocrática - que prevalece na provisão de serviços – e a cultura comunitária – dinamizada a partir e para as necessidades sociais locais;
2. a valorização da cultura local, combinada com valores associados á lógica empresarial;
3. a representação e participação de “culturas de género e de etnia”, facilitando as relações com a comunidade e problemas sócio-locais.

A terceira área a contemplar é a relativa às questões de comunicação e pedagogia, na qual devemos equacionar os seguintes itens:

1. adequação dos meios e formas de informar e comunicar;

⁷¹ ESTIVILL, J.P. [(org)(1998: 62)]

⁷² Consultar ESTIVILL, J.P. [(org)(1998)]

2. constituindo um espaço de coexistência de interesses deverá constituir um espaço privilegiado de reflexão desses mesmos interesses, registando dessa forma uma relação pendular;
3. para além da afirmação dos diferentes interesses dever-se-á conseguir uma articulação entre estes mesmos interesses;
4. a implicação de formação adequada em algumas matérias, nomeadamente, relações humanas, comunicação e exclusão social.

NOTAS FINAIS

Não existem nem receitas para o combate à pobreza, nem boas ou más metodologias em si mesmas. Isto porque cada situação é concreta e diferente - cada caso é um caso -, como tal, apesar de alguma semelhança é sempre necessário adequar as formas de intervenção às realidades específicas. Por outro lado as formas tradicionais de luta contra pobreza, em especial as subjacentes às políticas de segurança social, são demasiado estereotipadas e pouco flexíveis: funcionando para o geral esquecem o particular de cada situação. É necessário passar da protecção à formação e à promoção de capacidades de autonomia social e individual e chamar todos a participar na luta de um fenómeno que se caracteriza como multidimensional, e que como tal, só uma abordagem pluridisciplinar e promova uma intervenção global e local poderá produzir resultados.

CAPITULO III

CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

3.1. ALGUNS ELEMENTOS SOBRE PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA EM PORTUGAL	89
3.1.1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA POBREZA TRÊS EM PORTUGAL	95
3.1.2. PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA EM PORTUGAL DE 1990 A 2000	99
3.2. O CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	104
3.2.1. SINAPSE HISTÓRICA	105
3.2.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL	107
3.3. PROJECTO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	
3.3.1. OBJECTIVOS E PRINCIPAIS ACÇÕES	116
3.3.2. METODOLOGIA UTILIZADA E AVALIAÇÃO	116
3.3.3. MEIOS E RECURSOS MOBILIZADOS	117
3.3.4. PRINCIPAIS ACÇÕES REALIZADAS	119
3.3.5. INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	125
3.3.6. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO	126
3.3.7. MODELO ORGANIZATIVO E TRABALHO TÉCNICO	127
3.3.8. PRINCIPAIS RESULTADOS, SUCESSO E INSUCESSOS	129

3.1. ALGUNS ELEMENTOS SOBRE PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA EM PORTUGAL:

Os primeiros Programas Integrados de Intervenção junto das camadas populacionais mais debilitadas tiveram a sua génese nos EUA, tendo sido seguidos, a partir dos anos 80, pela Comunidade Europeia.

Tal como já foi referido anteriormente foi com a adesão de Portugal (1986) que tivemos acesso ao 2º Programa Europeu da Luta Contra a Pobreza afim de se activar um processo de convergência com o objectivo de elevar a qualidade de vida das populações.

Depois de um programa europeu de “estudos e projectos-pilotos de combate à pobreza”, realizado de 1975 a 1980, foram necessários quatro anos de avaliação e reflexão até estarem reunidas as condições para que a Comissão lançasse nova proposta de programa. Com efeito, o segundo programa só em 1984 foi estabelecido, tendo sido concluído em finais de 1989. Desta vez, ao contrário da anterior, lançou-se um terceiro programa Pobreza 3 dito de “integração económica e social dos grupos desfavorecidos”, com duração de 1989 a 1994 e sem corte com o precedente.

Dotado de um orçamento modesto, relativamente às dimensões do problema, o segundo programa teve, inicialmente, uma dotação de 25 milhões de ecus, elevados para 29 milhões na sequência do seu alargamento a Portugal e Espanha. Foram dois os princípios que serviram de base à concepção do programa:

- Evitar posições demasiado teóricas ou ideológicas, mediante apoio a experiências concretas;
- Explorar métodos inovadores aplicados localmente por associações ou instituições que intervêm no terreno.

Concretizando estes dois princípios, a Comissão Europeia apoiou noventa e um projectos locais de acção investigação, disseminados pelos doze Estados membros, realizou um esforço de coordenação destes projectos e de avaliação dos respectivos progressos durante o período de

vigência do programa e lançou, paralelamente, uma serie de estudos e trabalhos estatísticos sobre a pobreza, a sua medida, a sua evolução e a sua percepção na Europa.

Considerando o primeiro programa, não tematizado, verificou-se necessário articular os trabalhos em termos de temas comuns. Sendo assim, os projectos do segundo programa foram distribuídos por oito temas, definidos em colaboração com os Estados Membros, de forma a integrar os modos de intervenção nacionais tradicionalmente orientados contra a pobreza.

Os oito temas seleccionados foram:

- Acção integrada em zona urbana;
- Acção integrada em zona rural;
- Desemprego de longa duração;
- Desemprego juvenil;
- Terceira idade;
- Famílias monoparentais;
- Migrantes e refugiados;
- Marginais.

Inicialmente, o programa incluiu 65 projectos de acção-investigação, aos quais, no segundo semestre de 1987, se acrescentaram 26 relativos a Portugal e Espanha.

Os projectos funcionavam em grupos transnacionais, cujo objectivo primordial consistiu em conseguir, mediante a colaboração e intercâmbio, novos conhecimentos e métodos de abordagem da pobreza para posterior aplicação e, por outro lado, pretendeu-se que essa colaboração proporcionasse matéria utilizável por agentes da luta contra a pobreza não integrados no programa.

De acordo com o Relatório Final do Segundo Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza 1985-1989 “A vantagem deste sistema transnacional

reside numa capacidade de inovação e numa eficácia acrescidas, congregando experiências como base de actuação aos níveis nacional e comunitário”.

Quadro 1

Distribuição dos oito grupos temáticos pelos Estados Membros:

Estado Membro / Grupo Temático	P	Esp	Din	Bel	Fr	Gr	R.U.	A	It	Lux	Ir	P.B.
Desemprego de longa duração		4					2	3	1		1	
Desemprego juvenil	1	1		1	1		1	1	1	1	1	
Terceira idade	1	2			1		4		2	1		1
Famílias Monoparentais	1		1		1		3	1		1	1	
Migrantes e Refugiados	2		1	2		4	1	1	1			
Marginais	3	5		1	1		1				1	
Acção Integrada Rural	*	*		*	*	*			*		*	
Acção Integrada Urbana	1	2		2	2	1	1		2		2	

*13 Projectos, cuja distribuição numérica não foi possível apurar;

O Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos, POBREZA 3 (1989-1994), vai ampliar a anterior acção comunitária conhecida como Primeiro e Segundo Programas Europeus de Luta contra a Pobreza (1975-1980 e 1984-1989). Estes Programas confirmaram a intenção da Comunidade de dar o seu contributo na luta contra a pobreza empreendida nos Estados Membros até ao limite das suas competências e recursos.

O Programa POBREZA 3 representa um salto qualitativo e quantitativo no que concerne ao apoio destinado à inovação, quer ao nível das políticas quer ao nível das práticas. Ao promover uma abordagem multidimensional da pobreza e da exclusão social, fundamenta-se na

associação de instituições públicas e privadas e na participação de grupos menos favorecidos; Programa Consubstanciado em 41 projectos de uma dimensão relativamente grande, para os quais contribuem em termos médios 12 associações-organizações, que adoptaram e aplicaram uma estratégia de acção ao nível local por um período de cinco anos.

Com o objectivo de procurarem responder às necessidades locais e/ou experimentar alterações organizacionais, é possível dinamizar acções inovadoras a diferentes níveis, nomeadamente, no âmbito de acções para o desenvolvimento local, a criação de empresas ou postos de trabalho, ensino e formação profissional, aconselhamento, promoção das condições de saúde e habitabilidade, acesso à protecção social, desenvolvimento de grupos de auto-ajuda, associações ou centros sociais, entre outras iniciativas adequadas às prioridades definidas .

O programa passou por uma fase inicial de dois anos e meio que se ocuparam com um processo de definição e de criação de estruturas de decisão.

Assim sendo, enquanto os dois primeiros programas comunitários de luta contra a pobreza (1975-1980 e 1985-1989) foram caracterizados pelo seu carácter iminentemente exploratório, materializado em micro projectos locais, muito heterógeneos e desiguais, com acções em termos nacionais – no primeiro programa - e em termos transnacionais no segundo programa - , o POBREZA 3 pretendeu ultrapassar esta fase exploratória e promover uma fase de desenvolvimento selectiva, através dos princípios de acção preconizados pelo programa fundados nos resultados obtidos anteriormente.

Os três princípios-chave do Programa POBREZA 3 são:

- A **abordagem multidimensional**, que sistematiza a pobreza e a exclusão social para além da insuficiência de recursos, mas alargada aos domínios da habitação, da saúde, da formação, do emprego, entre outros, implicando uma aplicação de estratégias coerentes e de

sinergias territorializadas, quer em termos locais como em termos nacionais, assim como evitando acções pontuais e isoladas;

- A **parceria**, enquanto expressão institucional da abordagem multidimensional é, igualmente, o seu instrumento prático, isto porque é fundamental desenvolver um método comum relativo a todos os domínios da pobreza e exclusão social anteriormente apontados. A parceria implica uma co-responsabilização dos agentes envolvidos ultrapassando as áreas de intervenção específicas relativas a cada um deles, para se alcançar uma estratégia comum e consensual;
- A **participação**, resultado da constatação de que a exclusão social é também dependência e mesmo passividade relativamente às instituições. Como tal, este princípio preconiza a implicação activa das populações no seu processo de integração e, simultaneamente, uma condição e a expressão do êxito alcançado. Pretende-se que as populações sejam agentes e parceiros activos nas políticas que os envolvem, promovendo, desta forma, a cidadania e a democracia.

Quadro 2

Distribuição geográfica pelos Estados Membros:⁷³

Estado Membro	P	Esp	Din	Bel	Fr	Gr	R.U.	A	It	Lux	Ir	P.B.	Total
Acções Modelo	3	3	1	2	3	3	3	3	3	-	2	1	27
Iniciativas Inovadoras	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12

Relativamente aos projectos que foram dinamizados em Portugal ao abrigo do Pobreza 3, estes tiveram lugar no Porto, em Lisboa, na Covilhã e em Almeida.

No Porto, o “Projecto da Zona Histórica da Sé e São Nicolau” (Acção Modelo 24) dinamizou processos de reabilitação física e de renovação

⁷³ Fonte: Comissão das Comunidades Europeias: 1994

urbana no centro histórico da cidade, assim como, acções ao nível da integração económica e social dos menos favorecidos. Promoveu de forma integrada e interinstitucional a criação de novos serviços, nomeadamente a Residência Comunitária para Idosos e os Centros de Refeições, e respostas ao nível do acolhimento e acompanhamento das famílias – o Centro Integrado de Atendimento Comunitário, de destacar igualmente as estratégias de âmbito preventivo dirigidas aos jovens – o centro sócio-educativo, ateliers pré-profissionalizantes, formação profissional, pequenas iniciativas empresariais, entre outras.

Em Lisboa, a Iniciativa Inovadora 38 - «Trabalho Com Crianças de Rua» - focalizou a sua intervenção junto das crianças de rua e às situações sociais associadas a esta problemática. Adoptando iniciativas não convencionais - Escola de Rua, Residência Comunitária de Transição, etc, - assentes na relação interpessoal, que facilitaram, igualmente a construção de parcerias formais.

Em Almeida, o projecto «Mundo Rural em Transformação», Acção Modelo 22, de cariz rural permitiu a construção de futuros possíveis em meio rural pobre. Para além da elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento, facilitou a criação de novos serviços locais – “Comida sobre rodas”, extensão local da Direcção Regional da Agricultura, Centro de Formação Profissional, entre outras – dinamizando, simultaneamente, a vida associativa.

De acordo com Helena MENDONÇA (1994) este projecto «contribuiu com uma reflexão profunda para a construção de um “modelo” de desenvolvimento pra regiões periféricas em meio rural e mostrou a vantagem de estratégias e acções que associam intervenções no domínio do económico à especificidade cultural local (reconstrução de fornos comunitários, construção de pequenos açudes, animação de potencialidades turísticas através da valorização do património arquitectónico, etc.)»

Na Covilhã, a Acção Modelo 23 – “Aldeias de Montanha Apostam no Desenvolvimento”, promoveu acções articulando a valorização dos

recursos humanos e a valorização dos recursos naturais renováveis. Foi possível criar um Centro de Recursos, com o objectivo de formar os técnicos e pessoal afecto às IPSS locais, dinamizou-se a iniciativa empresarial, através de Iniciativas Locais de Emprego e constituição da Associação de Apicultores e incentivar a valorização dos recursos naturais renováveis associada à inovação produtiva e tecnológica e facilitou o aproveitamento das energias renováveis.

Tal como refere o Relatório sobre a Execução do Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos Grupos de Pessoas Menos Favorecidas (1989-1994):

“Um projecto é um grupo de actores heterogéneos, instâncias de decisão mais ou menos estáveis, actividades mais ou menos coordenadas, um contexto local mais ou menos favorável... em resumo é um conjunto complexo em movimento. É por esta razão que é necessário insistir na progressividade da construção da perspectiva de cada um dos projectos, que se estrutura numa duração e segundo um processo de adaptação contínuo às situações concretas.

Neste processo de adaptação contínua, são essenciais dois elementos por um lado a constituição de equipas operacionais qualificadas e suficientemente estáveis para assegurar a continuidade da acção realizada, por outro, a adopção, pelos próprios actores, de modalidades de análise e de avaliação que favoreçam a elaboração de um consenso, a formulação de objectivos operacionais e a eventual inflexão da estratégia em função dos resultados alcançados ou da evolução do contexto local.”

Ainda relativamente à avaliação do Pobreza 3, o referido documento evidencia que *“Os projectos criaram estruturas organizacionais e novas formas de intervenção que constituem em si mesmo um estímulo à evolução das instituições e das associações abrangidas pela luta contra a exclusão social autoridades nacionais e locais, organizações não governamentais, parceiros sociais(...).*

(...)Romper com as políticas e as mentalidades das obras de assistência e tornar os mais desfavorecidos actores incondicionais... a participação é não só um princípio de acção mas um desafio para os projectos e para o programa.”

3.1.1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA POBREZA 3 EM PORTUGAL

De acordo com os técnicos da Unidade de Investigação e Desenvolvimento, Fernanda Rodrigues e José Manuel Henriques¹ e no que

se refere ao impacto da experiência portuguesa do programa, podemos identificar os seguintes resultados:

- **Carácter local dos projectos:** aliando as questões globais e estruturais com as características locais, assim como, facilitando o contacto com a multidimensionalidade concreta da exclusão social. Foi através desta aproximação do local que se adoptaram metodologias e novos modelos de intervenção. «Por estas razões, o carácter local dos projectos revelou-se particularmente útil no que respeita à possibilidade de formular recomendações específicas orientadas para o aperfeiçoamento de políticas globais, sectoriais e regionais tendo em vista a luta contra a pobreza e a exclusão social»;
- **Conhecimento sobre a pobreza e a exclusão social:** as actividades dos projectos permitiram e facilitaram o conhecimento dos factores que concorrem para as situações de exclusão social, para o contribuiu o forte apelo à quebra das divisões disciplinares, para assim se alcançar o desenvolvimento de abordagens multidimensionadas;
- **Acção convencional e especificidade contemporânea dos problemas,** os projectos, para além dos recursos financeiros permitiram a introdução de metodologias e conceitos que geraram, conseqüentemente, uma articulação entre a acção social e a promoção do desenvolvimento;
- **Inevitabilidade do reforço do papel do Estado e da acção local,** foi possível, através das abordagens multidimensionais concretizadas pelos projectos perceber a necessidade de incrementar as práticas estatais neste domínio, bem como, assegurar uma cooperação institucional mais próxima, quer ao nível local como central;
- **Acção estatal e o envolvimento da sociedade civil,** a responsabilização da sociedade civil manifesta-se ao nível da população alvo - os pobres surgem enquanto actores e agentes de transformação, e ao nível do envolvimento das organizações não governamentais;

- **Experimentação e inovação nos projectos**, os projectos ao contemplarem um espaço para debate, ensaio e avaliação de formas inovadoras de intervirem junto da população promoveram a criatividade e possibilitaram uma maior “visibilidade” às experiências que decorreram no âmbito do Pobreza 3. Facto que contribuiu, igualmente para garantir a inovação nos projectos, foi o carácter experimental do programa assim como o modelo organizativo por “projecto” que facilitaram a participação e o envolvimento da população e das diferentes instituições da sociedade civil;
- **Luta contra a pobreza e a exclusão social e o desenvolvimento local**, ao se promoverem acções de âmbito curativo e preventivo, que interagem com o local e implicam estratégias anti-pobreza que se transformam em mudanças locais mais persistentes e passíveis de alcançar a comunidade local;

Assim sendo, «Os projectos portugueses do programa POBREZA III demonstraram que é possível associar o exercício da cidadania e a consciência dos direitos sociais ao acesso dos mais pobres a novos recursos, que é possível mobilizar nas comunidades locais recursos subutilizados tendo em vista a satisfação das necessidades dos mais pobres e que é possível valorizar os seus próprios recursos tendo em vista o reforço da sua autonomia na resposta à insatisfação de necessidades.

Neste sentido, os projectos portugueses mostraram que a luta contra a pobreza e a promoção de um “novo” desenvolvimento são indissociáveis.»⁷⁴

Foi à luz dos resultados do Pobreza 3 e do anterior programa que a Comissão Europeia propõe o lançamento de um programa de médio prazo - de Julho de 1994 a Dezembro de 1999 - de luta contra a pobreza e de promoção da solidariedade.

⁷⁴ MENDONÇA (1994: 25)

A justificação para a necessidade de um novo programa de acção de luta contra a exclusão assenta, de acordo com o Programa de Acção a Médio Prazo de Luta Contra a Exclusão e de Promoção da Solidariedade, nas três tendências seguintes:

- a) A extensão e a diversidade da exclusão social continuam a crescer em consequência de alterações fundamentais nas estruturas económicas sociais e demográficas dos últimos anos.
- b) As políticas nacionais cada vez mais visíveis de luta contra a exclusão social como forma de atingir a coesão económica e social agravam a necessidade de modernizar os sistemas de previdência tradicionais.
- c) A riqueza das inovações com vista a prevenir ou eliminar a exclusão social provenientes dos mais variados organismos necessita de uma maior coerência no conteúdo e nos métodos de colaboração entre os sectores público e privado para lutar contra a exclusão social.

O Conselho das Comunidades Europeias adoptou a criação de um programa de acção a médio prazo de luta contra a exclusão social e de promoção da solidariedade.

De acordo com o artigo 3º da proposta de Decisão do Conselho, os objectivos do presente programa são os seguintes:

- (a) Contribuir para o desenvolvimento de medidas preventivas e correctivas a nível local e nacional (ou regional) através de acções-piloto;
- (b) Apoiar a criação e o desenvolvimento de redes transnacionais de projectos de associação;
- (c) Dirigir operações de informação, coordenação, avaliação e intercâmbio de experiências a nível comunitário;
- (d) Estimular a experimentação e a análise e identificar os melhores modelos de acção inovadores, tanto em termos de conteúdo como de organização;
- (e) Estudar os mecanismos de exclusão social;

(f) Fornecer informações sobre o programa e divulgar resultados.

Os princípios base deste programa serão os enunciados ao longo do Pobreza 3 – multidimensionalidade, associação, participação – apesar de se pretenderem reforçados e inovadores.

3.1.2. PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA EM PORTUGAL DE 1990 A 2000

Os Programas são concretizados através de Projectos, e os Projectos através das Acções, que se podem concretizar de inúmeras formas.

Os Projectos de Luta contra a Pobreza (PLCP) surgem como instrumentos cirúrgicos da luta contra a pobreza e apresentam-se como uma nova forma/paisagem de fazer intervenção social, em que o entendimento renovado com cada interveniente é uma constante.

Sendo no local que os problemas acontecem, tem que ser no e o local a encontrar respostas, daí que os PLCP com a sua intervenção personalizada e territorializada tenham fomentado renovadas intervenções sociais.

O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, cujos projectos cobrem todo o país, tem como objectivo a eliminação dos mecanismos de pobreza e exclusão social através, nomeadamente, da cooperação entre o sector público e o sector privado, da acção intersectorial numa perspectiva integrada, da participação e responsabilização de grupos e comunidades locais e sobretudo o seu “empowerment” para saírem de forma sustentada da situação em que se encontram.

O Programa é gerido por dois Comissariados Regionais (Norte e Sul) e os projectos que o integram baseiam-se no princípio fundamental do estabelecimento de parcerias, concentram-se em zonas prioritárias e de maior risco social, definindo uma actuação selectiva e concertada, sendo

concebidos, postos em prática e avaliados por referência a objectivos de desenvolvimento social e local.

Actualmente os PLCP são regulamentados pelo Despacho 122/MSSS/96, no qual a questão do parceria assume uma relevância inegável, quando logo no artigo 2º, nº 1 se afirma que “No processo de elaboração de qualquer candidatura no âmbito do Programa de Luta Contra a Pobreza deverão ser envolvidos todos os parceiros que se disponibilizem a participar no desenvolvimento do projecto, pelo que a documentação de apoio à candidatura, a apresentar ao comissariado, deverá, assim, incluir as declarações dos parceiros, das quais constem, ainda que em linhas gerais, os contributos que assumem perante o projecto.”

Quadro 3

Projectos de Luta Contra a Pobreza desenvolvidos, por zona, de Outubro de 1990 a 1993 :

Zona/Grupo Alvo	N.º de Projectos	População Abrangidas
Zona Rural e Piscatória	9	36.609
Zona Urbana ou de Transição	32	264.054
Crianças e jovens em risco	5	14.293
Famílias em risco e Mães Solteiras	3	15.396
Desempregados	1	205
Ex-Reclusos	1	3.000
Os Sem-abrigo	2	3.150
Deficientes	1	150
Idosos	5	680
TOTAL	41	300.663

3.1.3. PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA NO DISTRITO DE EVORA:

O primeiro Projecto de Luta Contra a Pobreza a ser dinamizado no Distrito de Évora teve uma duração de um ano e três meses (Outubro de 1990 a final de 1991) e foi promovido pelo Centro Regional de Segurança

Social do Alentejo – Serviço Sub-Regional de Évora. Denominado “Projecto Integrado da Cruz da Picada”, vinha ainda do II Programa de Luta Contra a Pobreza, com uma verba aprovada de Esc. : 16.500 (dezasseis milhões e quinhentos mil escudos) e com o tal de 2500 pessoas como população alvo.

Em 1992 e com uma duração prevista de cinco anos - até 1996 – o Centro Regional de Segurança Social do Alentejo – Sub-Região de Évora promove o “Projecto de Desenvolvimento Integrado da Freguesia da Sé”- PRODESE, dirigido a 20.000 pessoas foi financiado em Esc.:200.000 (duzentos milhões de escudos).

Aprovados para os anos de 1995 e 1996 no Distrito de Évora temos os seguintes Projectos:

Quadro 4

Projectos aprovados no Distrito de Évora 1995-1996 no Distrito de Évora

Alandroal	Projecto de Integração Comunitário para o Concelho de Alandroal
Arraiolos	Projecto de Desenvolvimento Social Integrado do Concelho de Arraiolos
Estremoz – Freg. de Stº André	Projecto de Desenvolvimento Integrado da Cidade de Estremoz
Évora	“Projecto de Intervenção Comunitária da Cidade de Évora”
Évora	Projecto de Apoio a Mulheres Mal Tratadas e em Situação de Emergência
Mora	Projecto de Desenvolvimento Comunitário de Mora
Mourão	“Projecto de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Mourão”
Portel	Projecto Água/Vida em 2000
Reguengos de Monsaraz	Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz
Vendas Novas	Projecto de Intervenção Comunitária no Concelho de Vendas Novas
Vila Viçosa	Projecto de Acção Comunitário de Desenvolvimento e Bem Estar Social do Concelho de Vila Viçosa



Quadro 5

Projectos Em Curso No Distrito De Évora

Designação do Projecto	Localização	Entidade Promotora	Objectivos Globais	População Abrangida	Anos
"Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz"	Reguengos de Monsaraz	Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz	Contribuir para o desenvolvimento local e associativo do Concelho. Promover o desenvolvimento integrado do concelho nas vertentes económica, social e cultural..	4500 Habitantes	1996
					1997
					1999
					2000
"Projecto de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Mourão"	Mourão	Câmara Municipal de Mourão	Promover o desenvolvimento comunitário nas vertentes cultural, social, económica e habitacional do Concelho.	3273 habitantes	1996
					1997
					1998
					1999
"Projecto de Desenvolvimento Comunitário de Mora"	Mora	Santa Casa da Misericórdia de Mora	Desenvolver autonomia económica e criação de emprego. Assegurar a melhoria de condições habitacionais.	1000 habitantes	1997
					1998
					1999
					2000
"Projecto de Intervenção Comunitária no Concelho de Vendas Novas"	Vendas Novas	Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas	Potenciar recursos e valores que possam contribuir para minorar ou suprir carências da população do concelho	10476 habitantes	1997
					1998
					1999
					2000
"Projecto de Desenvolvimento Social Integrado do Concelho de Arraiolos"	Arraiolos	Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos	Contribuir para a reintegração global da população e melhorar padrões de vida.	1500 habitantes	1997
					1998
					1999
					2000
"Projecto de Água/Vida em Portel"	Portel	Câmara Municipal de Portel	Criar um centro piloto de empresas de inserção. Criar uma estrutura de apoio e acompanhamento empresarial. Criar oportunidades profissionais para jovens à procura do 1º emprego e desempregados de longa duração.	7525 habitantes	1998
					1999
					2000
					2001
"Projecto para Desenvolvimento Social do Concelho de Redondo"	Redondo	Santa Casa da Misericórdia de Redondo	Contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias mais desfavorecidas e potenciar a criação de respostas locais através de uma intervenção globalizante e participada.	3500 pessoas	1999
					2000
					2001
					2002

"Projecto Intervenção Comunitária do Concelho de Borba"	de	Borba	Santa Casa da Misericórdia de Borba	Melhorar as condições de vida dos grupos mais desfavorecidos, promovendo a sua autonomia e com vista à sua integração social, cultural e profissional.	8254 habitantes	1999
						2000
						2001
"Projecto Espiga"	de	Montemor-o-Novo	CERCIMOR – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montemor-o-Novo, C.R.L.	Promover o desenvolvimento sócio-cultural e económica da população em situação de pobreza e exclusão social	18632 habitantes	1999
						2000
						2001
						2002
"Projecto Intervenção Comunitária do Concelho de Viana do Alentejo"	de	Viana do Alentejo	Câmara Municipal de Viana do Alentejo	Promover a melhoria das condições de vida das famílias carenciadas.	5152 habitantes	1999
						2000
						2001
						2002

32. O CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ:

“REGUENGOS DE MONSARAZ

Terras fortes e abertas.

No recorte da pedra e branco de cal que tudo pega á terra, Monsaraz permanece viva. Lembra Nun`Álvares o gótico, o granito das muralhas, a paragem noutros tempos, o domínio e o poder, a firmeza que provém de um imenso conhecimento: da terra e do homem, do rio e do tempo.

Caçar e pescar nos rios e albufeiras esquecidas. Todo o terreno é uma aventura.

Os cheiros do pão, hortelã e giestas. Os olivais e os montados. A introdução de cores nas formas do dia-a-dia que nas Olarias do Corval vão transformando os barros e os gostos.

Os padrões, ainda árabes, das mantas tradicionais na origem dos reguengos.

A terra, o sol e a lua a criarem um vinho especial e único, produto cultural, de castas enraizadas na terra e no tempo.

No Guadiana, água corre nova em velhos moinhos calmos e goza o silêncio do tempo.

No mesmo espaço somam culturas e homens, criou olivais de séculos em terras de pedras mágicas, antas, memires verticais que as cegonhas do Xerês anunciam e contemplam. Mares de estevas e searas mais lindas a cada olhar quando o vento passa leve como só lá acontece.

Reguengos (d) e Monsaraz. Vila nova, vila velha. Conhecê-las é um estilo na escolha do equilíbrio entre o antigo e o novo, entre tempos e os homens.

Um estilo da natureza recuperada e tranquila, da luz do sol e da lua, da terra firme e da história.”⁷⁵

⁷⁵ Fonte: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 1996

3.2.1.SINAPSE HISTÓRICA

Com origem na transtagana e medieval Vila de Monsaraz, uma das mais antigas povoações portuguesas a sul do rio Tejo, o Concelho de Reguengos de Monsaraz face à enorme quantidade de vestígios dolménicos ali existentes, constitui um verdadeiro “território megalítico”.

Na verdade, a ocupação humana desta área data do período do Neolítico, como o comprovam a cerca de centena e meia de monumentos existentes com origem no referido período.

Primitivo castro pré-histórico, o território aonde hoje se situa a Vila de Monsaraz e Arrabalde foi romanizado e sucessivamente ocupado por visigodos, árabes, moçarabes e judeus.

Conquistada aos mouros por Geraldo Sem Pavor, Monsaraz, em 1173, com a derrota de D. Afonso Henriques em Badajoz, torna a cair em poder dos Almôadas. Finalmente, em 1232 D. Sancho II, com o auxílio dos Templários, conquista definitivamente Monsaraz aos muçulmanos, fazendo a sua doação à Ordem do Templo.

Povoação acastelada, com importante localização geo-estratégica, atenta a sua implantação à “raia castelhana”, a Vila da Monsaraz é também sede de Concelho com o mesmo nome; Concelho dotado de amplos privilégios jurídicos, administrativos atribuídos pela Carta de Foral, de 15 de Janeiro de 1276, outorgada por D. Afonso III.

Em 1422 mercê da doação do Santo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, a seu neto D. Fernando, futuro segundo Duque de Bragança, Monsaraz, os seus direitos e as suas rendas, passa a integrar a “Sereníssima” Casa de Bragança, constituindo, em matéria tributária, um dois mais preciosos, vastos e fartos vínculos desta grande casa ducal portuguesa.

Em 1512 a vida pública e a administração da “Terra Notável”, Vila e Concelho de Monsaraz passa a reger-se por nova Carta de Foral atribuída por D.

Manuel I, ficando definitivamente instituída à Matriz de Santa Maria da Lagoa a Confraria da Misericórdia de Monsaraz.

Entretanto, no termo da Vila de Monsaraz – a cerca de 12 km, em terras dominiais da Casa de Bragança e depois da Coroa, e em redor de uma ermadinha a Santo António, foram nascendo pequenos “povos” que davam pelos nomes de Reguenginho, Ramila e Mon Real.

Autonomizada da, então Freguesia da Caridade, em 1680, vieram a formar a Aldeia de Reguengos que já em 1710 era uma paróquia com a Ermida de Santo António de Lisboa transformada em Igreja Matriz.

O impetuoso progresso económico e político(liberal) da Aldeia de Reguengos, situada numa planície muito fértil, de fácil acessibilidade e “formoso lugar”, enriquecida pelo labor das suas gentes, quer por via do desenvolvimento das indústrias e artesanato e saragoça e estamenhas, mantas e cobres, quer por via da tradicional lavra das vinhas, há mais de dois mil anos aqui implantadas, redundaram na sua elevação a sede de Concelho.

Na realidade, a localização acastelada e as dificuldades de acesso ao histórico, medieval e multiseccular burgo de Monsaraz associados à sua estagnação económica e social e à tradicional fidelidade do ideário montessarense aos princípios e convicções políticas absolutistas determinarem a prolacção da Carta de Lei de 18 de Abril, da Rainha D. Maria II, e a transferência da sede de Concelho de Monsaraz para a citada Aldeia de Monsaraz.

Ainda por Carta de Lei de 19 de Fevereiro de 1840, passada também pela Rainha D. Maria II, a Aldeia de Reguengos é elevada à categoria de Vila com a denominação de Vila Nova de Reguengos, cuja designação derivou para a que actualmente tem.

Transferida a “cabeça de Concelho”, de novo, para Monsaraz, por força da Carta de Lei de 6 de Julho de 1843, a data de 17 de Junho de 1846, constitui o marco cronológico da elevação e instituição definitiva da Vila de Reguengos a sede e cabeça do, hoje, Concelho de Reguengos de Monsaraz.

3.2.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Localizado num território bastante homogéneo na sub-região do Alentejo Central, ao Distrito de Évora, a sul de Portugal, o Concelho de Reguengos de Monsaraz confina a sudoeste em uma vasta extensão, com o Rio Guadiana (aliás, o Concelho de Reguengos de Monsaraz integra, na sua totalidade, a bacia hidiográfica do Rio Guadiana), detendo confrontações, a norte com os Concelhos de Redondo e Alandroal, a este com o concelho de Mourão, a sul com os Concelhos de Moura e Portel e a oeste com o concelho de Évora e, ainda, em parte, com o concelho de Portel.

Com uma área total de 475 km² (Estudos de Caracterização do Plano Director Municipal de Reguengos de Monsaraz, Documento A, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Março de 1992, pp. 1), dos quais cerca de 58 km² (isto é, uma área correspondente a cerca de 12,5% da área total) a ficarem submersos pelo espelho de água da Albufeira de Alqueva, em construção.

O Concelho de Reguengos de Monsaraz é composto pelas Freguesias de Campinho (amais recente criada por via de preceito legal ínsito na Lei n.º 55/88, de 23 de Maio), Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz.

Estas Freguesias integram as seguintes aglomerados urbanos:

Freguesia de Campinho	Campinho
Freguesia de Campo	S. Marcos do Campo Cumeada
Freguesia de Corval	S. Pedro do Corval Carrapatelo Stº António do Baldio
Freguesia de Monsaraz	Monsaraz (vila) Barrada Ferragudo Motrinos Outeiro Telheiro
Freguesia de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz (vila-sede de concelho) Caridade Gafanhoeiras Perolivas

Território bastante homogéneo como acima o dissemos, o Concelho de Reguengos de Monsaraz insere-se, assim, num Distrito e numa Região tradicionalmente caracterizados por um débil desenvolvimento económico e social, onde a ruralidade e a forte dependência do sector agrícola ainda predominam na sua grande medida; Distrito e Região que desde os idos da década de 50 vêm sendo afectados pelo contínuo despovoamento e envelhecimento da população residente, manifestando-se, ainda, um acentuado déficite de investimento público e privado, se bem que mitigado nos anos mais recentes, com o conseqüente sub-aproveitamento dos recursos endógenos.

O Concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta um clima de características marcadamente mediterrânicas, com um período estival muito seco, quente e bem definido, concentrando-se o período das chuvas nos meses mais frios do ano, isto é, de Novembro a Março; época em que a precipitação média mensal atinge valores que oscilam entre os 77 e os 94 mm.

Ademais, por via da localização no interior sul de Portugal verifica-se, ainda, a existência de contrastantes térmicos bastante acentuados, com amplitudes térmicas diárias elevadas, outrossim, com temperaturas que no Verão ultrapassam os 40°C e , que chegam a atingir valores abaixo de 0°C durante o período de Inverno.

No que concerne à morfologia do terreno, recordamos que Reguengos de Monsaraz integra, na sua totalidade, a bacia hidiográfica do Rio Guadiana. Nestes termos, à semelhança do sucedido na generalidade do Alentejo – região, em grande medida, de planície ou - o Concelho não apresenta grandes elevações, sendo constituído, essencialmente por zonas planas ou levemente onduladas, de pereplanície/peneplanície, com uma altitude média da ordem dos 200 m acima do nível do mar. na verdade, a variação altimétrica oscila entre os 90 m no vale do Rio Guadiana, no limite sul, e os 350 m, no limite norte, na cumeada que delimita o Concelho de Reguengos de Monsaraz, o Concelho de Redondo e Alandroal.

Quanto à aptidão dos solos para o uso agrícola e florestal, o Concelho de Reguengos de Monsaraz⁷⁶ integra:

- 1600 ha – uma área correspondente a 3% do total – de solos classificados de «Classe A», i.e., “solos com capacidade de uso elevado, com poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, susceptíveis de utilização agrícola intensiva e de outras utilizações.”
- 5892 ha - área correspondente a 12% do total – de solos classificados de “classe B2”, ou seja, “solos com capacidade de uso elevada; limitações moderadas; riscos de erosão, no máximo, moderados; susceptíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e outras utilizações;”
- 11 664 ha - área correspondente a 25% do total – de solos classificados de “classe C”: “solos com capacidade de uso mediano; limitações acentuadas; riscos de erosão, no máximo, elevados; susceptíveis de utilização agrícola pouco intensiva e outras utilizações;”
- 8 432 h - área correspondente a 18% do total – de solos classificados de “classe D”, isto é, “solos com capacidade de uso baixa; limitações severas; riscos de erosão, no máximo, de elevados a muito elevados; não susceptíveis de utilização agrícola, salvo casos muito especiais; poucas ou moderadas limitações para pastagem, exploração de matos e exploração florestal;” e
- 19 728 ha - área correspondente a 42% do total – de solos classificados de “classe E”: “Solos com capacidade de uso muito

⁷⁶ Plano Director Municipal de Reguengos de Monsraz – Estudos de Caracterização, Documento b, Março de

baixa; limitações muito severas; riscos de erosão muito elevados; não susceptíveis de utilização agrícola; severas e muito severas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal; em muitos casos o solo não é susceptível de qualquer utilização económica; nestes casos pode destinar-se a vegetação natural ou floresta de protecção ou recuperação.”

Atenta a área em que se insere, a predominância acentuada de solos de classe “D” e “E” – cerca de 60% do total – e a influência climática acentuadamente mediterrânica, a flora e a vegetação natural do Concelho de Reguengos de Monsaraz são dominadas pela azinheira e pela existência de matos e arbustos (esteva, que é o arbusto dominante, giesta, rosmaninho e sargaço), estes, distribuindo-se por zonas mais declivosas e/ou ocupando os solos mais pobres, delgados e pedregosos. Registe-se, igualmente a presença de outras espécies da flora mediterrânica associadas à azinheira, como sejam o sobreiro, o carrasco, o zambujeiro, o carrapateiro ou a madressilva. Por último, ao longo das margens de algumas linhas de água existentes é, ainda, possível encontrar algumas espécies como o freixo, o salgueiro, o choupo, o amieiro a murta ou a tamargueira.

A par do sucedido na generalidade da Região Alentejo, o Concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta uma assinalável fragilidade demográfica, para a qual têm contribuído a desertificação migratória, a queda da natalidade, a diminuição do crescimento natural e o sequeleto envelhecimento da população residente.

Na verdade num movimento já esboçado durante os anos 50,mas com especial incidência na década de 60, Reguengos de Monsaraz assistiu a uma elevada redução da população residente – sobretudo ao nível da população activa – em virtude da tendência migratória que se instalou; tendência orientada quer para a Região de Lisboa (então actual cintura industrial), quer para países europeus como sejam a França, a Alemanha ou a Suíça.

Quadro 6

Evolução da população residente no Concelho de Reguengos de Monsaraz⁷⁷

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE
1900	10 240
1911	11 316
1920	11 614
1930	13 330
1940	15 389
1950	15 051
1960	15 090
1970	11 727
1981	11 642
1991	11 401
1997	11 290

A situação periférica, o baixo nível de produtividade e a forte dependência do sector primário da economia em muito justifica a situação assim descrita. Acresce, ademais, que desde a década de 70 vem-se verificando uma clara tendência de exodo rural para a sede do Concelho, aglomerado urbano de maior dimensão, facto que, ainda mais, acentua o fenómeno de desertificação rural assinalado.

Associado ao fenómeno da desertificação demográfica, surge-nos o declínio da fecundidade, o decrescimento natural e o envelhecimento da população. Assim, em 1997, o Concelho de Reguengos de Monsaraz apresentava uma taxa bruta de natalidade de 8,1‰ e uma taxa de fecundidade geral de 36,2‰, quando esses valores em Portugal e no Alentejo ascendiam, respectivamente, a 11,4‰ e a 9,0‰ ; e, a 43,9‰ e a 39,5‰. Apresentava, ainda, segundo a mesma fonte⁷⁸, em 1997, uma taxa de crescimento demográfico total de 2,7‰, e uma taxa de crescimento demográfico natural de -5,6‰.

A par do exodo e do envelhecimento demográfico registado, os recursos humanos do Concelho de Reguengos de Monsaraz caracterizam-se ainda, por uma baixa qualificação profissional e uma acentuada taxa de analfabetismo.

⁷⁷ Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz: 1992; INE: 1991; INE: 1998; INE: 1999.

⁷⁸ INE: 1991; INE: 1998; INE: 1999.

Quadro 7

População residente segundo o nível de instrução⁷⁹

ANO	SEM INSTRUÇÃO	ENSINO BÁSICO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR	TAXA DE ANALFABETISMO
1991	26,9%	63,7%	6,4%	2,9%	22,5%

No que diz respeito às características sócio-económicas, a agricultura, ainda, constitui a actividade dominante, malgrado os assinaláveis avanços registados ao nível do sector do comércio, serviços e turismo.

No sector primário da economia detém assinalável importância, antes de tudo o mais, a vitivinicultura. Na verdade, “(...) foi o vinho que traçou o caminho da decadência de Vila Velha. De facto, há cento e cinquenta anos foi a vinha que proporcionou um boom económico em Vila Nova, possibilitando assim, cumulativamente com outros factores, a transferência da sede concelhia, de Vila Velha para a próspera e liberal Vila Nova.”⁸⁰

O vinho, de grande qualidade, na sua generalidade, assume um elevado peso e interesse económico. No entanto, ainda que com uma importância decrescente, também a pecuária, a olivicultura e a produção de cereais assumem relevância neste sector da actividade económica, o qual, à semelhança do que sucede na generalidade da Região Alentejo vem apresentando contínuos e seguros sinais de decadência e perda da importância, pois “é generalizado o cepticismo em relação ao futuro da agricultura local. (...) A terra deixou de ser o bem mais sólido, a bitola pela qual se medem as outras riquezas, a fonte de segurança que os homens se esforçam por conservar ou adquirir. Está em curso uma rápida e profunda alteração da maneira tradicional de ver o mundo – à qual ninguém escapa.”⁸¹

⁷⁹INE: 1999

⁸⁰RAMOS(1997: 118)

⁸¹CUTILEIRO(1977: 52)

O sector secundário da economia apresenta uma importância económica reduzida, mas em ascensão. Neste âmbito, ressalta desde logo, por via da vitivinicultura e da olivicultura, a indústria alimentar, a par da olaria, de que São Pedro do Corval constitui o primeiro e mais importante centro oleiro do País.

De reduzida dimensão, fraca representatividade e ocupando poucas pessoas, as empresas do sector secundário ocupam 24% do emprego, ao passo que o sector primário da economia ocupa 32%.

Assim, é o sector terciário da economia, em plena ascensão, que se ocupa a maior faixa de emprego do Concelho de Reguengos de Monsaraz com a 44% do total.

Na verdade, são essencialmente os sub-sectores da vitivinicultura, da olivicultura, da indústria agro-alimentares a estes associados, do turismo, dos serviços, do artesanato (olarias de S. Pedro do Corval e mantas de Reguengos de Monsaraz) e da construção civil que, nos últimos anos, vêm demonstrando um maior dinamismo, promovendo o emprego, a fixação das populações e algum do desenvolvimento sustentado sentido, ainda que incipiente.

No que concerne ao desemprego, o Concelho de Reguengos de Monsaraz apresentava, em 1997, uma taxa de desemprego de 6,7%, sendo a taxa de desemprego feminino de 12%, valores que na generalidade do Alentejo ascendiam respectivamente, a 10,2% e a 18,8%. De realçar, ainda, relativamente à categoria perante o emprego que a maioria dos desempregados, sendo de longa duração, se encontram à procura de novo emprego, com idades compreendidos entre os 25 e os 49 anos, e na sua grande maioria – cerca de 2/3 – do sexo feminino. Acresce, ademais, o grau de instrução notoriamente da população desempregada; facto inelutavelmente associado ao peso maior que tem o desemprego dos trabalhadores rurais com 43,6%.

Uma última palavra para o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva em execução. Malgrado o mesmo não constituir, obviamente a solução miraculosa para os problemas de desenvolvimento sustentado e os males sociais que o Concelho de Reguengos de Monsaraz infelizmente ainda padece, o Alqueva, além da concretização de um sonho, quási utópico, das gentes, vem permitir o

desenvolvimento de inúmeras actividades ligadas ao turismo e à agricultura, outrossim, a criação de algum emprego indirecto; não falando, claro está, das infraestruturas e equipamentos económicos e sociais em construção.

Depara-se-nos, assim, uma oportunidade única para encetar um sólido processo de desenvolvimento sustentado na Região Alentejo e no Concelho de Reguengos de Monsaraz, em particular; processo de desenvolvimento que para obter sucesso, estamos em crer, deve ter como objectivo a promoção da qualidade de vida, da cidadania e a sustentabilidade da sociedade humana. Assim não nos falte, a todos nós, a arte, o ensejo e o saber.

3.3. PROJECTO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

O Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz (P.I.C.), aprovado e apoiado pelo Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza, tem como Promotor a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. Aprovado em Setembro de 1996, iniciou a sua actividade no último trimestre desse mesmo ano e tem a sua duração prevista até Dezembro de 1999.

Este Projecto visa promover o desenvolvimento integrado do Concelho, nas vertentes económica, social e cultural assentando numa articulação simultânea a nível institucional, e na participação da população.

A população visada pelas actividades do Projecto apresenta sinais de vulnerabilidade, tanto a nível económico e profissional, como a nível escolar, habitacional e sócio-cultural. Se parte da população se debate com o problema do isolamento, quer físico quer social, também se verifica a existência de grupos sociais que apresentam um baixo nível de qualidade de vida, muitas vezes originada pela baixa qualificação escolar e profissional, pelo emprego sazonal ou pelo baixo nível sócio-cultural das famílias. Neste Concelho também se encontram famílias de etnia cigana e “vendedores ambulantes”, que, pelos seus modos de vida e valores próprios, muito dificilmente se integram na restante paisagem humana e urbana.

Estes problemas atingem proporções mais dramáticas junto das famílias fragilizadas e revelam-se, essencialmente, através da criação e manutenção de dependências institucionais, indícios de marginalidade e comportamentos de risco, insucesso escolar, ausência de auto-estima e dificuldades em definir e desenvolver projectos de vida compatíveis com os recursos económicos e sócio-culturais em presença.

3.3.1. Objectivos e Principais Acções

Os objectivos gerais preconizados são: ⁸²

- Intervir a nível económico, social e cultural promovendo a participação da população na definição de estratégias para a resolução dos seus problemas.
- Desenvolver a constituição de uma rede de parceria interinstitucional e pluridisciplinar, que vise a ligação estreita entre Instituições e a população a abranger.
- Contribuir para o desenvolvimento local e associativo do Concelho, potencializando e apoiando as iniciativas destas Entidades.
- Promover e reforçar as solidariedades familiares e comunitárias.
- Implementar o método de acção/pesquisa, para uma ligação coerente entre a teoria e a prática, visando a concretização de actividades adequadas.
- Dinamizar a Formação Profissional e criação de emprego, fortalecendo o tecido social.
- Elevar a auto-estima das famílias e a sua qualidade de vida.

3.3.2. METODOLOGIA UTILIZADA E AVALIAÇÃO

O P.I.C. – Projecto de Intervenção Comunitária definiu como um dos seus objectivos gerais a implementação do método de Acção-Pesquisa, para que se atingisse uma ligação mais coerente entre a teoria e a prática, visando a concretização das actividades adequadas. A Entidade parceira responsável por esta área é a Universidade de Évora, inicialmente constituída por dois sociólogos docentes neste estabelecimento de ensino superior e duas alunas finalistas de Sociologia e Investigação Social Aplicada, foi posteriormente reduzida para um docente e uma Estagiária de Investigação Social.

⁸² Baseado nos Planos de Acção de 1996, 1997, 1998, 1999.

No primeiro ano de actividade – 1996 - iniciaram-se os diagnósticos nas seguintes áreas: ⁸³

- “1)- Diagnóstico das Famílias Carenciadas – fragilidades e potencialidades (Diagnóstica realizado com base nas famílias que recorrem aos serviços habitualmente).
- 2) – Diagnóstico da População Idosa do Concelho e das estruturas de apoio à Terceira Idade.
- 3) Diagnóstico das Entidades Sócio-Educativas (seus objectivos, actividades que desenvolvem, população que envolvem e aspirações futuras)
- 4) Diagnóstico das Entidades Sócio-Educativas (Actividades escolares e extra-escolares que desenvolvem, objectivos, participantes, aspirações, principais problemas que afectam as crianças e jovens do Concelho e solução apresentadas”

3.3.3.MEIOS E RECURSOS MOBILIZADOS

Relativamente aos recursos financeiros a única fonte foram as verbas transferidos do Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza, que se distribuíram anualmente da seguinte forma:

Quadro 8
Recursos Financeiros Provenientes do C.R.S.L.C.P.⁸⁴

Ano	Dotações Aprovadas (Em Contos)	Reforço De Verba (Em Contos)	Total (Em Contos)
1996	10.000		10.000
1997	20.000	7.350 26.000	53.350
1998	20.000	2.000	22.000
1999	15.000	5.000	20.000
TOTAIS	65.000	40.350	105.350

⁸³ P.I.C. (1996b)

⁸⁴ Quadro baseado nos dados recolhidos dos Relatórios de Execução de 1996, 1997, 1998 e 1999

Os serviços regionais e as Instituições locais que integram o Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz cooperaram para o desenvolvimento das actividades, com a disponibilização de Técnicos (ver Quadro 0) alguns destes em regime de voluntariado: Juntas de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, Campo, Campinho, Corval e Monsaraz; Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz (dois Técnicos em regime de voluntariado), Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz, Paróquia de Santo António (Reguengos de Monsaraz), Comissão Social de Santo António do Baldio e Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva (um Técnico).

Quadro 9
PESSOAL em 31/12/1999 ⁸⁵

- Técnicos de Serviço Social.....	5 ⁸⁶
- Arquitecto.....	1
- Engenheiro Civil.....	1
- Contabilista.....	1
- Desenhador.....	1
- Técnico de Obras.....	1
- Sociólogo.....	2
- Médico.....	2
- Professor.....	1
- Enfermeiro.....	1
- Economista.....	1
- Técnico de Emprego.....	1
- Conselheiro de Orientação Profissional.....	1
- Técnico Superior para a área do Emprego/Estagiária.....	1
- Técnico de Investigação Social.....	1
- Administrativo.....	1
	1
Sub Total	22
- Outros (por função na Entidade):	
- Provedor.....	2
- Presidentes (Instituições).....	2
- Presidentes (Juntas de Freguesia).....	5
- Voluntariado.....	1
Sub Total	10
Total:	32

⁸⁵ Quadro retirado do Relatório de Execução de 1999

⁸⁶ S.C.M.R.M., I.G.A.P.H.E., C.R.S.S.-A Serviço Sub-Regional de Évora Departamento de Acção Social P.I.C.

O quadro que se apresenta de seguida refere-se á contabilização dos contributos dos parceiros relativamente ao custo que o pessoal afecto ao Projecto representava para cada instituição.

QUADRO 10
Quantificação Dos Contributos Dos Parceiros (em contos)

ANO PARCEIROS	1996	1997	1998	1999	TOTAIS
C.M.R.M.	616,106	3.980	3.980	3.423,894	12.000
F.M.I.V.P.S	7,500	90,	92,500	87,500	277,500
C.R.S.S.-Serviço Sub-Regional de Évora	110,090	504,492	504,498	394,414	1.513,494
A.R.S.A.- Sub-Região Évora	8,077	424,134	179,475	78,261	689,947
I.E.F.P./Centro de Emprego de Évora	111,832	370,480	1.375,534	1.409,920	3.267,766
D.R.E.A.	52,968	423,744	325	498,288	1300
I.P.J.Delegação Évora		130,592	243	355,408	729
I.G.A.P.H.E.	13,783	156,112	182,132	194,396	546,423
S.C.M.R.M.		482,496	380,520	659,096	1.522,112
Universidade de Évora		604,428		1.010,385	1.614,813
TOTAL	1.018,603	7.171,478	7.644,598	8.111,535	23.946,214

3.3.4. PRINCIPAIS ACÇÕES REALIZADAS

As áreas de intervenção nas quais se inscrevem as actividades desenvolvidas pelo P.I.C. são as seguintes:

- Diagnóstico, Envolvimento dos Parceiros, Divulgação e Organização;
- Animação Sócio-Educativa, Cultural e Recreativa;
- Melhoria das Condições de Bem Estar;
- Melhoria das Condições Económicas;
- Apoio às Famílias; e,
- Intervenção Urgente e Apoios Imediatos:

Em cada uma das áreas de intervenção acima referidas foram desenvolvidas, desde 1996, as actividades que passamos a enumerar :

ÁREA DE INTERVENÇÃO : DIAGNÓSTICO-AVALIAÇÃO, ENVOLVIMENTO DOS PARCEIROS, DIVULGAÇÃO,

ORGANIZAÇÃO

DIAGNÓSTICO AVALIAÇÃO

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1996	Início do Diagnóstico da área de intervenção do Projecto em 4 áreas: -Famílias Carenciadas, -População Idosa, -Entidades Sócio-Educativas, e -Entidades Desportivas e Culturais existentes no Concelho
1997	Avaliação das áreas de intervenção Melhoria das Condições de Bem Estar, Animação Sócio-Educativa, Cultural e Recreativa, Banco de Medicamentos, Atendimento nas Freguesias Rurais; Identificação dos equipamentos de apoio à 3ª Idades, os serviços que prestam e os utentes que servem; Conhecimento das características e das necessidades dos idosos não abrangidos por Instituições de Apoio.
1999	Foi criada uma equipa de trabalho no que concerne à Avaliação, constituída por Técnicos do Projecto e da Universidade de Évora; Realizaram-se 4 reuniões da referida equipa Definição da metodologia a adoptar Elaboração dos questionários a aplicar

ENVOLVIMENTO DOS PARCEIROS

ANO	ACTIVIDADE
1996	Adesão de 16 Entidades ao Projecto e definição de possíveis contributos; -Constituição das Equipas de Trabalho; -Reunião de apresentação do Projecto e convite á adesão dos Parceiros, -1 Reunião com a Equipa Técnica do Projecto, -2 reuniões com a Equipa da Universidade/Diagnóstico -1 Reunião com as Entidades Sócio-Recreativas, Desportivas e Culturais do Concelho -1 Reunião com as Entidades Sócio-Educativas, -3 Reuniões de Atendimento Integrado, -Dinamização e motivação à participação das diferentes Entidades na Construção do Plano de Acção /97.
1997	Adesão de uma nova Entidade – I.P.J. Realização de 13 reuniões: 1 de Conselho de Parceiros, 8 reuniões de Equipa Técnica, 3 reuniões com a Equipa da Universidade de Évora(Diagnóstico) e 1 reunião com o I.E.F.P. para planificação de actividades.
1998	. Reuniões com o Conselho de Parceiros; . Reuniões de equipa Técnica; . Reuniões com grupos de trabalho por temática;
1999	2 Reuniões de Conselho de Parceiros Reuniões de Equipa Técnica; Reuniões com os Grupos de Trabalho; . 1 Reunião com o Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza;

DIVULGAÇÃO

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1996	Informação dos Agentes Locais e da população em geral através de: -Reuniões com as Entidades Desportivas, sócio-educativas e recreativas. Publicação de um texto na imprensa regional e local, criação de um folheto informativo e de um cartaz do Projecto (distribuídos através do Projecto e das Entidades parceiras).

1997	Realização de 4 reuniões nas Juntas de Freguesia Rurais, onde estiveram presentes as entidades educativas e associativas da respectiva freguesia; Reuniões de informação nas Freguesias Rurais
1998	. Distribuição de folhetos e cartazes; Participação no certame e feira local : Exporeg/98 – Exposição de Actividades Económicas de Reguengos de Monsaraz. . divulgação em programas de rádio
1999	. Distribuição de folhetos e cartazes; Publicação de dois textos na Imprensa regional e local; . Participação no certame e feira local : Exporeg/99 – Exposição de Actividades Económicas de Reguengos de Monsaraz.

ORGANIZAÇÃO

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1996	Organização do espaço e aquisição do equipamento necessário ao funcionamento do Projecto Organização do sistema contabilístico do Projecto; Organização da estrutura funcional e administrativa do Projecto.
1997	Promoveu-se o funcionamento do Projecto e a sua gestão; Participação dos Técnicos do Projecto em Duas Acções de Formação Externas.
1998	Desenvolvimento da organização do Projecto ao nível administrativo, contabilístico e funcional; Participação dos técnicos envolvidos no Projecto em seminários e colóquios considerados de interesse e promovidos por outras Entidades.
1999	Desenvolvimento da organização do Projecto ao nível administrativo, contabilístico e funcional; Participação dos técnicos envolvidos no Projecto em seminários e colóquios considerados de interesse;

ÁREA DE INTERVENÇÃO: ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA, CULTURAL E RECREATIVA

APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE ACTIVIDADES

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1996	“Convívio de Natal-AR.P.I.R.M.” Proporcionou-se um dia diferente a cerca de 500 idosos da freguesia de Reguengos de Monsaraz; “Natal/96- Convívio de Fim de Ano – C.S.P. do Sagrado Coração de Jesus de Campinho. Promoveram-se as solidariedades comunitárias, contribui-se para a aproximação da população residente com a população emigrante e diferentes grupos etários e proporcionou-se um dia diferente a cerca de 50 idosos.
1997	“Ginástica – actividade Preventiva” Secção de Ginástica e Trampolins da Sociedade Artística Reguenguense, contribuiu-se para a compra de equipamento; “Aprender a Aprender”- Coordenação Concelhia de Educação Recorrente que promoveu curso sócio educativo em vitral e sessões de animação de leitura e de jogos tradicionais; “Apoio à Casa Mortuária”- Fábrica da Igreja paroquial da Freguesia do Campinho “Festa dos Hortelões”- Centro de Convívio da Barrada que permitiu realizar espectáculo de variedades e jogos tradicionais;

1998	<p>.Sociedade Recreativa Campinhense “Viver a Tradição-II” Promover os valores e os jogos tradicionais entre as camadas jovens da população; promover o convívio intergeracional e recuperar as tradições para tal foram apoiados Concurso de máscaras, Torneios de xito e marcha camavalesca. “Viver a Tradição-III” Santa Cruz Participaram cerca de 3000 pessoas, reanimou-se uma festa que já não acontecia há 15 anos. “Desenvolvimento Social, Religioso e cultural da população de S. Marcos do Campo” Remodelação de uma sala para realização de actividades várias; “Apoio em Equipamento” Aquisição e instalação de equipamento para a Igreja da Barrada. Encontros de Grupos Corais Alentejanos em Reguengos Desfile de 12 grupos corais e jantar convívio. Melhor Equipamento Mais actividades Melhoria do equipamento da Sociedade para assim dinamizar a vida associativa; “Ginástica-actividade preventiva” Proporcionar melhores condições para a prática da ginástica.</p>
1999	<p>. Apoio à divulgação do Seminário «Intervenção Precoce: que caminhos?» . Apoio à dinamização da «Semana dos Trampolins», que envolveu cerca de 1500 alunos dos Estabelecimentos de Ensino do Concelho; . 1º Encontro “Crianças de ontem e hoje” – encontro intergeracional</p>

APOIO À CRIAÇÃO DE ATELIERES

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1997	<p>“Viver a Tradição I” – Sociedade Recreativa Campinhense : dinamização de actividades tradicionais envolvendo a comunidade local;</p>
1998	<p>A informática como Recurso Educativo (Perolivas) Jardim de Infância de Perolivas Iniciação à Informática no Jardim de Infância de Reguengos Reactivação do Atelier de Informática (Reguengos) Centro de Ocupação de temps Livres Contacto com a Informática “Ter para Saber Usar” (Campo) Animação de Espaços Cobertos (Reguengos)E.B.1 e Jardim de Infância de Reguengos de Monsaraz</p>

APOIO À COMUNIDADE ESCOLAR

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1996	<p>“Festa de Natal E.B. 1 de Perolivas” que no teatro de fantoches, poemas, representação de um auto de Natal e entrega de prendas envolveu 26 crianças, 10 crianças do Jardim de Infância, 5 professores, 2 pessoal auxiliar e 17 familiares Festa de Natal E.B.1 de Reguengos de Monsaraz” Foi proporcionada uma festa de Natal com Espectáculo de Palhaços e distribuição de bolos Rei nos Lares de 3ª Idade com a participação de 253 alunos e 150 encarregados de educação pessoal auxiliar e professores.</p>

1997	<p>Colónia Balnear Infantil “O Século” – que envolveu a participação de 19 crianças;</p> <p>“Convívio Desportivo” – Fim de Ano, que contou com presença das Escolas Básicas do 1º Ciclo de todo o Concelho;</p> <p>“Convívio Comunitário – Final do Ano Lectivo 1997” Escola E.B. 1 de S. Marcos do Campo que pretendeu aproximar a escola á comunidade local;</p> <p>“Animação Cultural do Meio – Festa de Fim de Ano” Escola E.B. 1 e Jardim de Infância de S. Pedro do Corval;</p> <p>“Caminho 2000” E.B.1e Jardim de Infância de Perolivas que contemplou exposições, passagem de modelos, grupo coral e marcahs no qual participaram cerca de 490 pessoas.</p> <p>“Festa de Final de Ano”- Jardim de Infância e E.B. 1 de Stº António do Baldio;</p> <p>Festa de Final de Ano Lectivo 1996/97”- Jardim de Infância e E.B. 1 de Campinho</p> <p>“Viver em Segurança- Jardinagem”Escola E.B. 1 do Outeiro que promoveu diversas actividades de jardinagem;</p> <p>“Reactivação do Atelier de Cerâmica”Centro de Ocupação de Tempos Livres aquisição de um forno para cozer os trabalhos em barro realizados pelos alunos;</p> <p>“Equipamento a Animação do Espaço Exterior” Jardim de Infância de Reguengos</p>
1998	<p>Festa de Natal E.B. 1 de Reguengos de Monsaraz;</p> <p>Festa de Final de Ano Stº António do Baldio;</p> <p>Visita de Estudo ao ZooMarine;</p> <p>Reviver o passado, Viver o passado e Projectar o Futuro – adquirir-se equipamento (episcópio) que irá circular por todas as unidades de ensino;</p> <p>Dia Mundial da Criança, que reuniu 700 crianças do concelho</p> <p>Colónia Balnear Infantil</p> <p>(Re) Começar de Caridade, reactivação da Biblioteca, curso de informática, pintura em vitral, sessões de animação de leitura</p> <p>Aprender a Aprender (Perolivas)</p> <p>Dia do Inglês (Reguengos de Monsaraz)</p> <p>Meios Audio-Visuais – Uma Nova Visão do Mundo, aquisição de cassetes de video a circular por todas as escolas;</p> <p>(Re) Começar de Caridade (2ºano)</p>
1999	<p>. “Colónia Balnear Infantil” – na qual participaram 10 crianças;</p>

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE BEM ESTAR

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1996	Apoio a 2 famílias com equipamento doméstico e 5 com obras de recuperação/adaptação nas suas habitações.
1997	<p>APOIO HABITACIONAL</p> <p>Intervenção junto de 83 famílias em recuperação e adaptação habitacionais e apoio à compra de mobiliário/equipamento doméstico;</p> <p>APOIO HABITACIONAL</p> <p>Foram apoiadas 16 famílias afectadas pelas Cheias de 5 de Novembro</p>
1998	<p>APOIO HABITACIONAL</p> <p>Foram apoiadas 56 famílias através da construção de infraestruturas básicas ou ampliação das existentes e aquisição de mobiliário e equipamento doméstico</p> <p>RE)AGIR PARA MUDAR</p> <p>Dinamização de 2 espaços de reflexão: “Intervenções com a Comunidade Cigana”, 2 sessão de trabalho:”Que respostas para os nossos idosos?” e “Toxicodependências” e uma secção de informação”Prevenção de Acidentesnas Crianças”</p>
1999	<p>APOIO HABITACIONAL</p> <p>. Realização de 309 atendimentos integrados; 197 visitas domiciliárias;</p> <p>. Intervenções neste âmbito junto de 40 famílias.</p> <p>(RE)AGIR PARA MUDAR</p> <p>. Dinamização do Seminário –“Os Ciganos na Educação: um desafio uma mudança a construir...”, no qual participaram 52 pessoas.</p>

MELHORIA DAS CONDIÇÕES ECONÓMICAS

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1997	Apoio á actividade profissional de uma família
1998	Recuperação e normalização dos recursos económicos de 5 famílias de comerciantes afectadas pelas Cheias;

APOIO ÀS FAMÍLIAS

ANO	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
1996	Concessão de subsídios pelo CRSSA – Sub-Região de Évora para pagamento de óculos, próteses dentários, despesas de alimentação e saúde e fazer face a eventuais situações de carência económica
1997	BANCO DE MEDICAMENTOS E BANCO DE LEITE Foram apoiados 131 utentes carenciados; INTERVENÇÃO SOCIAL E APOIOS IMEDIATOS Apoio efectivo a 2 famílias com problemas de subsistência alimentar e toxicoddependência. FREGUESIAS RURAIS: Realizaram-se 189 atendimentos nas Freguesias rurais, o que corresponde a 56 famílias; Realizaram-se 6 reuniões de atendimento Integrado totalizando 21 famílias atendidas; O “Serviço de Limpeza” realizou trabalhos de limpeza e pintura em 11 habitações de famílias disfuncionais; Colocação de 5 pessoas no Programa Ocupacional;
1998	BANCO DE MEDICAMENTOS E BANCO DE LEITE Foram apoiados 205 utentes para adquirir medicamentos. FREGUESIAS RURAIS: Realizaram-se 208 atendimentos nas Freguesias rurais; Foram apoiadas duas famílias através do “Serviço de Limpeza” JOVENS Encaminhamento de jovens e potenciais utentes para a U.N.I.V.A. INTERVENÇÃO SOCIAL E APOIOS IMEDIATOS Apoio a 10 famílias para resolução de problemas urgentes..
1999	BANCO DE MEDICAMENTOS E BANCO DE LEITE . Apoio a 242 utentes carenciados com problemas de saúde e dificuldades em adquirir medicamentos; FREGUESIAS RURAIS . Facilitou-se o acesso das pessoas residentes nas Freguesias Rurais, aos técnicos dos Projecto através de um atendimento mensal; . Realizaram-se 88 atendimentos nas freguesias rurais; . Apoiou-se uma família através do “Serviço de Limpeza”. “(EM) CAMINHAR PARA O FUTURO” . Facilitou-se o acesso à informação na área do emprego; . Foi possível integrar 14 pessoas em cursos de Formação Profissional. INTERVENÇÃO SOCIAL E APOIOS IMEDIATOS . Apoio a 2 famílias para resolução de problemas urgentes. FORMAR PARA INTEGRAR . Dinamização do curso em desenvolvimento pessoal frequentado por 13 formandos; . Integração de 2 formandas em cursos de formação profissional;

3.3.5. INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Podemos considerar parceiros de âmbito local:

- ▶ Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz;
- ▶ Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva (entidade de suporte jurídico);
- ▶ Centro Regional de Segurança Social do Alentejo – Serviço Sub Regional de Évora, Serviço Local de Reguengos de Monsaraz;
- ▶ Administração Regional de Saúde do Alentejo – Serviço Sub Regional de Évora, Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz;
- ▶ Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz;
- ▶ Junta de Freguesia de Campo;
- ▶ Junta de Freguesia de Campinho;
- ▶ Junta de Freguesia de Corval;
- ▶ Junta de Freguesia de Monsaraz;
- ▶ Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz;
- ▶ Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz;
- ▶ Comissão Social de Santo António do Baldio;
- ▶ Paróquia de Stº António;

E de âmbito regional:

- ▶ Instituto Português da Juventude;
- ▶ Universidade de Évora;
- ▶ Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado;
- ▶ Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- ▶ Direcção Regional de Educação do Sul;

De referir que ao nível da DREA e do IIEFP as relações foram facilitadas e o trabalho incrementado e conseguiu-se ultrapassar os entraves que o facto dos serviços não estarem presentes no terreno e disponíveis para a acção dão origem.

Isto porque os contactos se processavam com a Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e com a Técnica de Emprego que semanalmente se deslocava ao Concelho e ao Projecto.

3.3.6. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

Sendo um dos objectivos gerais a promoção e reforço das solidariedades familiares e comunitárias, assim como, elevar a auto-estima das famílias e a sua qualidade de vida a participação da população visou sempre incitar alterações efectivas nas suas vivências e condições de vida – para além das condições económicas que a pobreza ultrapassa.

Desde 1996 e de forma mais consistente nos anos subsequentes a actuação visou sempre o trabalho “com as pessoas” e não “para as pessoas” pretendendo sempre que a população alvo assumisse – ainda que de forma ligeira – a sua quota parte de responsabilidade pelo estado de apatia e de indiferença em que muitas vezes (sobre)vivem. Promoveu-se, quer nas actividades apoiadas bem como nas famílias que se apoiaram, a participação efectiva dos beneficiários das mesmas enquanto agentes de desenvolvimento da comunidade onde estão inseridos. Este processo de participação e envolvimento da população esteve bem presente no processo de negociação/cedência incrementado na área da “Melhoria das Condições de Bem-Estar” incentivando a auto-construção, bem como a utilização parcial de mão de obra familiar e em alguns casos conseguiu-se mobilizar a vizinhança e amigos reforçando a rede de solidariedade comunitária.

3.3.7. MODELO ORGANIZATIVO E TRABALHO TÉCNICO

O Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz possui :

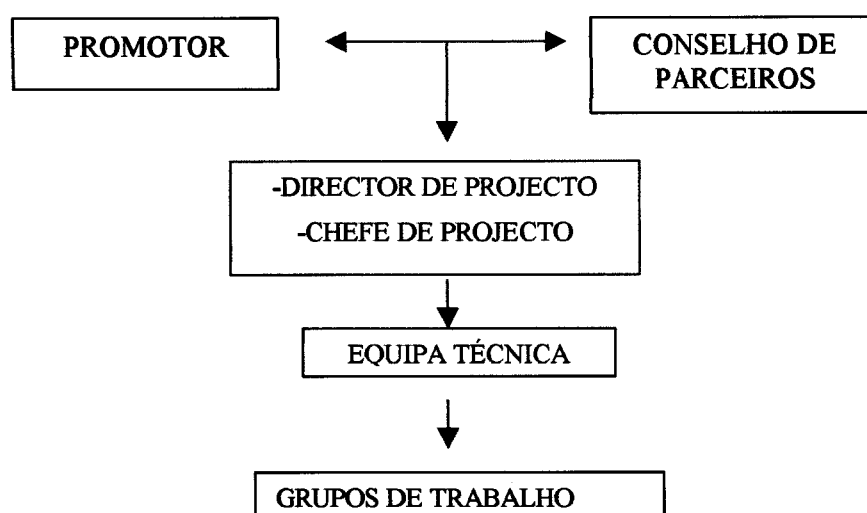
- ✓ um órgão deliberativo, o **Conselho de Parceiros**;
- ✓ um órgão executivo, a **Equipa Técnica**;
- ✓ **Grupos de Trabalho** (com origem na Equipa Técnica e por actividade a desenvolver) .

O **Conselho de Parceiros** é presidido pelo Promotor do Projecto.

A **Equipa Técnica** é constituída por um núcleo técnico : Director, Chefe e Técnico de Serviço Social do Projecto e por elementos ou representantes das Instituições que integram o Conselho de Parceiros.

Os **Grupos de Trabalho** são constituídos por elementos da Equipa Técnica de acordo com áreas específicas de actividades.

De forma esquemática podemos sintetizar da seguinte forma⁸⁷ :



⁸⁷ Figura retirada do Plano de Acção 1997

Cada órgão que compõe a estrutura funcional do P.I.C. possui competências específicas, que de seguida passamos a enumerar.⁸⁸

Ao **Conselho de Parceiros** compete:

1. Disponibilizar os recursos humanos e materiais indispensáveis para a execução das actividades;
2. Aprovar e ractificar o Plano de acção anualmente elaborado, assim como projectos surgidos ao longo de cada ano não incluídos no Plano de Acção, mas julgados válidos segundo parecer da Equipa Técnica;
3. Promover a avaliação dos projectos e acções desenvolvidas;
4. Deliberar sobre questões que transcendam o âmbito técnico e impliquem de qualquer forma uma ou mais Instituições vinculadas ao Projecto;
5. Emitir pareceres sempre que solicitados.

À **Equipa Técnica** compete:

1. Elaborar o Plano de Acção e respectivo Plano de Avaliação;
2. Planear e/ou executar as acções mencionadas no Plano de Acção, tendo em conta os objectivos do Projecto;
3. Emitir pareceres sempre que solicitados pelo Director/Chefe de Projecto;
4. Participar nas reuniões de Equipa Técnica e Sectoriais sempre que consideradas necessárias;
5. Avaliar os projectos desenvolvidos, tendo em conta os objectivos traçados.

Aos **Grupos de Trabalho** compete:

1. Executar as acções mencionadas no Plano de Acção tendo em conta os objectivos específicos de cada actividade;
2. Emitir pareceres sempre que solicitados pela Equipa Técnica ou pelo Director/Chefe de Projecto;
3. Proceder à avaliação das actividades desenvolvidas.

⁸⁸ Informação retirada plano de Acção 1997

Relativamente à periodicidade das reuniões, as mesmas processam-se da seguinte forma: o **Conselho de Parceiros** deverá reunir-se com periodicidade semestral, no entanto podem ser convocadas reuniões extraordinárias pelo Promotor do Projecto sempre que seja considerado necessário; a **Equipa Técnica** reunir-se-á mensalmente, podendo ser convocadas outras reuniões pelo Director/Chefe de Projecto, quando assim se considere; os **Grupos de Trabalho**, deverão reunir-se por sector de actividade sempre que se justifique e/ou convocadas pelo Director/Chefe de Projecto.

3.3.8. PRINCIPAIS RESULTADOS, SUCESSOS E INSUCESSOS

Os resultados positivos do trabalho dinamizado pelo P.I.C. reflectem-se, essencialmente ao nível das práticas. Ao serem introduzidas novas metodologias de trabalho – o trabalho em parceria – foi possível, no final, despertar os parceiros para a sua responsabilização na área social e no processo de Desenvolvimento. As intervenções processam-se agora, de forma articulada com os diferentes parceiros, também eles próprios “contagiados” com as formas de fazer e conseqüentemente, de agir que se foram aprendendo e inovando. A dinâmica do trabalho em parceria e, especificamente o trabalho em parceria num PLCP, introduziu a consciencialização da necessidade de elaborar diagnósticos e, com base neles avançar para a planificação e para o terreno, sem esquecer que todo o processo deverá ser avaliado.

Ao nível das actividades desenvolvidas, para além do sucesso das acções pontuais que foram apoiadas como as iniciativas de carácter recreativo ou em termos de apoios às famílias, podemos identificar algumas actividades que se prevê que tenham continuidade assegurada futuramente, nomeadamente, a reactivação do Atelier de Cerâmica, do Centro de Ocupação de Tempos Livres, que recebe crianças de todo o Concelho e envolveu a compra de um forno para os alunos finalizarem os trabalhos realizados; a criação de estruturas ao nível informático nas Escolas

Primárias e/ou Jardins de Infância de Reguengos de Monsaraz, Campo, Perolivas e do Centro de Ocupação de Tempos Livres.

Contudo, a actividade que foi apoiada pelo Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz e, cuja continuidade foi assegurada por um Acordo de Cooperação com o C.R.S.S.-A. – Sub-Região de Évora⁸⁹, através da valência Família e Comunidade, foi o Banco de Medicamentos. Considerando os seus bons resultados e o serviço que presta às famílias mais fragilizadas, este sub-projecto anteriormente apoiado financeiramente pelo Projecto. e Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz adquiriu um espaço e um papel de referência junto da população.

Relativamente, aos aspectos considerados menos positivos é de referir a não participação de alguns parceiros, nomeadamente a Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz e a Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz e, a fraca participação espontânea (pois quando eram solicitados compareciam e participavam) de outros, como a Paróquia de Santo António e a Universidade de Évora; e a falta de perspectivas ou planificação para o período pós-projecto à excepção de se equacionar a possibilidade de se apresentar uma candidatura para um outro PLCP e de reforçar a dinamização da Rede Social, uma vez que o Concelho de Reguengos de Monsaraz integra o Programa Piloto de Implementação.

⁸⁹ P.I.C. (1999b)

CAPITULO IV

ESTUDO EMPÍRICO

4.1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	132
4.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS	137
4.3. COMENTÁRIOS FINAIS	148

4.1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia privilegiada ao longo deste trabalho foi a investigação-acção.

No que concerne aos seus procedimentos básicos este tipo de metodologia fundamenta-se numa lógica de aproximação à realidade, utilizando para tal uma estratégia de animação e dinamização pedagógica e institucional. Os investigadores não circunscrevem a sua actuação aos trâmites tradicionais da investigação aplicada mas, participam com as pessoas que vivem no meio e estudam as intervenções a desencadear para a resolução das situações-problema aí detectadas, actuando em estreita ligação com o diagnóstico elaborado, a intervenção, a avaliação e um novo diagnóstico.

A investigação-acção ultrapassa o paradigma positivista, que dominou durante muito tempo as ciências sociais e, em especial os juízos ambíguos tecidos à volta da objectividade e da neutralidade científica (WHYTE, W. F. e outros: 1991⁹⁰) e, de acordo com a “dupla hermenêutica” da ciência⁹¹ as teorias só fazem sentido quando colocados à disposição e ao serviço da prática, o que acontece inevitavelmente. Esta relação é aqui mais estreita uma vez que o ciclo entre a teoria e a prática começa e acaba na intervenção.

Esta relação teoria *versus* prática já há muito existia em ciências sociais: Comte, colocava a Sociologia como um instrumento primordial para a sociedade atingir o terceiro estágio, na corrente marxista a ciência é colocada ao serviço da transformação social, também Durkeim conferia ao conhecimento um papel para abreviar a anomia que resulta da não compreensão das transformações introduzidas pelas revoluções industrial e demográfica.

Apesar de utilizar os mesmos instrumentos teóricos e técnicos de outras metodologias (WHYTE, W. F., e outros: 1991), os agentes observados são muito mais implicados e os efeitos sob eles amplificados. E tal como atesta CAPUCHA⁹² “ (...) o investigador, para além de integrar no trabalho de pesquisa outros agentes, deliberada e explicitamente, torna-se agente no meio, possuindo o seu capital simbólico e político específico –

⁹⁰ CAPUCHA (1992)

⁹¹ GIDDENS, Anthony, *Central Problems in Social Theory*, 1984, The Macmillan Press, Londres

nomeadamente o poder de influenciar a afectação de recursos – e, também por isso, é objecto de investigação (não científica) por parte do meios. A recusa de que o objecto de investigação seja neutro e passivo ganha aqui importância e significado.”

Sendo a pesquisa orientada pelo problema social que se pretende resolver, a teoria aparece a um outro nível: o problema social conduz à formulação de estratégias de intervenção que se transformou entretanto em hipótese.

Por significar uma abordagem global da realidade as práticas quotidianas e o contexto em que se inserem e têm lugar terão que ser e ter, igualmente, um papel de destaque na investigação: o investigador tem que redobrar a atenção e o olhar sociológico. Até porque, o envolvimento em equipas multidisciplinares implicam também esta atitude.

Assim, a metodologia da investigação-acção deve estar fundamentada, quer ao nível do processo de investigação como de acção, em actos que desencadêem a indução da mudança, com grande flexibilidade quando se trata de negociar com as populações ou mesmo com outros técnicos (ALARY, J.: 1988). Todas as energias do “habitus científico” (BOURDIEU: 1987) são convocadas.

A investigação-acção tem como principais potencialidades com o maior rigor e adequabilidade das políticas às situações (BRÉBANT, B.:1984), o chamar à intervenção no processo de mudança diferentes protagonistas. Ao facilitar a participação de diferentes sectores contando com os recursos endógenos de cada qual, esta metodologia tem sido amplamente utilizada em projectos de Desenvolvimento Comunitário (ALARY, J.: 1988) ou mesmo em projectos de cariz educativo (BENAVENTE, A., COSTA, A. F. e MACHADO, F. I.: 1991).

Semelhante ao trabalho inacabado em constante processo de re-alimentação, os conhecimentos anteriores evitam erros já cometidos e abrem portas à inovação promovendo melhor intervenção e mais conhecimento.

Os técnicos “ para desempenhar esta tarefa, contudo, vêm-se obrigados a romper com uma atitude academista face á investigação, tornando-se agentes activos

⁹² CAPUCHA, (1992)

da intervenção, participando da acção- mas devendo preservar especificidades do seu estatuto na equipa de projecto -, recolhendo e devolvendo informação (já tratada) no decurso das próprias actividades(...)”. (CAPUCHA: 1992)

Estes técnicos constituem, conseqüentemente, informadores privilegiados.

“Falar de metodologia da pesquisa empírica é falar dos processos e dos instrumentos de trabalho, dos procedimentos teóricos à implementação dos dispositivos técnicos, a que recorrem os sociólogos para conhecer e dar a conhecer a realidade social”(ALMEIDA:1994)

Após revisão bibliográfica e construção teórica do objecto de análise foi definida a seguinte estratégia de pesquisa :

▶ ***Campo de análise e selecção das unidades de observação:***

O objecto do estudo é a rede de parceria do Projecto de Luta Contra a Pobreza, cuja entidade promotora é Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

Os sujeitos da investigação serão os representantes das diferentes entidades e serviços públicos presentes na Equipa Técnica e nos Grupos de Trabalho.

▶ ***Estratégia de Investigação e técnicas de recolha de dados***

O trabalho a elaborar constituirá um Estudo de Caso porque pretendemos conhecer uma realidade que não é representativa do país.

Como **técnicas** vamos utilizar :

- pesquisa bibliográfica, para além das publicações acerca desta temática, a documentação interna do P.I.C. – Planos de Acção, Relatórios de Execução, Actas das Reuniões .

De referir que a pesquisa bibliográfica se deve pautar por *aproximações*

sucessivas (Quivy:1992) de forma a evitar a sobre-informação e o nevoeiro informacional.

- entrevistas semi-estruturadas;

A análise de conteúdo estará presente ao longo da nossa investigação, uma vez que “constitui um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. (...) Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e calcina o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem.” (Bardin:1977:9)

- observação participante : “ *A situação do observador participante é portanto muito complexa contendo em si dois papeis em constante dialéctica – o do observador e do participante – exigindo por parte do investigador uma constante auto-vigilância se quer manter o equilíbrio precário conferido pela sua dupla condição*” (Carmo:1998)

Tal como refere o mesmo autor o desafio da observação participante está em conseguir aliar a objectividade da observação científica e a militância da intervenção social.

Com a utilização das técnicas acima referidas pretendemos valorizar uma abordagem qualitativa para que desta forma nos seja possível ir além da "contabilidade social".

A investigação que nos propomos levar por diante vai utilizar os métodos qualitativos, isto porque neste tipo de investigação podemos enunciar as seguintes características: o investigador é sensível ao contexto ; os actos as palavras e os gestos só podem ser compreendidos no seu contexto; o significado tem muita importância; o plano de investigação é flexível; O investigador é o instrumento da recolha de dados.

O que não significa que sempre a validade ou a fiabilidade da metodologia acima referenciada não garanta solidez outras metodologias não se combinem - triangulação .

4.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta fase é de toda a importância chamar uma vez mais – até porque esteve sempre presente ao longo de todo o trabalho – o objectivo principal enunciado para esta dissertação: Estudar os impactos produzidos pelo trabalho em parceria promovido pelo P.I.C., que se subdividia em dois objectivos específicos mais concretos:

- Identificar as transformações nos processos de trabalho conjunto dinamizadas pelo trabalho em parceria.
- Apontar ao nível da eficácia e do impacto quais as vantagens e desvantagens, para a comunidade e parceiros, do trabalho em parceria relativamente ao trabalho isolado.

As hipóteses de investigação a serem testadas e que operacionalizavam o objectivo geral assim como os objectivos específicos são :

- O trabalho em parceria reforça as condições da eficácia na luta contra a pobreza e a exclusão social?
- O trabalho de parceria alterou as atitudes e comportamentos dos parceiros?
- O trabalho em parceria pode viabilizar um maior impacto dos projectos nas comunidades em termos de desenvolvimento?

Foi com o propósito final de testar as hipóteses acima referidas que realizamos seis entrevistas semi-estruturadas a dois dirigentes de IPSS, três técnicos de serviços da Administração Pública e a um autarca.

Para complementar a análise qualitativa que realizamos, podemos utilizar a informação quantitativa que nos é fornecida pelas presenças dos representantes das diferentes Entidades ao longo do período em análise – Dezembro de 1996 a Julho de 2000 .

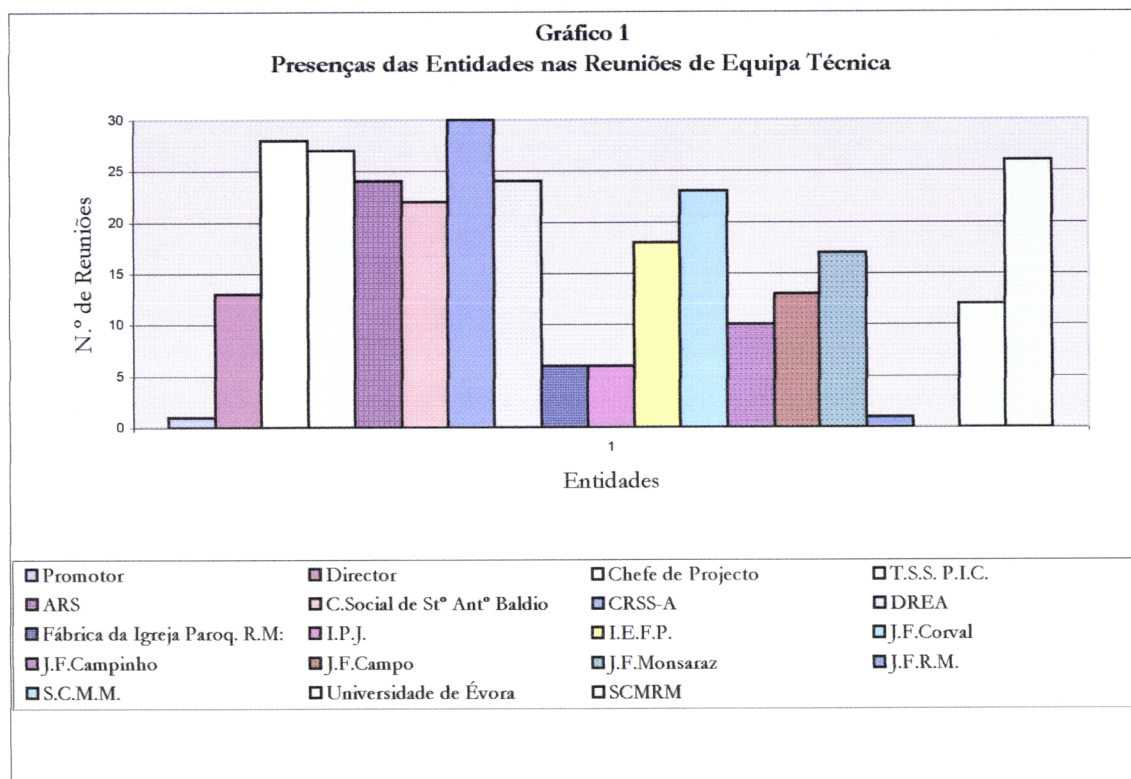
Quadro 11

Presenças das Entidades nas Reuniões dos Conselhos de Parceiros e Equipa Técnica

Entidades	1996		1997		1998		1999		2000		TOTAL	
	E.T.	C.P.	E.T.	C.P.	E.T.	C.P.	E.T.	C.P.	E.T.	C.P.	E.T.	C.P.
Promotor			1	1							1	3
Director	1		6	1	2	1	2	1	2		13	3
Chefe de Projecto	1		7	1	9		7	1	4	1	28	3
T. Serv. Social P.I.C.	1		7		7	1	8		4	1	27	2
ARS-Centro de Saúde	1		6	1	9		5	1	3	1	24	3
C.Social de Stº Antº Baldio	1		3	1	8	1	6		4	1	22	3
CRSS-A	1		7	1	10	1	8	1	4	1	30	4
DREA	1		5	1	6	1	8	1	4	1	24	4
Fábrica da Igreja Paroq. R.M.	1		4						1		6	
FMIVPS	1		5	1	2		2	1	2		12	2
I.P.J.			2	1		1	3	1	1		6	3
IEFP	1		7	1	6	1	2	1	2	1	18	4
IGAPHE	1		4	1	1		2		2		10	1
J.F. Corval	1		5	1	7	1	6	1	4	1	23	4
J.F.Campinho	1		5	1	3			1	1		10	3
J.F.Campo	1		5		3	1	1		3	1	13	3
J.F.Monsaraz	1		4	1	4	1	2	1	4	1	17	4
J.F.Reguengos de Mon.			1	1							1	1
SCMM						1		1				2
SCMRM	1		7	1	8		7	1	3	1	26	3
Universidade de Évora	1		6		4		1				12	

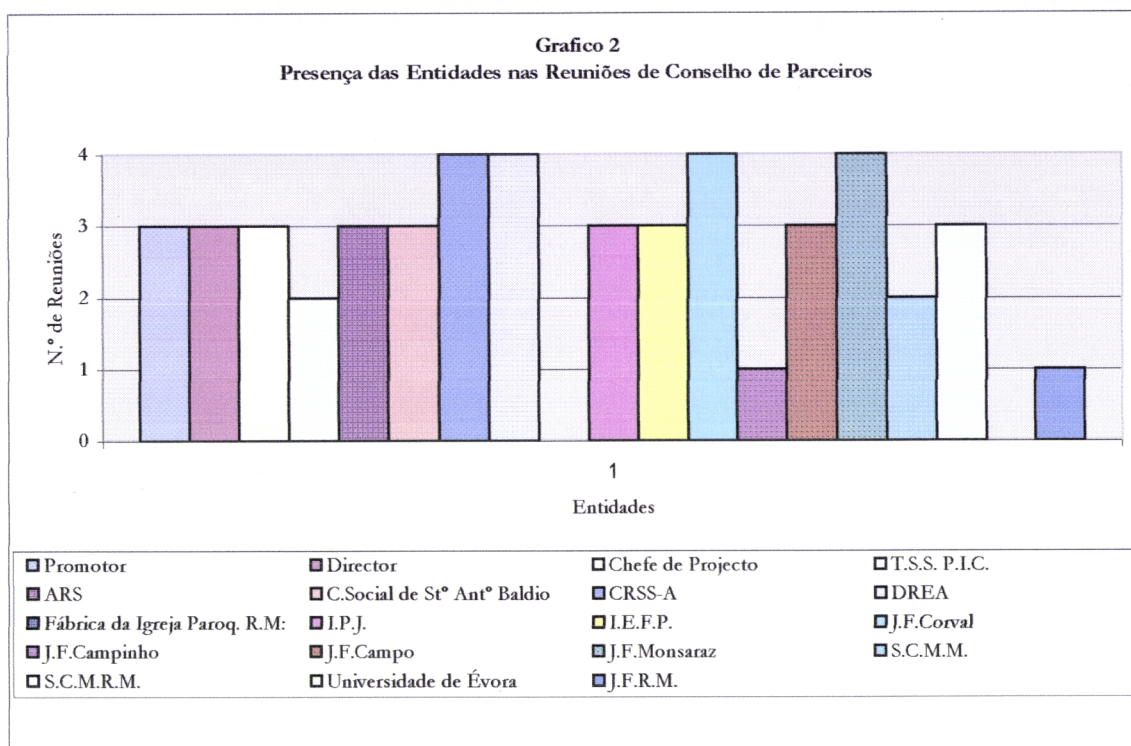
E.T.: Equipa Técnica

C.P.: Conselho de Parceiros



Podemos concluir que a participação nas Reuniões de Equipa Técnica – que se realizavam com periodicidade mensal de forma mais ou menos regular – decorreu de forma heterógena. Se houve parceiros que estiveram sempre presentes como é o exemplo do CRSS-A Serviço Sub-Regional de Évora, Departamento de Acção Social, outros houve que ou participaram pouco – Paróquia de St.º António, I.P.J. , Junta de Freguesia de Campo e Campinho, para citar alguns; ou nunca participaram ou apareceram uma única vez: Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz e Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz.

“As reuniões têm decorrido normalmente e com a participação de alguns parceiros. Enfim alguns iam aparecendo e tiveram algum envolvimento deram opiniões estabeleceram diálogos, procuraram encontrar em conjunto soluções. Outros não apareceram. Apareceram inicialmente às primeiras reuniões sobretudo quando havia projectos a serem eventualmente apoiados na sua área de influencia. Aconteceu nomeadamente com algumas Juntas de Freguesia.” (Entrevista 1)



No que concerne às Reuniões de Conselho de Parceiros - que visaram a análise e aprovação dos Planos de Acção assim como dos Relatórios de Execução e, na qual estavam presentes normalmente os chefes dos serviços - as Entidades que mais participação tiveram foram: CRSS-A Sub-Região Alentejo Departamento de Acção Social, DREA, Junta de Freguesia de Corval e de Monsaraz.

Os parceiros mais ausentes nas Reuniões Conselho de Parceiros, como a Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz e a Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, a primeira assistiu a duas reuniões e a segunda esteve presente em uma reunião no ano de 1997, ausentes estiveram a Universidade de Évora e a Fábrica da Igreja Paroquial de Reguengos de Monsaraz.

A hipótese de investigação enunciada: **“O trabalho em parceria reforça as condições da eficácia na luta contra a pobreza e a exclusão social?”** relaciona-se com os resultados obtidos e, neste caso concreto, com os resultados relativos à parceria e participação e envolvimento das Entidades que constituíam a rede de parceria do P.I.C. .

A prossecução dos objectivos e, os resultados obtidos foram desencadeados pela maior ou menor participação, pelo maior ou menor envolvimento dos parceiros na concepção e planeamento, assim como, na execução e avaliação das actividades. Quando foi colocada a questão *“Todos os parceiros tiveram a mesma possibilidade de participação?”* todas as respostas são incluídas na mesma categoria: todos tiveram a mesma possibilidade de participação, mas considerando que são factores diferenciadores e determinantes, o factor humano e os recursos, cada parceiro restringiu ou acentuou a sua participação de acordo com esses factores.

O representante de uma IPSS (Entrevista 5) refere o facto de algumas Entidades, onde se incluem as Juntas de Freguesia e maioria das IPSS presentes - Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva, Comissão Social de Santo António do Baldio e Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz - não possuírem representantes com formação técnica na área do social como um factor que, de alguma forma, limitou a participação das entidades referidas. Foi pelo factor humano que na Entrevista 6 o parceiro Educação é referido pelo destaque que conseguiu imprimir devido às acções que proponha e empreendia.

“Acho que houve uma tentativa por parte dos técnicos, que em alguns casos acho que resultou, de irem para além das obrigações institucionais que tinham. E por isso é que eu acho que a parceria em termos de Reguengos de Monsaraz, do projecto de Reguengos de Monsaraz resultou, porque se tentou conciliar quer as questões institucionais que tinham que ser trabalhadas, quer o que era exigido para além disso, acho que resultou muito por isso.” (Entrevista 6)

Colocando como um dos objectivos principais o fortalecimento de uma rede de parceria no Concelho, foi considerado por todos os parceiros que se atingiu o resultado, ainda que para todos os entrevistados seja comum referirem, por um lado, a dificuldade de medição e avaliação na área social dos efeitos de um Projecto desta natureza e decorrido ainda pouco tempo, por outro lado ainda é possível reconhecer no Concelho situações de pobreza e exclusão social por resolver (Entrevista 3).

As presenças nas reuniões foram muito associadas, pelos entrevistados, ao facto de alguns parceiros terem utilizado o P.I.C. como um *supermercado* de recursos, i.e., uma estrutura à qual os parceiros iam solicitar recursos sem se verificar qualquer retorno para o Projecto ou para outros Parceiros. De acordo com dois entrevistados

este facto não aconteceu de “*forma muito visível*” (Entrevista 2) ou “*muito significativo*” (Entrevista 3):

“Foi (um supermercado de recursos), essa é a mentalidade existente quando aparece algum projecto com algum dinheiro as pessoas tentam sempre ver de que modo é que podem arranjar algum desse dinheiro para projectos locais em estejam envolvidos directos ou indirectamente. Foi o que aconteceu.”(Entrevista 1)

“Não para todos os parceiros mas alguns talvez. Para alguns talvez tenha funcionado assim, penso que para outros não. Penso que até foi o contrário. Nas reuniões de parceiros em estive penso que houve boas contribuições para quem tinha que promover o projecto, mas houve alguns, não vou estar aqui a dizer quais, mas fiquei com essa sensação de que lá para colher alguma coisa, talvez tenham contribuído pouco.”(Entrevista 5)

Contudo, foi possível tal como descreve um parceiro entrevistado, ultrapassar a lógica de piquenique para se atingir a lógica do banquete, na qual se atingia uma relação pendular e de troca entre os diversos parceiros o que remete para a hipótese de investigação enunciada no nosso trabalho : **“ O trabalho em parceria alterou as atitudes e comportamentos dos parceiros”**.

“Quer me parecer que na fase inicial, quando o P.I.C. surgiu, à partida poderia haver, uma ideia, de aquilo efectivamente funcionar como um supermercado, dava ideia que era uma estrutura criada para apoiar projectos da iniciativa das pessoas, e ficar só por aí. Com a evolução do Projecto cheguei à conclusão que não era assim. Não era efectivamente um supermercado, o trabalho evoluiu efectivamente noutro sentido. Os parceiros(ou pelo menos este parceiro) não se limitava a ir buscar o que lhe fazia falta – embora no início fosse assim – mas depois chegou-se à conclusão que de que havia todas as possibilidades de fazer um trabalho em parceria e aí tinha que haver, iam-se buscar coisas, mas também era útil era bom que fossem levar coisas.”(Entrevista 4)

Apesar de não podermos estabelecer uma relação causa-efeito entre a quantidade da participação e a qualidade da participação, podemos afirmar que se constituiu um “núcleo duro” baseado nas presenças regulares e activas, formado pelos seguintes parceiros: CRSS-A Serviço Sub-Regional de Évora Departamento de Acção Social Serviço Local de Reguengos de Monsaraz, ARS – Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz, DREA – Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente, Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz e, de alguma forma o IEFPP . Este grupo de trabalho viu as suas acções e as suas relações serem sedimentadas

com o aparecimento do Rendimento Mínimo Garantido, decorridos pouco mais de seis meses de Projecto de Luta Contra a Pobreza.

Foi esta “task force” que muitas vezes impulsionou o trabalho e lhe conferiu outra velocidade e dinamismo.

Podemos considerar, sem dúvida, este um factor que facilitou que os objectivos fixados se atingissem.

Relativamente às alterações de comportamentos e atitudes foi possível verificar a alteração ao nível da abordagem dos problemas: passou-se de um modo individualista de trabalhar e abordar os problemas para uma forma articulada e integrada de “olhar” as situações, perspectivando os diferentes saberes que através do P.I.C. se passaram a encontrar.

“(...) acho que passamos a ser, eu falo como técnica, em vez de me relacionar só com pessoas do mesmo meio e do mesmo serviço, aprendi a relacionar-me com outras, aprendi a relacionar-me com outros desempenhos profissionais, a ser, se calhar mais tolerante, em termos de outros saberes, e portanto acho que as capacidades técnicas de todos saíram valorizadas precisamente por causa desta troca de experiências e saberes profissionais.”(Entrevista 6)

Foi este factor relacional que facilitou a concretização no terreno do Despacho Conjunto n.º 407/98 de 16 de Junho, que define as normas orientadoras da intervenção articulada do apoio social e dos cuidados de saúde continuados dirigidos às pessoas em situação de dependência. Este Despacho promoveu, em Reguengos a criação de uma Unidade de Apoio Integrado e do Apoio Domiciliário Integrado e, é reconhecido pelos Técnicos da Saúde e da Segurança Social entrevistados o papel facilitador introduzido pelas relações de parceria que já existiam.

Outra alteração verificada foi ao nível da fidelidade comunitária versus fidelidade institucional que por vezes originaram conflitos. Se no início a fidelidade institucional serviu de argumento para justificar atitudes mais exacerbadas e comportamentos mais egocêntricos, quer por parte da Entidade promotora como de algumas IPSS locais, foi empolgante assistir a esta mudança de atitude. Quando nas primeiras reuniões acerca do Banco de Medicamentos se discutia qual a instituição que ocupava o primeiro lugar na capa dos Relatórios prevalecia a

fidelidade institucional sobre a comunitária. Contudo “(...) *não se tomaram atitudes intransponíveis.*” (Entrevista 5) e foi possível chegar a situações em que a fidelidade comunitária assumiu papel preponderante nas intervenções, possibilitando a realização de actividades como seminários, o Gabinete de Informática Itinerante e, até mesmo no Banco de Medicamentos foi possível alcançar relações e resultados que tornaram os conflitos iniciais num caminho que foi necessário percorrer e numa aprendizagem indispensável.

No final de quase quatro anos de trabalho, outra atitude comportamental que se alterou foi a relacionada com a sensibilização das Entidades do Concelho face às situações de pobreza e exclusão social. Apesar de alguns parceiros, nomeadamente as Juntas de Freguesia necessitarem de ultrapassar a personificação das situações (Entrevista 6), foram estes mesmos parceiros que se foram manifestando e revelando mais sensíveis e despertos quer para as situações quer para a forma de as resolver. As Juntas entraram, assim, num processo do qual, até então, ou se demitiam ou não conheciam as formas de chegar até determinadas soluções ou encaminhamentos, sendo hoje em dia elas próprias que denunciam os problemas e contactam quer as Técnicas do Projecto como as de Entidades parceiras. De referir que nenhuma das Juntas de Freguesia tinha pessoal técnico com formação na área social ou complementar e que isso, de alguma forma, terá condicionada a sua actuação (ver Entrevista 5).

O P.I.C. ao dar visibilidade às instituições do Concelho tornou-as mais acessíveis e conhecidas aos diferentes parceiros e população.

No que concerne à hipótese de trabalho que foi enunciada: “**O trabalho em parceria pode viabilizar um maior impacto dos projectos nas comunidades em termos de desenvolvimento?**”, sendo esta a hipótese que se tornou de mais difícil verificação considerando a amplitude do conceito de Desenvolvimento e a definição que cada parceiro convocava para a resposta. Foi, contudo, possível encontrar consenso relativo ao facto do trabalho em parceria dinamizado pelo Projecto de Intervenção Comunitária do Concelho de Reguengos de Monsaraz significar um marco na intervenção e na actuação dos parceiros. Por outro lado, foi possível

verificar os efeitos colaterais que surgiram, de acordo com os parceiros entrevistados, por influência do Projecto.

“Acho que sim. E isto é traduzido pelo facto no concelho outros projectos que implicam um trabalho de parceria, e portanto os frutos são visíveis, quer a dinamização da rede social, quer no despacho conjunto saúde segurança social que apesar de ter apenas alguns dos parceiros que interviram se nota que usufruiu de uma maior maleabilidade dos técnicos e uma melhor articulação entre eles fruto deste trabalho do Projecto de luta contra a pobreza” (Entrevista 6)

4.3.COMENTÁRIOS FINAIS

Ao longo da nossa investigação tentamos verificar os resultados do trabalho em parceria relativamente ao Projecto de Luta Contra a Pobreza do Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Tratando-se de um projecto que pretendia promover o Desenvolvimento Comunitário foi possível identificar algumas das fases que correspondem ao processo de Desenvolvimento Comunitário defendido por Manuela SILVA .

O Projecto de Intervenção Comunitária foi apresentado aos parceiros numa sessão de informação geral com o objectivo de dinamizar a colectividade e, marcar o momento de arranque. Apesar de não terem sido realizadas reuniões com a população acerca das possibilidades que este tipo de projecto poder arrastar, esta informação foi prestada aos representantes das Entidades que de forma directa ou indirecta podiam beneficiar e participar nas acções a desenvolver. Tal como defende Manuela Silva o objectivo da informação é provocar uma reacção favorável ao desenvolvimento por parte da população e, foi com esse intuito que se publicaram textos na imprensa regional e local, se realizaram programas de rádio e distribuíram folhetos e cartazes. Na avaliação das Festas de Final de Ano Lectivo “78% dos inquiridos que dizem conhecer a Entidade que apoiou a actividade, 52% referem o P.I.C..”⁹³

A segunda fase identificada pela autora - a prospecção das necessidades e recursos potenciais – visa proceder à inventariação das necessidades e dos recursos reconhecidos ou potenciais. Este processo, em Reguengos de Monsaraz, foi assumidamente empírico, em especial nos primeiros anos uma vez que não se verificou um diagnóstico evolutivo e dinâmico, que com a introdução do Rendimento Mínimo Garantido e da Rede Social se iniciou.

A descoberta e formação dos líderes locais processou-se ao nível da formação dos líderes formais, nomeadamente Presidentes de Junta de Freguesia e Dirigentes de IPSS.

⁹³ P.I.C. 1997b

Ao longo de quase quatro anos de trabalho a necessidade de elaborar um plano – a quarta fase do processo de Desenvolvimento – tornou-se num imperativo para as actuações dos parceiros, acontecendo mesmo, por parte de parceiros (temos conhecimento de uma IPSS) a utilização dos instrumentos de planificação utilizados pelo P.I.C..

A quinta fase, referente à avaliação dos resultados, realizou-se em diferentes momentos do Projecto, ao longo do ano de 1997 e, está programada para o ano 2000 uma segunda avaliação aos apoios concedidos às famílias.

A definição proposta por AMARO⁹⁴ aproxima-se do que aconteceu em Reguengos de Monsaraz, i.e, verificou-se um processo de mudança, com rupturas e conflitos iniciais que se revelaram desencadeadores de relações frutivas; foi centrado numa comunidade territorial específica e concreta com interesses específicos e concretos; que teve como base de actuação as necessidades não satisfeitas e problemas que estavam por resolver; utilizou os recursos – essencialmente económicos e técnicos – em parte, exógenos - para fertilizar os recursos endógenos que conferiram aqueles uma marca única e harmoniosa; pela interacção das diferentes formas de estar, ser, sentir, saber e fazer que o Projecto articulou propulsionou quer a participação, como o “empowerment”, ou seja, pelo trabalho em parceria conseguiu-se um reforço das capacidades e da intervenção dos actores locais, que influênciam a forma de trabalhar de cada um e de todos. Iniciou-se um processo, positivamente sem retorno, de perspectivar o Desenvolvimento para além do económico e como um processo para o qual todos estão e são convocados e implicados.

Para tal contribuiu, de forma privilegiada, o trabalho em parceria que se instituiu no Concelho. Tal como referencia AMARO(1999b) o trabalho em parceria ou partenariado sendo um processo entre diferentes actores, que por um objectivo comum, que neste caso em última análise visava a promoção do desenvolvimento sócio-local, se mobilizam para em conjunto promoverem estratégias negociadas para assim, prosseguir os objectivos a que proponham. Todo este processo dinâmico

⁹⁴ AMARO, Rogério Roque et al. (1999)

deverá ser continuamente avaliado, num sistema circular de realimentação e redefinição.

Relativamente ao Projecto do Concelho de Reguengos de Monsaraz, o processo avaliativo não foi concretizado.

Constituindo um *partenariado* para a acção (ROBRIGUES: 1998) e mais identificado com o modelo *guarda-chuva* (ESTIVILL: 1998) é possível identificar mais *valias* a diferentes níveis:

- dos diferentes recursos são congregados para o mesmo objectivo;
- da *interdisciplinabilidade* que é proporcionada pelas relações de parceria;
- das alterações dos processos de trabalho dos diferentes protagonistas, como que por *contágio*;
- das relações interpessoais e interinstitucionais saem reforçadas;
- do social surge como incentivo para as políticas locais, o que permite ultrapassar a visão assistencialista da pobreza;
- do local volta a assumir o papel principal em termos de Desenvolvimento.

Contudo, este trabalho não foi isento de dificuldades. No início estiveram presentes algumas ameaças (AMARO: 1999b), nomeadamente a “síndrome do género mal definido”, “síndrome das fidelidades”, “síndrome do supermercado”, “síndrome dos louros”, “síndrome dos códigos ou do autismo”.

Em Reguengos de Monsaraz passou-se de um sentimento de trabalho em parceria imposto, para uma parceria vivida, sentida e que, hoje, constitui uma referência; destacou-se a fidelidade comunitária, em detrimento, da fidelidade institucional, privilegiando a lógica horizontal; depois de se conviver com a ameaça do “supermercado”, esta foi rejeitada e atingiu-se o “banquete”, através do qual todos os parceiros disponibilizam para cada um e cada um disponibiliza para todos os seus recursos; questões como a “paternidade” das acções foram esmorecendo e diluíram-se num trabalho que se quer *com* e *para* a comunidade; a convivência interdisciplinar desencadeou um factor de formação em exercício inegável para todos os parceiros.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AAVV

1999 **Revista Sociedade e Trabalho**, n.º 7. Lisboa: MTS, pp. 18-25.

AAVV

1999 **Alqueva, Centro do Mundo?**, Actas da 8ª Edição dos Encontros de Monsaraz, Monsaraz: ADIM.

ALARY

1988 **Solidarités – pratiques de recherche – action et de prise en charge par le milieu**, Les Editions du Boréal Express. (Documento Policopiado)

ALFANDARI, E.

1989 **Action et Aide Sociales**, Paris: Dalloz. 4ª Edição.

ALMEIDA, J.F. et al.

1994 **Regiões Rurais Periféricas: que desenvolvimento? – Uma experiência no Concelho de Almeida**, Lisboa: CAIS/CIES.

AMARO, Rogério Roque

1990 **Desenvolvimento e Injustiça Estrutural**, in: *Communio – Revista Internacional Católica*, ano VII, n.º 5, Set./Out., pp. 449-459.1991 **A Pobreza e o Desenvolvimento – algumas interrogações e pistas de reflexão**, in: *Documentação do 1º Encontro de Promotores de Projectos de Luta Contra a Pobreza*, Lisboa: MESS/CRSLCP. pp. 37-611994 **Crescimento Económico e Desenvolvimento**, in *Questões Sociais, Desenvolvimento e Política – Curso de Doutrina Social da Igreja*, Centro de Estudos Sócio-Pastorais, Lisboa: Universidade Católica Editora.1999a **Desafios e Interrogações que a evolução das sociedades contemporâneas coloca à acção social - para uma acção social do princípio do novo século** (Tópicos da comunicação), in: *A Acção Social em Debate*, Lisboa: DGAS-NDTD. Pp. 23-27.1999b **Desafios Comunitários - O papel das parcerias e o trabalho em rede**, comunicação apresentada no Seminário “Desenvolvimento Comunitário”, Cantanhede. (documento policopiado).

AMARO, Rogério Roque et al.

1999 **Projecto “le Cheile” “Análise das necessidades e das potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia), numa perspectiva de criação de emprego e desenvolvimento local”**, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação do Porto (Vila Nova de Gaia). (documento policopiado).

ALFANDARI, E.

1989 **Action et Aide Sociales**, Paris: Dalloz, 4^o Edição.

ALMEIDA, J.F.

1994 **Introdução à Sociologia**, Lisboa: Universidade Aberta.

ALMEIDA, J.F. de e PINTO, J.M.

1995 **A Investigação nas Ciências Sociais**, Lisboa: Editorial Presença, 5^a Edição.

ANDER EGG, E.

1980 **Metodologia y practica del desarrollo de la comunidade**, Tarragona, UNIEUROPE, 10^a ed..

1995 **Diccionario del Trabajo Social**, Buenos Aires: Lumen.

BARDIN, Laurence

1991 **Análise de Conteúdo**, Lisboa: Edições 70 (Coleção Persona).

BARREYRE, J.-Y. et al. (dir.)

1995 **Dictionnaire Critique d'Action Sociale**, Paris: Bayard Editions (Collection Travail Social).

BELL, Judith

1997 **Como Realizar um Projecto de Investigação**, Lisboa: Gradiva.

BENAVENTE, Ana, COSTA, A. F. e MACHADO, F.

1990 **Práticas de Mudança e de Investigação – Conhecimento e Intervenção na Escola Primária**, in: Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 29, pp 55-80. (documento policopiado).

BENJAMIN, Roger

(s/d) **L'Action Sociale: reflexions sur le mot et la chose**, in: Recherche Sociale, pp. 55-69. [texto fotocopiado].

BONDU, Dominique

1998 **Nouvelles Pratiques de Médiation Sociale – jeunes en difficultés et travailleurs sociaux**, Paris: ESF.

BOURDIEU, P.

1980 **Le Sens Pratique**, Paris : Les Editions de Minuit.

BOUTINET, Jean-Pierre

1996 **Antropologia de Projecto**, Lisboa: Instituto Piaget.

BRÉBANT, B.

1984 **La Pauvrete, un destin?**, Paris: Editions i'Harmattan.

BRITO, Maria Anita Quintela de

1996 **A Avaliação Social: processo básico do desenvolvimento comunitário**, in Informação Social, nº. 1, vol.I. Lisboa: .pp.23-32.

BRUTO Da Costa, A., SILVA, M., PEREIRINHA, M., MATOS, M.

1985 **A pobreza em Portugal**, Lisboa: Colecção Caritas n.º 7.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes

1992 **Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida**,
Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa:
ISCTE.(documento fotocopiado)

CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuela Malheiro

1998 **Metodologia da Investigação**, Lisboa: Universidade Aberta.

CARREIRA, Henrique M.

1996 **As Políticas Sociais em Portugal**, Lisboa: Gradiva.

COMISSÃO DO LIVRO BRANCO DA SEGURANÇA SOCIAL

1998 **Livro Branco da Segurança Social: versão final**, Lisboa: CLBSS.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1991 **Relatório Final do Segundo Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza 1985-1989**, Comissão das Comunidades Europeias.(policopiado

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1993 **Relatório sobre a Execução do Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos Grupos de Pessoas Menos Favorecidas (1989-1994)** Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1994a **Croissance, compétitivité, emploi: les défis et les pistes pour entrer dans le XXIe siècle – Livre Blanc**, Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1994b **Livro Branco Sobre a Política Social Europeia – como avançar na união.** Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1995 **Livro Branco sobre a Educação e a Formação – Ensinar e Aprender. Rumo à sociedade cognitiva,** Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1997 **Modernizar e melhorar a Protecção Social na União Europeia-comunicação da comissão,** Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CUTILEIRO, José

1977 **Ricos e pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa),** Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

ESTIVIL, Jordi (comp.), HIERNAUX, J.-P. E GEDDES, M.

1997 **Partenariado Social Na Europa – Uma Estratégia Participativa para a Inserção.** Porto Cadernos REAPN.

FERNÁNDEZ, Xan Bouzada

1993 **O Desenvolvimento Local e Comunitario, entre a Promoción do Endógeno e a Inuención de Realidade,** in Actas do II Congresso Português de Sociologia (vol. I) - *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Editorial Fragmentos: pp. 943-959.

FITOUSSI, J.P. e ROSANVALLON, P.

1997 **A Nova Era das Desigualdades,** Oeiras: Celta.

FODDY, William

1996 **Como Perguntar,** Oeiras: Celta.

FRIEDMANN, John

1996 **Empowerment- uma política de desenvolvimento alternativo,** Oeiras: Celta.

GASPAR, Jorge

1972 **A Área de Influência de Évora - sistema de funções e lugares centrais,** Lisboa: Universidade de Lisboa - Centro de Estudos Geográficos.

GUERRA, I. e CHITAS, H.

1998 **Programas de Inserção: reflexões metodológicas,** Lisboa: Comissão Nacional do RMG.

GUERRA, I.

1992 **Comentários em Torno de Intervenção ao Nível da Exclusão Social**, in Seminário sobre “A Pobreza- mudança/Desenvolvimento” (Lisboa – 26 a 28 de Maio de 1992), Lisboa: CRSLCP, pp. 199-222.

1999 **A Nova Acção Social: Certezas e Perplexidades**, in: A Acção Social em Debate, Lisboa: DGAS- NDTD, pp. 45-64.

GRAWITZ, M.

1983 **Lexique des Sciences Sociales**, Paris: 4º Edição.

GROS, Marielle

1993 **Luta contra a Exclusão Social: Assistencialismo ou Desenvolvimento Local?**, in Actas do II Congresso Português de Sociologia, (vol. I) - *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Editorial Fragmentos: pp. 998-1016.

GUIBENTIF, Pierre, BOUGET, Denis

1997 **As Políticas do Rendimento Mínimo Na Europa**, Lisboa: MSSS, Comissão Europeia, União das Mutualidades.

HOVEN, Rudy van den, NUNES, Maria Helena, (org.)

(s/d) **Desenvolvimento e Acção Local**. Lisboa: Fim de Século Edições.

INE

1991 **Censos 91 - resultados definitivos**. Lisboa: INE.

1998 **Inventário Municipal – Equipamentos, Serviços e Produtos**, Évora: INE Direcção Regional do Alentejo.

1999 **Fichas de Caracterização Concelhia**, Évora: INE Direcção Regional do Alentejo.

KURTZ, R.H.

1960 **Social Work Year Book**, New York: NASW, 14ª Edição.

LOENROTH, Juhani

1999 **Estratégias Locais de Emprego Uma Perspectiva Europeia**, in Sociedade e Trabalho nº 7 Dezembro 99, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

LOPES, A. Simões

1984 **Desenvolvimento Regional - Problemática, Teoria, Modelos**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LORY, Bernard

1975 **La Politique D'Action Sociale**, Toulouse: Privat (Collection Sciences de l'Homme).

LURY, H.L.(ed.)

1965 **Encyclopedia of Social Work**, New York: NASW, 15ª Edição.

MADEIRA, Maria Joaquina R.

1996a **Inovar em Acção Social. Porquê e Como?**, Lisboa: DGAS/NDTD (Colecção Repensar a Acção Social, n.º 2).

MADEIRA, Maria Joaquina R.

1996b **Face aos Novos Imperativos, que Acção Social?**, Lisboa: DGAS/NDTD (Colecção Repensar a Acção Social, n.º 7).

MADEIRA, Maria Joaquina R.

1998 **Social Action in Portugal**, in: *European Journal of Social Work*, vol 1, n.º 2, UK: Oxford University Press. pp. 227-230.

MARCHIONI, Marco

1991 **Mudança Social, Novos Problemas de Hoje, Participação e Desenvolvimento**, in *Intervenção Social*, n.º5/6. Lisboa: ISSSL. pp. 37-41.

MARTINS, Édio Luis Santos Soares

1995 **Ensino, Formação Profissional e Desenvolvimento Local e Regional - O Caso de Beja**, Lisboa: Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa (Tese de Mestrado).

MENDONÇA, Helena

1994 **Retratos de Vidas em Mudança**, Programa Pobreza 3, Comissão das Comunidades Europeias, Lisboa. (documento fotocopiado)

MIRANDA, Jorge

1969 **Autarquias Locais e Promoção Comunitária**, in *Informação Social*, n.º 13, vol. IV: pp.92-103.

1970 **Aspectos Institucionais da Promoção Social Comunitária**, in *Informação Social*, n.º 17, vol. V: pp.19-59.

MONDOLFO, Philip

1997 **Repenser L'Action Sociale – missions, moyens, méthodes**, Paris: Dunod.

MOREIRA, Carlos Diogo

1994 **Planeamento e Estratégias da Investigação Social**, Lisboa: I.S.C.S.P. .

NEVES, Ilídio das

1996 **Direito da Segurança Social – princípios fundamentais numa análise prospectiva**, Coimbra (?): Coimbra Ed.

- ONU
1971 **Programme Européen de Développement Social – Rapport du Cycle d’Étude sur les problèmes et méthodes de planification en matière d’action sociale**, (Rennes, 6-15/09/1970), New York : ONU.
- ONU
1973 **Rapport du Groupe de Travail sur la coopération européenne pour le développement de la formation et de la recherche en action sociale**, (Berne, 19-24/02/1973), New York : ONU.
- ONU
1974 **Programme Européen de Développement Social – Rapport du Groupe d’Experts sur l’élaboration des normes en action sociale**, (Izmir, 28/04 au 5/05/1974), New York : ONU.
- ONU
1997 CDIS
- PASSO, J. do et al.
1997 **Indicadores em Acção Social**, Lisboa: SIAS/DGAS (excerto fotocopiado do referido trabalho em ultimação).
- PNUD
1996 **Relatório do Desenvolvimento Humano 1996 – Crescimento e Desenvolvimento Humano**, Lisboa: Trinova.
- PNUD
1997 **Relatório do Desenvolvimento Humano 1997 – desenvolvimento humano para erradicar a pobreza**, Lisboa: Trinova.
- PNUD
1998 **Relatório do Desenvolvimento Humano 1998 – consumo para o desenvolvimento humano**, Lisboa: Trinova.
- PNUD
1999 **Relatório do Desenvolvimento Humano 1999 – globalização com rosto humano**, Lisboa: Trinova.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van
1992 **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa: Gradiva.
- QUARESMA, M. De Lurdes
1998 **Situar a Acção Social numa lógica de intervenção**, Lisboa: DGAS/NDTD (Colecção Repensar a Acção Social, n.º 6).
- RAMOS, Francisco Martins
1997 **Os proprietários da sombra**, Lisboa: Universidade Aberta.

- RODRIGES, Fernanda, STOER, Stephen,
1998 **Entre Parceria e Partenariado**, Oeiras: Celta.
- RODRIGUES, Fernanda e VIEIRA, Paula
1993 **Enfrentar a Mudança Económica e Social a Nível das Comunidades Locais**. in Actas do II Congresso Português de Sociologia (vol. I) - *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Editorial Fragmentos: pp. 1017-1038.
- ROSADO, Manuel Bento
1997 **Desenvolvimento Regional, Contribuição para o seu Estudo e Planeamento**, Évora: Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa
1997 **Pela Mão de Alice**, Porto: Edições Afrontamento, 6ª Edição.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; BENTO, Maria; COSTA, Alfredo Bruto da
1998 **Uma Visão Solidária da Reforma da Segurança Social**, Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Silva Augusto, PINTO, Madureira José
1986 **Metodologia das Ciências Sociais**, Porto: Biblioteca do Homem, Edições Afrontamento.
- SGROI, Emanuele
1971 **A Análise e a Avaliação das Necessidades - base do planeamento da acção social**, in *Informação Social*, n.º. 21, vol. VI: pp.33-41.
- SILVA, B.(coord.) et al.
1987 **Dicionário de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: FGV, 2ª Edição.
- SILVA, Maria da Conceição Tavares de
1967a **Reflexão sobre o conceito de problema social I**, in *Análise Social*, n.º 17, vol. V: pp.5-22.
1967b **Reflexão sobre o conceito de problema social II**, in *Análise Social*, n.º 18, vol. V: pp.207-230.
- SILVA, Maria Manuela da
1962 **Desenvolvimento Comunitário –Uma técnica de Progresso Social**, Estudos de Economia Aplicada, Associação Industrial Portuguesa, Lisboa
1963 **Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário**, in *Análise Social*, n.º 4, vol. I: pp.538-558.

1964 **Oportunidade de Desenvolvimento Comunitário em Portugal**, in *Análise Social*, n.º 7-8, vol. II: pp.498-510.

1968 **A participação das Populações no Desenvolvimento**, in *Informação Social*, n.º 11, vol. III: pp.5-17.

SILVA, Manuela, BRUTO Da Costa, A.

1984 **Pobreza Urbana em Portugal**, Lisboa: Colecção Caritas n.º 13

SILVA, M.Manuela; ARCANJO, M.; PEREIRINHA, J.

1991 **Observatório sobre as políticas de combate à exclusão social – estudo exploratório**, Lisboa: CISEP/ISEG.

SGROI, Emanuele

1971 **A Análise e a Avaliação das Necessidades - base do planeamento da acção social**, in *Informação Social*, n.º 21, vol. VI:

SOUSA, Alfredo de

1963 **A «preocupação económica» no Desenvolvimento Comunitário**, in *Análise Social*, n.º 3, vol. I: pp.464-468.

TYMEN, J. e NOGUES, H.

1988 **Action Sociale et Descentralisation – tendances et prospectives**, Paris: L'Harmattan (Collection Logiques Sociales).

TOURAINE, Alain

1982 **Pela Sociologia**, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

OUTROS DOCUMENTOS:

AAVV

1995 **Desenvolvimento Duvidas e Esperanças**, Lisboa: Plataforma Portuguesa Das Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento.

AAVV

(s/d) **Dizer Não à Pobreza – um combate para ganhar.** Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

AAVV

1997a **Desenvolver Desenvolvendo, ESDIME.**

AAVV

1997b **Pobreza Não - Erradicação da Pobreza 1997-2006.** Lisboa: Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

AAVV

1994 **Pobreza É Com Todos – Mudanças Possíveis,** Programa Pobreza 3.(policopiado)

CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

1992 **Plano Director Municipal de Reguengos de Monsaraz,** Reguengos de Monsaraz, CMRM.

P.I.C.DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

1996a **Plano de Acção.**

1996b **Relatório de Execução.**

1997a **Plano de Acção.**

1997b **Relatório de Execução.**

1998a **Plano de Acção.**

1998b **Relatório de Execução.**

1999a **Plano de Acção.**

1999b **Relatório de Execução.**

ANEXOS

*A Parceria no Projecto de Intervenção Comunitária do
Concelho de Reguengos de Monsaraz*

**GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADOS A REPRESENTANTES DE IPSS, DE
SERVIÇOS PÚBLICOS E A AUTARCAS**

QUESTÃO PRINCIPAL	QUESTÕES SECUNDÁRIAS
1- As reuniões de Equipa Técnica têm decorrido regularmente e com o envolvimento de todos?	
2- O PIC foi um <i>supermercado</i> para os parceiros?	
3- Atingiram-se os objectivos fixados?	3.1.- o trabalho em parceria é mais eficaz na luta contra a pobreza?
4 - Todos os parceiros tiveram a mesma possibilidade de participação?	
5- Existe tensão/ conflito entre a fidelidade institucional (vertical) e a fidelidade comunitária (horizontal) ?	5.1- Como se manifestou e foi resolvida?
6- O trabalho em parceria inspirou a conceptualização do trabalho de cada parceiro? 7- Ao nível dos desempenhos profissionais, as capacidades técnicas, sociais e relacionais alteraram-se? 8- Compatibilizaram-se os modelos de intervenção, tendo em conta as diversas filosofias institucionais intervenientes ?	
9- Há uma maior sensibilização do meio e dos organismos responsáveis face às situações de exclusão social? De quem ?	9.1. Impactos no processo de desenvolvimento
10- Os parceiros delegam competências ou representação nos técnicos?	
11- Onde estão os conflitos? Como são regulados?	

ENTREVISTA N.º 1
ENTREVISTA AO DR.º CARLOS COSTA

1-As reuniões têm decorrido normalmente e com a participação de alguns parceiros. Enfim alguns iam aparecendo e tiveram algum envolvimento deram opiniões estabeleceram diálogos, procuraram encontrar em conjunto soluções, outros não apareceram. Apareceram inicialmente às primeiras reuniões sobretudo quando havia projectos a serem eventualmente apoiados na sua área de influencia. Aconteceu nomeadamente com algumas Juntas de Freguesia.

2-Foi, essa é a mentalidade existente quando aparece algum projecto com algum dinheiro as pessoas tentam sempre ver de que modo é que podem arranjar algum desse dinheiro para projectos locais em estejam envolvidos directos ou indirectamente. Foi o que aconteceu.

3-O objectivo principal na minha perspectiva foi o criar hábitos de abordagem dos problemas das pessoas abordagem das situações de modo articulado entre as várias instituições. Alguns parceiros perceberam a mensagem e colaboraram outros não perceberam a mensagem, de qualquer maneira, julgo que se avançou alguma coisa nesta área e uma prova deste facto tem a ver com o aparecimento da UAI, do apoio domiciliários integrados estes serviços tiveram uma iniciativa governamental o facto é que o diálogo que se estabeleceu entre os parceiros com vista a estabelecimentos dos protocolos com vista à organização dos serviços foi facilitado por esses hábito de convívio, de diálogo e penso que o PIC teve alguma influência.

4- Todos os parceiros tiveram a mesma possibilidade de participação, isto do ponto de vista em que a todos foi dada a mesma possibilidade de se envolverem. Agora se cada um se envolveu ou não, isto teve a ver, um bocado com a mentalidade das pessoas com a perspectiva das pessoas e com a compreensão ou não por parte das pessoas com os objectivos do PIC.

Houve pessoas que não entenderam a mensagem de que havia que trabalhar em conjunto que abordar um conjunto de problemas, que é dessa forma que os problemas têm que ser abordados e não continuarmos com as tais políticas de capelinhas em que cada um defende a sua instituição.

5-O que se pretendia com o PIC era criar laços de fidelidade comunitária. As pessoas têm hábitos de fidelidade institucional e daí o conflito que houve sempre sobretudo no início, nas primeiras reuniões mas que nalguns casos se foi esbatendo ao longo do tempo, ao longo do convívio que fomos tendo, ao longo dos 3 anos e meio. Algumas pessoas perceberam e foram entrando no espírito que já falamos, outras como não perceberam deixaram de aparecer.

6-Em relação aquelas áreas que eu falei, a unidade de apoio integrado o apoio domiciliário integrado é evidente que si. Em relação o outras áreas não tenho

conhecimento para falar a esse nível. Porque o facto é que neste momento é normal isto em termos de tempo é pouco, 3 ou 4 anos para mudar mentalidades é muito pouco tempo, mas neste sentido ainda não se avançou tanto para se olhar para a comunidade e ver grandes frutos desse trabalho, vão-se vendo algumas pequenas coisinhas aqui ou ali, a nível dos apoios domiciliários da Unidade de Apoio Integrado alguma coisa há, haverão outras coisas, mas eu só tenho conhecimento destas são aquelas a que estou mais ligado.

7-As capacidades técnicas não posso falar. As capacidades relacionais, de certo modo, sociais, alteraram-se e penso que isso já respondi nas perguntas anteriores.

Bem sobretudo a abertura ao diálogo, processos de trabalho é complicado tendo como base o diálogo leva a que se chegue a soluções que individualmente as pessoas não conseguem chegar. O pensar em conjunto, o pensar em conjunto dá soluções que o pensar individual não tem capacidade para dar. Quer dizer quando é as pessoas a trabalharem em conjunto é um trabalho de equipa tem potencialidades que o individual não tem e penso foi isto que dinamiza o trabalho em parceria, é isto é nós termos um problema e telefonarmos e se calhar estarmos desejosos daí a 2 ou 3 dias termos estado todos juntos a conversar uns com os outros e com o espírito de equipa conseguirmos resolver um determinado problema. Penso que isto é que é importante.

Se calhar quando este trabalho em parceria estiver devidamente implementado e implantado, se calhar nessa altura é possível que agente descobria alguma desvantagem, nessa altura talvez mas há partida não estão a ver.

8-Em termos pontuais, enfim, foram-se compatibilizando algumas situações, foram-se compatibilizando algumas perspectivas, é evidente que ainda não há uma generalização a este nível nem pode haver porque é como eu gigo é uma questão que tem a ver com mudanças de mentalidade, está-se a trabalhar de modo diferente pouco tempo, 3 ou 4 anos ~e muito pouco tempo e julgo que se está no principio mas alguma coisa está a mudar e penso que daqui a uns anos penso que, se continuar a haver, se continuarem a haver políticas? se as pessoas continuarem a trabalharem nesta perspectiva penso que se vão ver os resultados bastante maiores.

9-Todas as pessoas que trabalham em instituições, que estão no terreno têm perfeitamente noção das situações de exclusão social as pessoas sentem grandes dificuldades para resolver problemas, portanto penso que sensibilização do meio sempre houve agora a questão tem a ver com fim da política de capelinha tem a ver com o trabalho articulado com as diversas instituições, ou seja a tal fidelidade comunitária a esse nível é que tinha que se trabalhar agora em termos de sensibilização toda a gente está consciente dos problemas cada um na sua área.

9.1.Sempre, sempre se tentou lutar contra pobreza contra a exclusão social, já no tempo das misericórdias foram criadas exactamente para lutar contra a pobreza e contra exclusão dar comida aos pobres, dos doentes e por aí a diante não é. agora é evidente que o trabalho em parceria e houve sempre várias instituições a trabalharem nesse sentido uma área e outra noutra e às vezes andavam instituições a fazer as mesmas coisas ou coisas parecidas nos mesmos utentes cada uma para seu lado e cada uma a

reivindicar para si o mérito de um determinado problema o trabalho em parceria, o trabalho em parceria potência tudo isto não é o simples somatório um faz isto outro faz aquilo, não, potência . eu julgo que sim o trabalho em parceria reforça e potência o todo uma sociedade , uma comunidade pode ter muitos, pode ter muitas capacidades, mas essas capacidades serão potenciadas pelo trabalho articulado, em conjunto em parceria, com abordagem multidisciplinar.

É evidente que sim o trabalho em parceria envolve as instituições e envolve os parceiros individuais. O trabalho do parceiro informal se estiver articulado com outros parceiros individuais com as instituições dá maior impacto é exactamente aí que se vê a força de uma comunidade. É envolver os parceiros informais nestas coisas isso é que dão um grande impacto e mostra a força de um comunidade o que é que ela é capaz de fazer. Trabalhar individualmente isoladamente não dá nada, isto no fim de contas é um apelo, o trabalho em parceria é um apelo, um apelo não é uma resposta ao individualismo da sociedade em que nós vivemos.

10-Penso que em grande parte iam em representação dos técnicos, portanto não tinham qualquer competência delegada e isto criou grandes dificuldades, penso que foi das dificuldades mais sentidas, penso que seria importante naquelas reuniões, naqueles encontros estivessem pessoas com algumas competências delegadas ou não no sentido de às vezes se resolverem mais rapidamente os problemas, porque quando nós precisamos do apoio de uma determinada instituição se a pessoa que lá está só em função de representação ela tem que ir perguntar como é que se faz, nomeadamente tem que por as questões por escrito e depois há-de refazer por escrito não sei onde e depois há-de falar e às vezes há tempos úteis que têm que ser respeitados e às vezes quando as coisas não são resolvidas dentro do tempo certo, tempo útil as coisas perdem sentido. Esta foi talvez uma das grandes dificuldades que nós sentimos e juro que no futuro é uma situação que há que pensar.

11- Existiram conflitos inicialmente que se foram diluindo, mas também já fiz referencia à fidelidade institucional que os produziu.

ENTREVISTA N.º2

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA JUNTA DE CAMPO

1-Alguns parceiros não compareceram a todas as reuniões. A Junta de Reguengos, não me lembro bem, mas ou não foi a nenhuma ou foi a pouco mais.

2-Para alguns foi, mas nem para todos e nem de forma muito visível.

3-Os objectivos gerias sim, mas eu ainda tenho problemas de pobreza na minha freguesia.

4-Penso que sim, agora nem todos participaram da mesma forma ou com a mesma vontade, mas o fim já nos entendíamos melhor.

5-Eu não senti até porque, eu estava lá para representar a população da minha freguesia.

6-De alguma forma sim, mas não mudei muito na minha maneira de trabalhar.
Talvez agora conheça mais algumas pessoas e me dirija a elas mais facilmente.

7-Não senti.

8-Em relação à junta, não. A outros organismo talvez.

9-Eu sempre fui sensível a estas questões, contudo agora é-me mais fácil falar com as Técnicas.

9.1- De alguma forma sim.

10-A nossa posição enquanto presidentes de junta é diferente. Mas havia serviços que empatavam muito por esta questão de não decidirem no local.

11-Não senti muitos conflitos, talvez mais ao inicio e foram-se resolvendo com boa vontade e coma as actividades que havia para por em prática.

ENTREVISTA N.º3

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOCIAL DE SANTO ANTÓNIO DO BALDIO:

1-Com alguns parceiros a faltar mais que outros, Eu fui a quase todas, faltei muito poucas.

2-Talvez para alguns parceiros, mas não foi muito significativo.

3-Penso que no geral sim.

4-A todos foi dada essa possibilidade cada um agarrou como pode e como quis.

5-Só no início talvez...

6-Eu já trabalhava mais ou menos assim

7-Mudou alguma coisa, talvez a maneira de chegarmos às pessoas, não sei...

8-Não até porque cada instituição tem o seu ritmo.

9-Talvez de algumas Entidades.

10-Depende cada serviço.

11-Não me apercebi que houvesse conflitos.

ENTREVISTA N.º4

ENTREVISTA À PROFESSORA JOAQUINA MARGALHA, DIA 14 DE JULHO DE 2000

1-Quer me parecer que na fase inicial, quando o P.I.C. surgiu, à partida poderia haver, uma ideia, de aquilo efectivamente funcionar como um supermercado, dava ideia que era uma estrutura criada para apoiar projectos da iniciativa das pessoas, e ficar só por aí, com a evolução do Projecto cheguei à conclusão que não era assim. Não era efectivamente um supermercado, o trabalho evolui efectivamente noutro sentido. Os parceiros(ou pelo menos este parceiro) não se limitava a ir buscar o que lhe fazia falta – embora no início fosse assim – mas depois chegou-se à conclusão que de que havia todas as possibilidades de fazer um trabalho em parceria e aí tinha que haver, iam-se buscar coisas, mas também era útil era bom que fossem levar coisas.

2-3- Os objectivos fixados parece-me que sim que foram atingidos, pelo menos no que diz respeito à nossa actividade, fortalecimento do tecido social a partir do momento ao nível da em que se podem promover, da educação acções de formação quer seja com preocupações de escolaridade, ou de incentivo à escolaridade ou de uma formação mais prática ou de formação para a cidadania, a partir do momento que se intervém no campo da educação formação é lógico que o tecido social fica reforçado. Em relação depois outro tipo de conhecimento novo, isto já numa fase posterior, a hipótese de poder intervir, por exemplo, no campo das novas tecnologias, a partida também acabou por ser conseguido. Depois havia outros, prevenção da toxicodependência, não tinha tanto, a nível de educação propriamente não se agiu muito nisto. Mas através do trabalho de parceria conseguiu-se acabar por entrar também neste campo, através do P.I.C. a parceria foi-se ampliando e as áreas de intervenção o também foram sendo aumentadas, portanto, e, no global parece-me que os objectivos que embora não tenham sido atingidos na totalidade um bom grau de consecução desses objectivos, mas também tem que se considerar que isto é um processo dinâmico, vai evoluindo, não para. Portanto se atingiu todos os objectivos, nunca se conseguem atingir acaba sempre por se, por deixar de existir uma necessidade, mas seguir surge outra. As coisas vão sempre evoluindo e não ficam por aí. Mas no global quer me parecer que sim que foram atingidos.

5- Em relação tensão conflito entre a fidelidade institucional, vertical e horizontal a nível da fidelidade da fidelidade horizontal, aqui a nível local não se verificou, portanto a nível do meu serviço temos autonomia suficiente para decidirmos que tipo de coisas queremos fazer e como é que as encaminhamos e como é que as vamos por a funcionar Fidelidade vertical, às vezes surgem constrangimentos, porque, por uma questão de normativos legais, nem sempre é possível implantar no terreno, por exemplo, na altura própria, porque há uma desadequação entre o calendário e entre a altura em que as acções deveriam decorrer e isto reflecte-se especialmente ao nível da obtenção dos recursos humanos, porque se nós quisermos, por exemplo um formador numa determinada altura ficamos um bocado limitados pelos calendários dos concursos que estão regulados legalmente. Portanto como é que isto se procura resolver nalgumas situações consegue-se resolver noutras não, mas é claro que se procuram encontrar soluções. Como também temos várias hipóteses de recrutamento de recursos humanos procuramos utilizar todas – há umas que são mais fáceis outras são mais difíceis, mas procuramos gerir entre os constrangimentos que surgem depois a forma como vamos as acções a funcionar.

6- 7- O trabalho em parceria inspirou a conceptualização, penso que sim porque na fase inicial quando começamos a trabalhar com o Projecto, estávamos, a forma como nós trabalhávamos era a nossa forma como tínhamos trabalhado, tinha que ver estritamente com a forma de organização do nosso serviço, há medida que as coisas foram decorrendo houve necessidade de aferir os modelos de funcionamento das coisas, não foi complicado passou-se de forma pacífica, penso que de desta forma acabou por contribuir até para que as coisas melhoram-se para que os resultados fossem mais positivos, porque influências externas são sempre coisas positivas, as turbulências também são coisas boas, porque agitam um pouco e fazem rebentar e ver com que aparecem alterações e as alterações às vezes podem ser difíceis de lidar na fase inicial, mas significam que vêm trazer alguma coisa de novo o que é bom.

Logo , logo na fase inicial o P.I.C. é uma coisa onde nós podemos ir buscar meios de temos necessidade e não temos , mais uma fonte de recursos, mas depois as coisas foram-se alterando, e isto tem a ver com aquela primeira questão acabou por se verificar que não nos poderíamos limitar a trabalhar dentro do nosso modelo de trabalho mas tínhamos também que aderir a outras coisas, aquele curso de Artes Domésticas não era uma prática que nós tivéssemos, não fazíamos as coisas, era com objectivos mais limitados numa determinada área e também porque isto vem um pouco a significar que tínhamos que trabalhar com públicos com os quais ainda não tínhamos trabalhado, o que implicou também uma adequação de trabalho a esses públicos. Quer dizer que tivemos de alterar as nossas formas de intervenção .

9- Sensibilização do meio e dos organismos responsáveis uma maior sensibilização e de que forma! Porque, acabamos por trabalhar com tipos de público, tipos de problema que não tinham nada que ver com tipo de público com que tínhamos trabalhado até agora.

Nós devemos ter que ver com todo o público pela nossa função em termos de educação temos de trabalhar com todos os públicos, só que ainda não tínhamos tido, estas questões de exclusão social não ponhamos isto nestes termos. Nós a preocupação essencial eram as questões educativas , que no fundo cabem por ser uma forma de exclusão social, mas que nós não víamos isto como uma forma, era exclusão social, mas apenas naquele sentido e quando se fala em educação fala-se em termos de escolaridade e um bocadinho do aumento do nível educativo e mais nada . o facto de termos trabalhado em parceria um projecto deste abri-nos os horizontes em termos do publico que tínhamos, porque, deu pelo menos a possibilidade de encararmos a exclusão social de uma forma mais abrangente não tem apenas a ver com um factor não é apenas um factor que faz a exclusão social, mas se calhar é a conjugação de muitos.

De quem dos técnicos que trabalham ao nível do ensino, das pessoas que organizam e coordenam as acções como das pessoas eu trabalham directamente com o público que são os animadores os formadores e essas pessoas que quando nós trabalhamos com ciganos por exemplo, esta dos ciganos é assim um exemplo dos melhores porque com o trabalho com eles nós sabíamos que existiam ciganos, sempre existiram ciganos, mas isto veio tornar a situação deles mais visível em termos de opinião aqui a nível local. E também significou que as pessoas tiveram que fazer um esforço para adequarem os trabalhos a este tipo de público o que deu pelo menos uma visão diferente, uma visão diferente da realidade aqui pelo menos aqui do concelho e deu também a possibilidade de encararmos as coisas de outra forma , às vezes podemos ser um bocado condicionados em relação às nossas opiniões da exclusão social, para vermos as coisas de uma forma muito pessoal e não enquanto profissionais de uma coisa, nós podemos

ter uma opinião a-propósito de um determinado grupo de pessoas, e aqui não são só ciganos é no geral, e quando começamos a trabalhar com eles deixamos de ver aquilo apenas no sentido pessoal e começamos ver isto no âmbito profissional, mais em termos de cidadania e dessas coisas todas e de uma forma mais lata e então e claro que teve que haver uma maior sensibilização, porque se as pessoas não ficassem mais sensíveis não conhecessem melhor aquilo não conseguiam trabalhar e como nestas coisas toda a gente gosta de ter sucesso, portanto esforça-se porque, para que as coisas correm o melhor possível e para isso tem que haver uma quantidade de condições que é necessário obter senão se têm

Compatibilizaram-se os modelos de intervenção eu penso que esta é uma das grandes virtudes deste tipo de projectos, para além do trabalho directo que se faz com os públicos que vão surgindo para as coisas o facto das pessoas trabalharem em conjunto, penso que isto tem a ver com o estabelecimento do trabalho num sistema de parceria. Que é a teoria do piquenique, porque tem-se a possibilidade de dentro da área de acção de cada um fazer uma intervenção que é concertada entre todos que rentabiliza as intervenções, porque se cada qual trabalhar na sua área e às vezes acabamos por não saber quem é a área de quem porque já estamos todos a trabalhar de tal forma nas áreas uns dos outros, o que é óptimo, o que quer dizer que pelo menos à partida que há ali um grande sentido de grupo. E isto aconteceu é uma das coisas mais positivas, porque pelo menos depois surgiu o Rendimento Mínimo, mas através disto também houve possibilidade de se estabelecer aqui em Reguengos um sistema de parceria, que pelo menos, das realidades que eu conheço este é o que está a funcionar melhor.

À partida poder-se-ia pensar que quando á várias pessoas a trabalhar na mesma coisa que á aquela intenção de cada um tirar os maiores benefícios, não digo pessoal, mas pelo menos ao nível da estrutura e de ter o seu protagonismo e apresentar trabalho, atribuir a paternidade a alguém. Aqui em relação a esta questão dos conflitos só se pode falar disto pela ausência dos conflitos. Porque surpreendentemente eles não existiram, porque as pessoas interiorizaram de tal forma este sentido de trabalho em parceria, que eu não me apercebi, pelo menos ainda que alguém coloca-se a questão da paternidade.

Porque qualquer um projecto, os projectos que se têm desenvolvido são projectos dos parceiros que intervêm, não é de um nem doutro nem doutro. Em termos de resultados quer me parecer que aqui a filosofia disto, ou pelo menos aquela que se conseguiu aqui construir, independentemente de quem é que tem maior protagonismo e numa situação podem ter mais os outros, podem ter mais os outros, mas os que têm mais protagonismo são os que têm maior capacidade de intervenção. O que interessa ao grupo no final é que as acções decorram e tenham resultados positivos. Porque se houver resultados positivos é bom para todos. É bom para o meio, o meio eu não quero ter a pretensão de dizer que o meio desenvolve, mas contribui-se um pouco pelo menos para que as coisas corram melhor, se a nível de um concelho as coisas melhoram a nível da educação, ao nível da saúde, se melhoram ao nível de emprego, acção social, essas coisas todas isto é bom é bom para todos porque o concelho fica melhor, de nós fazemos todos parte do concelho, portanto quer me parecer que aqui esta só mesmo pelas ausência de não me aconteceu verificar que houvesse conflitos, por causa destas questões de protagonismo e poder.

Os modelos compatibilizaram-se de uma forma natural, nós nunca pensamos vamos lá compatibilizar isto, porque esta compatibilização foi natural, porque em face de um problema procura-se saber qual é a solução e dentro daquela solução quem é que pode contribuir para aquela solução, seja com uma contribuição maior ou menor, mas o que interessa é que no final aquilo se cabe por resolver esse problema e penso que foi

sempre esse o espírito que esteve presente e que foi criado pelo menos aqui u hábito de trabalhar em parceria que mesmo eventualmente que o P.I.C. termine pelo menos isto ganhamos. Vamos continuar a manter.

Provavelmente se não houver projecto, se não houver uma estrutura que esteja pelo menos, que coordene, eu já não digo coordene, mas uma estrutura mais formal, provavelmente o trabalho não irá ser tão sistemático como é aqui mas as relações que foram sendo criadas entre as estruturas ficaram. E quer sejam estas pessoas quer sejam outras pessoas, quando existem boas práticas a tendência das pessoas é para que as continuem, por isso é que elas foram boas, porque é que não foram más e se analisarem não-de ver a que houve condições que contribuíram para que elas fossem boas. Todas as pessoas têm interesse em ir buscar aquilo que se considera que foi positivo. Quer-me parecer que eventualmente se o Projecto acabe, pelo menos se vai continuar, mesmo que de uma maneira mais, pode não ser de uma forma tão intensa como agora, mas que pelo menos criaram-se relações e criou-se pelo menos o hábito de trabalhar em parceria isto permitiu que as pessoas se consciencializassem de que o trabalho em parceria rende mais do que cada um lá puxar de lá o seu foicinho e que aquilo não chega a lado nenhum e de que as pessoas ficaram pelo menos cientes disto e deu eventualmente as pessoas poderão continuar, foi uma aprendizagem que se fez. Quer dizer quando se fez a intervenção quando se faz a intervenção a nível aqui do concelho não faz apenas a nível de um público alvo de certa forma caba também por intervir ao nível dos parceiros, acaba por ser uma escola e uma formação para os parceiros que aprendem, fazem também uma aprendizagem, porque estas coisas têm que se aprender.

Em determinadas situações aquilo era tudo muito rígido, se eu ia ter com uma pessoa se tinha necessidade de falar com alguém tinha a dúvida de como é que serei aceite, será que a pessoa me atende será que a pessoa não me atende, depois será que aquilo que eu quero fazer convém a outra estrutura, ou se a outra estrutura está interessada em fazer isto ou está lá só preocupada em, porque também é isto, quando as pessoas trabalham isoladamente há aquela preocupação de cada qual resolver as suas necessidades individuais e imediatas e não se preocupa com as outras investe-se mais a curto prazo. Quantos e começa a trabalhar em parceria começasse a ter uma visão mais ampla que já não é só o que é pequenino, mas começa-se a pensar em termos de coisas articuladas.

Se o P.I.C. acabar neste momento, neste ano o relacionamento que nós criamos com as outras instituições vai permitir que se tivermos necessidade de ir ter com eles, como já nos conhecemos, já trabalhamos uns com os outros vai ser muito mais fácil, e depois é outra coisa, pelo facto de termos trabalhado uns com os outros também ficamos a conhecer melhor a forma as instituições funcionam.

Por exemplo a saúde eu agora conheço melhor as coisas, como é que funciona o Centro de Saúde, como é que funcionam os serviços de saúde aqui ao nível do concelho, tenho um conhecimento mais aprofundado do que tinha antes a nível dos contactos mais informais ou mesmo formais dá para nós termos uma ideia. Por exemplo a misericórdia, não sei se alguma vez eu iria trabalhar com a misericórdia e mesmo agora já temos feito algumas coisas. Porque entretanto criou-se u relacionamento entre as estruturas e as coisas continuam. Há um alteração grande entre o antes e o depois. Porque pelo menos as pessoas ficaram a conhecer melhor os serviços sabem para que é que existem para que é que funcionam, quais são as possibilidades, o relacionamento entre as pessoas não posso dizer que melhorou porque pelo menos a nível formal, ou pelo menos a nível institucional ele era pontual e agora passou a ser mais sistemático com isto o que facilita depois eventualmente noutra fase os contactos e depois também penso que as

peças se consciencializaram pelo facto de trabalharem em conjunto que a união faz a força que as coisas rendem muito mais se forem feitas de uma forma integrada, tem-se mais capacidade de acção, disponibilização de meios e de conseguir atingir os objectivos.

Desvantagem, é que isto exige por parte dos parceiros que têm que gerir o tempo de forma mais cuidada tendo em atenção disponibilidade. Quando trabalhamos sozinhos, organizamo-nos sozinhos, quando trabalhamos com os outros precisamos de mais tempo e eu não considero que isto seja uma desvantagem, é uma consequência natural de uma situação dessas. Desvantagens não vejo, porque inclusivamente poder-se-ia pensar que trabalhamos assim, então nós também já não conseguimos trabalhar sozinhos. De certa forma perdemos um bocado uma certa forma de trabalhar sozinhos mas isso é bom, ainda bem que foi assim porque começamos a ficar, a sentir a necessidade de trabalhar com os outros e isso óptimo quando isso acontece, as pessoas sozinhas não resolvem tudo, por isso ficamos de certa forma, isto é um bocado forte, enfim, causa um bocado dependentes dos outros, mas criamos uma certa dependência positiva em relação aos outros e saudável. Porque o facto de nós agora conhecermos esta realidade sentirmos que temos necessidade de pedir a colaboração dos outros e trabalhar com os outros é bom. Se eu agora quiser fazer uma coisa qualquer a nível da saúde se quiser falar de um tema a nível da saúde, por exemplo num curso, nós temos alguma formação, mas eu sei que se for aos serviços de saúde consigo ter a informação muito mais completa(...) e temos aquela situação do dia mundial da criança em que nós tivemos ali toda a gente, nunca tinha passado pela cabeça que um médico e uma enfermeira estivessem ali, quer dizer pensaria que poderíamos estrear todos as escolas, até as mães as avós essas coisas todas, mas os serviços de saúde, e no entanto eles estavam lá foi óptimo que lá estivessem, porque uma coisa que à partida parecia que não tinha nada que ver com a área da saúde tinha sim senhor, tinha a ver com a segurança, dá-nos uma visão diferente das coisas e eu agora quando vejo uma coisa em que se faz uma actividade dessa natureza e sei que está lá saúde, se calhar quando eu for organizar uma coisa assim, começo a achar essencial que lá esteja também.

criam-se necessidades novas isso é bom é positivo

A luta contra pobreza em determinada altura deu-nos algumas angústias, porque nós começamos a pensar o que é que estamos a conseguir. Eu acho que naquela altura nós pensávamos que tínhamos que definir uma meta e que a alcançávamos assim logo, logo e se calhar depois analisamos e pensamos até agora o que é que nós já fizemos e isso angustiava-nos, começamos a reflectir e chegamos à conclusão que estávamos a ser demasiado ambiciosos porque se há coisas que se podem fazer em espaços de tempo curtos há coisas que necessitam de um espaço de tempo de tempo maior. Penso que de certa forma contribuimos para a mudança de atitudes das pessoas por exemplo em relação algumas coisas, por exemplo em relação à formação. É muito complicado mudar atitudes, não podemos ter a pretensão, toda a gente fala é importante mudar atitudes mas as atitudes não se mudam assim, vão se mudando a pouco e pouco e eu penso que o PIC contribui para isso. A eficácia na luta contra pobreza e exclusão social é assim ainda estamos longe de conseguir chegar a uma situação ideal- que não sei se alguma vez existirá que é não haver tanta pobreza, não haver a exclusão social. É daquelas coisas que há uns anos atrás pensávamos vamos acabar com isto, mas nunca vamos acabar com isto, mas quer-me parecer que dentro daquilo que fizemos contribuimos alguma coisa para isso porque a partir do momento em que se intervém a nível, por exemplo, da habitação da saúde educação equipamentos e essas coisas, penso que de certa forma de se está contribuir para que, a participar também nesta luta contra a pobreza. Há muito caminho para percorrer, mas o balanço que eu posso fazer até aqui é de tem sido

positivo, porque entro das hipótese que nós tínhamos nós temos estado a rentabilizar os meios alguma intervenção temos feito, aí não fizemos tudo mas se calhar nunca iremos conseguir fazer tudo, mas temos que considerar que o balanço tem sido muito positivo, porque não em relação a todos os casos menos em relação a alguns é um contributo para que elas tivessem sucesso, outras ainda não tiveram tanto ainda porque eventualmente poderão vir ater, e à outras que são mais complicadas mas de qualquer forma isto tem que ser trabalho continuo que não acaba.

9.1-Isto é uma coisa que não se pode medir já, mas- tem que levar um tempo para se fazer uma medição correcta disto, mas quer-me parecer que estamos a contribuir para isso, porque temos aqueles cursos de informática, daqui por um ano tivemos pelo menos 50 pessoas que tiveram acesso, contribuirmos para que houvesse algum desenvolvimento local. Quer dizer em termos de escolarização, de saúde em relação á habitação esse é uma das coisas que ainda não se resolveu, mas também não depende de nós só podemos procurar alertar para isso , isso tem a ver com outras políticas, tem a ver com políticas centrais e isso não depende só de nós, mas pronto, procurando alertando pode resolver uma ou outra questão, mas provavelmente com o tempo isto irá melhorar. Porque é assim tem a ver com outras questões políticas económicas por aí fora e essas não estão..., podemos dar um contributo não dependem directamente de nós. Mas acredito nisto, isto é uma forma convicta, de que estamos a contribuir para o desenvolvimento local, porque pelos resultados eu tenho visto conseguimos a nível de educação que algumas pessoas cumprissem a escolaridade, conseguimos que algumas delas se, conseguissem voltar novamente ao sistema de ensino, isso tem acontecido isto se calhar eu tenho uma certa dificuldade em distinguir o PIC do resto das coisas porque isto está tudo tão interligado não tem a ver com o PIC, tem a ver com tudo, mas isto depende tudo da mesma coisa, eu não consigo separar as coisas, estão tão interligadas umas com as outras que é um todo, isto é uma das virtudes também disto, então a nível de emprego, saúde, estas coisas todas o balanço pode ser considerado positivo em termos de desenvolvimento local, não em termos... à medida que se vão resolvendo algumas necessidades e vão surgindo outras e isso é bom é positivo quer dizer que as coisas vão evoluindo no sentido positivo. Mas de certa forma quer-me parecer que sim que estamos a contribuir para o desenvolvimento local.

Nunca tínhamos trabalhado com as juntas de freguesia e hoje estamos a trabalhar lindamente com elas, toda agente está envolvida nisto temos objectivos comuns, temos coisas a funcionar que aqui à tempos atrás era impensável, e que este trabalho em parceria pode vir a potencializar, não se limita a contribuir, ajuda mesmo a viabilizar as coisas. O facto das pessoas estarem a trabalhar em conjunto torna as intervenções muito mais eficazes. O sucesso não tem muito a ver com as estruturas, mas sim com as pessoas que estão nas estruturas, se forem as pessoas certas que estão lá e se elas tiverem a possibilidade de terem alguma autonomia em termos de acção e das coisas que vão desenvolver, aquilo que está legislado o que são os normativos são iguais para toda agente funcionam de formas diferentes nos diferentes locais e diferença aí está nas pessoas. Um factor essencial são as pessoas, alei são sai iguais para todos e as pessoas aplicar de forma diferentes. Aqui ultrapassaram-se as posturas individuais para as institucionais e toda a gente trabalhou bem em conjunto até as questões politico-partidárias ficaram postas de lado, foi muito interessante.

ENTREVISTA N.º 5-

AO SENHOR PROVIDOR DA MISERICÓRDIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ

1- Não para todos os parceiros mas alguns talvez. Para alguns talvez tenha funcionado assim, penso que para outros não. Penso que até foi o contrário. Nas reuniões de parceiros em estive penso que houve boas contribuições para quem tinha que promover o projecto, mas houve alguns, não vou estar aqui a dizer quais, mas fiquei com essa sensação de que lá para colher alguma coisa, talvez tenham contribuído pouco. Em termos da contribuição deles ou não, não queria chegar lá.

2- Eu penso que sim. Penso que sim, que os objectivos ...penso que o projecto deveria ter tido logo desde inicio mais apoios e digamos ter ido longe. Para isso precisavamos de mais verba. Mais longe porque dá-me ideia, que às vezes, que as técnicas estavam limitadas com os recursos que tinham. Deveriam ter tido mais recursos para que o projecto tivesse sido mais abrangente.. dá-me ideia que quando se fazia o orçamento e se chegava ao fim havia coisas e projectos que estavam na ideia e acabaram por ser cortados por falta de verba.

Dentro daquilo que foi programa de inicio, penso que se atingiram os objectivos.

3- Eu penso que sim. Se calhar as instituições que não têm técnicas, talvez tivesse sido mais difícil para eles. Penso que as técnicas do projecto acabaram por substituir as técnicas que essas instituições não tinham e não se notou tanto por isso.

4 Eu penso que se acabou por resolver quase tudo. Houve realmente alguns conflitos. Neste caso em relação à Misericórdia, houve algumas pequenas coisas e talvez como fidelidade à comunidade. Por vezes eu, eu Misericórdia achava que não estávamos a ir muito directos em ter a apoiar , os apoios que se estavam a dar seria para o mais necessário pelo que houve alguns conflitos.

No geral foi um bom trabalho, os conflitos... não se tomaram atitudes intransponíveis.

6- Sem dúvida. Em relação Misericórdia mudou até e penso que aí foi a maior mudança. É difícil até mesmo na nossa instituição o protagonismo de quem faz: a Misericórdia é que faz, é que deve fazer...mas houve grandes mudanças. Hoje em dia o que se pensa é mesmo que não se pode trabalhar se não for em parceria.

Eu defendo isso e gostava, que no concelho de Reguengos que este trabalho continua-se através da Rede Social, continuarmos a trabalhar em parceria. Eu já tinha sugerido que se o P.I.C. não continuasse, que nos continuássemos a reunir, com a Câmara a promover que os parceiros se juntassem uma vez por mês e continuamos a discutir. Eu penso que é fundamental para resolver os problemas das pessoas, a Misericórdia não consegue chegar a tudo, a Câmara não consegue chegar a tudo, o centro de Saúde também o I.E.F.P. também não.

Até porque a actividade de cada um no dia-a-dia sai facilitado.

9-Eu penso que sim. Depois deste trabalho todo, nota-se que sim, agora estar a dizer se as juntas ou outras IPSS estar a dizer que não tinha sensibilidade. Eu posso lhe dizer em relação `Misericórdia, nós tínhamos muito pouco contactos as Juntas de Freguesia e as< outras IPSS e depois até mesmo directamente temos contacto com as juntas para tentarmos resolver problemas sociais. Eles pegam no telefone e telefonou : temos aqui um problema como é que o resolvemos . uma das grandes virtudes foi sentar os parceiros todos `mesma mesa e pô-los a falar uns com os outros

9.1-Teve bastante impacto em termos de desenvolvimento. Nada está a funcionar como estava a funcionar anteriormente. Houve problemas pelo meio mas digo-lhe sinceramente era por protagonismos, em relação à política o que funciona é lei dos votos, apoiavam-se os projectos que...senti que as próprias técnicas tinham dificuldade em por em prática as suas ideias por causa disso mesmo. Mas não quer dizer que por causa disso não tenha feito um bom trabalho, pelo contrário fez-se um bom trabalho. O resultado final foi bastante positivo e não vejo outra forma de nós trabalharmos senão em parceria.

Eu não vejo desvantagens que sejam dignas de se apontar, sinceramente não vejo, pelo contrário. Havia um pouco a ideia errada de que os parceiros não podem saber o que nós vamos fazer e depois eles fazem também, e eu nunca pensei assim. Sinceramente nunca me preocupou que podessemos chegar lá que falássemos das nossas ideias e dos nossos projectos e que alguém se podesse eventualmente aproveitar-se daí.

De alguma forma ? penso é que não há outra forma, estamos condenados a não fazer um bom trabalho. Quando a Autarquia faz e tem que mostrar – o que eu entendo perfeitamente – não temos outra forma.

10-Provocou impasses e por parte da Misericórdia claramente. Penso que as coisas teriam funcionado melhor e mais rapidamente se estivessem nas reuniões pessoas que podessem decidir de imediato. A nossa técnica deveria ir já, e aí aponto o dedo á nossa instituição deveria ir já com competência para dizer é isto que nós queremos e que nós pensamos. Não o fez porque não preparávamos as reuniões antecipadamente, e não tínhamos possibilidade de termos uma reunião com a Técnica para que ela fosse já com essas competências e muitas vezes porque quando se sabia dos assuntos era na própria reunião, e aí não havia nada a fazer, ela tinha que trazer para perguntar o que é que vocês pensam o que é que vocês acham, depois passava aqui uma semana senão mais.

ENTREVISTA N.º6

ENTREVISTA À DR.ª MARGARIDA FERREIRA

1- Têm decorrido regularmente e considero com o envolvimento de todos. Por comparação com outros projectos nos quais participo é um dos poucos em que se torna visível a participação activa dos parceiros, a partir do momento em que há reuniões de equipa técnica regulares, apesar de haver pouca participação, às vezes nas reuniões, acho que faz com que todos se apercebam que no dia a dia do Projecto, algo vai acontecendo e por isso acho que marcou a diferença por isso.

2-Acho que não muito pelo menos visivelmente não havia parceiros que participassem no projecto apenas com o objectivo de retirar dele alguma coisa para si de aproveitarem as áreas de intervenção e respostas que o projecto tinha. Acho que se conseguiu um entrosamento e através de articulação com todos.

3- Foram, principalmente um dos objectivos que era o fortalecimento de uma rede de parceria no Concelho, acho que isso, principalmente foi atingido. Em relação aos objectivos concretos de diminuição da exclusão social tenho algumas reservas porque lembro-me que as áreas de intervenção que directamente possam ter beneficiado os utentes do projecto, nomeadamente a melhoria das condições habitacionais, a aquisição de equipamento, acho que isto em si é capaz de não ter mudado muito as condições de vida daquela população, modificou em termos materiais e em termos de espaço,

Considero que teria sido importante em termos de objectivos, o deixar-se alguma coisa para além do projecto que pudesse garantir a continuidade de algumas acções pelo menos em termos de equipamento. Mas isso como não era, nunca foi um dos objectivos traçados pelo projecto logo de início...

4 -Tiveram e apesar de ser muito difícil o trabalho de parceria e apesar de muitos deles terem situações passivas em termos de reuniões. As mesmas oportunidades foram dadas a todos foram é agarradas de maneira diferente, e muitos tiveram muito mais intervenção principalmente a educação.

5 e 5.1 - Em Reguengos não, acho que em relação ao facto do projecto ser promovido pela Câmara Municipal, e volto a dizer com outros projectos onde eu estou não se sentiu muito a obrigação de seguir determinadas linhas definidas e pré-definida pela Câmara Municipal. Acho que houve um diluir, por exemplos em termos políticos não deu por nada, ao passo que noutros sítios é visível as orientações. E não acho que existissem muitos conflitos. Acho que houve uma tentativa por parte dos técnicos, que em alguns casos acho que resultou de irem para além das obrigações institucionais que tinham e por isso é que eu acho que a parceria em termos de Reguengos de Monsaraz, do projecto de Reguengos de Monsaraz resultou, porque se tentou conciliar quer as questões institucionais que tinham que ser trabalhadas, quer o que era exigido para além disso, acho que resultou muito por isso.

6-Acho que sim. E isto é traduzido pelo facto no concelho outros projectos que implicam um trabalho de parceria, e portanto os frutos são visíveis, quer a dinamização da rede social, quer no despacho conjunto saúde segurança social que apesar de ter apenas alguns dos parceiros que intervieram se nota que usufruiu de uma maior maleabilidade dos técnicos e uma melhor articulação entre eles fruto deste trabalho do Projecto de luta contra a pobreza

7-Alteraram-se, acho que passamos a ser, eu falo como técnica, em vez de me relacionar só com pessoas do mesmo meio e do mesmo serviço, aprendi a relacionar-me com outras, aprendi a relacionar-me com outros desempenhos profissionais, a ser, se calhar mais tolerante, em termos de outros saberes, e portanto acho que as capacidades técnicas de todos saíram valorizadas precisamente por causa desta troca de experiências e saberes profissionais.

9-Pode haver maior sensibilização, mas acho que falta o passo inicial para o combate, porque pelo que eu me lembro, e isto não no Projecto, mas mais no rendimento mínimo garantido alguns dos parceiros batiam sempre na mesma tecla, e portanto acho que em termos de globalização dos problemas pode-se ter dado um sensibilização, agora em termos de resolução não sei bem, por exemplo acho que se conseguiu sensibilizar mais os presidentes de junta de Freguesia apesar de considerar que eles personalizam muito as questões, não são capazes de perceber que as questões são mais latas enfim precisam de uma resolução mais global e não é resolver a situação da Francisca e do Joaquim. Acho que falta um passo essencial que talvez possa ser dado pela rede social que é a planificação de acções que combatem depois esta exclusão social. Acho que isso +é que falta, pode ser que,...

8-Eu acho que sim, acho que se conseguiu em termos de segurança social, e isto é complicado se calhar o que eu vou dizer, acho que os técnicos, pelo menos aqueles que estão ligados a determinadas instituições públicas têm que aprender a trabalhar para proveito próprio destes projectos de luta contra a pobreza, nos intervalos de poder porque dentro das organizações que nós temos determinadas hierarquias. Se quisermos acelerar determinados percursos dentro da nossa intervenção dentro dos projectos temos que saber torneir as questões das burocracias e as questões das hierárquicas e portanto eu acho que é uma aprendizagem que se faz óptima em termos de projectos é eu saber que para além das respostas que eu tenho em termos institucionais se calhar com alguma capacidade de inovação posso dar muito mais, torneando um pouco as fronteiras que a minha instituição me impõe. Portanto eu acho que e extremamente importante se aprender a trabalhar nesses intervalos de poder, porque conseguimos desbloquear as coisas muito mais depressa se calhar conseguimos dar respostas muito mais tampadas às questões que nos são colocadas e isso acho que é uma aprendizagem que se faz nestes <projectos de luta contra a pobreza no trabalho que se desenvolve.

10-Em relação a mim nalguns casos ia com competências e noutros em representação. E são as tais questões institucionais e as tais fronteiras que nós temos. Quando eu participava na equipa<técnica nas reuniões de equipa técnica ia em representação quando participava no Conselho de Parceiros ia com competências. Esta dualidade é

que, às vezes é difícil gerir é por isso é que eu falo que se deve torner as questões e trabalhar nos tais intervalos, porque até que ponto eu como técnica vou privilegiar as competências ou vou privilegiar as representações. Portanto acho que é preciso bom senso para se gerir.

Nunca dectetei assim grandes questões sobre isto. Nalgumas questões houve um impasse porque, precisamente que tinha direito á delegação de competências não estava presente , portanto isto sucede em muitos dos projectos, e por isso é que talvez para algumas pessoas, nomeadamente, para aquelas que não estão tão habituadas a trabalhar nestas questões estou me lembrar, por exemplo dos presidentes de junta de freguesia, se calhar é mais difícil para eles perceberem que esta caminhada é muito lenta e portanto em termos de decisões imediatas e de resoluções tipo tirara de manga, isto talvez não se consiga ver muito claramente, porque precisamente porque a maior parte dos técnicos estão com representação e não estão com competências delegadas assumidas, e portanto, talvez isto para outros parceiros que tenham esse poder de decisão principalmente aqueles ligados às autarquias, seja um dos motivos que os leva a desmotivar e a não participarem nas reuniões porque pensam que andamos ali a enrolar, só que tem que se perceber que quem está em representação de um serviço tem que trazer tudo, pôr por escrito e depois seguir os tramites normais, até à próxima reunião ou não para se saber se determinada questão pode ser resolvida desta ou daquela maneira por isso é que acho que é um sinal de inteligência dos técnicos desses serviços conseguirem o tal trabalho em termos de circuito sinuoso para acelerarem estas coisas e para se conseguir minimamente.

Conflitos

Que eu me lembre não me lembro, lembro-me mais no rendimento mínimo.

Alterações no trabalho

Isso consigo, o aceso mis fácil a todos os técnico, antes do projecto se calhar nós tínhamos algumas dificuldades em encontrar os técnicos e até estabelecer uma relação de diálogo fácil, acho que era mais difícil, actualmente acho que não as pessoas conhecem-se, aprenderam a trabalhar em conjunto e eu vejo, por exemplo, em relação à técnica que está no serviço local de Reguengos de Monsaraz, não precisa de passar por aqui, não precisam de passar por aqui determinadas questões de relacionamento com outros parceiros, portanto apercebo-me – apesar dela não ter usufruído muito disso mas vem detrás, apercebo-me que há uma facilidade de comunicação entre todos, e portanto há mais informalidade no relacionamento e isso acho que é uma mais valia do trabalho que está a ser feito em Reguengos.

Vantagens/desvantagens

pode ser a cultura institucional que alguns dos técnicos levam para ali e portanto a questão de em termos de inovação querer avançar se limitarem a transmitir todos os meios que têm no seu trabalho para a resolução de algumas questões, por exemplo em termos de Centro de Emprego.

Em termos de desvantagens pode ser o facto dos técnicos que estão integrados nestes projectos integrarem uma dezena doutros deles e facto de terem em termos institucionais determinadas tarefas que não as podem deixar de executar. Acho que, e eu falo por mim, acho que em termos de me motivarem em determinadas alturas é difícil, porque precisamente eu levava toda uma carga a trás que não me conseguia desligar de outras coisas. Portanto acho que uma das desvantagens e o excesso de coisas que alguns dos técnicos têm – acho que é impossível em termos de segurança social, ou

se calhar de emprego, emprego não sei se isso se torna nem da educação, mas na segurança social o facto do eu pertencer, o técnico da segurança social pertencer a mais 4 projectos de luta contra a pobreza e de outras coisas e isso pode ser uma desvantagem em termos de motivação, capacidade de inovação tudo o que possa ser uma entre a mas total de uma participação mais efectiva de outras acções eu limitei-me a ir às reuniões de equipa técnica, se calhar se tivesse outro tipo de disponibilidade poderia ter avançado para noutras área de intervenção e fazer um trabalhamos prático e isso não foi possível.

Eficácia

Acho que sim, se isso se consegue se os projectos de luta contra pobreza têm alguma efectividade isso é uma avaliação que terá que se fazer. O trabalho no social é muito difícil em termos de medição de se conseguir avaliar se as acções foram eficazes ou não acho que essa avaliação poderá ser feita se por exemplo se constatar que em 100 casos 5 tiveram sucesso acho que já foi uma grande conquista, não é? Agora em termos de efectividade é um bocado complicado e se calhar o trabalho que se possa ter feito, por exemplo estou-me a lembrar de algumas acções que foram apoiadas atrás do PLCP através de associações desportivas e culturais se calhar algumas destas acções poderão ser traduzidas a médio prazo com a postura que se calhar algumas das crianças e dos jovens poderão ter tido através da organização do Dia da Criança e de outras actividades que o projecto desenvolveu, agora acho que é um trabalho de difícil avaliação que a curto prazo talvez não são visíveis os efeitos que o projecto poderá ter tido no Concelho.

Desenvolvimento

Isso Acho que sim, porque os técnicos que participam nesses projectos têm no seu local de trabalho públicos abrangentes podem passar determinadas mensagens e podem passar determinadas mensagens, isso por um lado, ou outro acho que há mais visibilidade das próprias instituições que representam e estão representados nos PLCP e um, maior acesso das populações e essas respostas. Portanto acho que estes são dois factores importantree em termos do impacto-

